

SUMARIO

LISTA DE SIGLAS	ii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE ANEXOS	v
TERMINOLOGIAS	ix
RESUMO	ix
RÉSUMÉ	xiii
INTRODUÇÃO	1
1 A ABERTURA DEMOCRÁTICA	11
2 CORRENTE POLÍTICA SINDICAL	31
2.1 LINHA POLÍTICA IDEOLÓGICA.....	53
3 OS SINDICALISTAS E SUAS EXPRESSÕES DISCURSIVAS	65
3.1 NOVOS CAMINHOS PARA OS ANTIGOS DISCURSOS	79
3.2 OS DISCURSOS DOS SINDICATOS CUTISTAS.....	82
4 INSERÇÃO SOCIAL	91
5 SINDICATOS: CONTRADIÇÕES E CONFRONTOS	145
5.1 PROCESSOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES SINDICAIS	121
6 AS SUBRELAÇÕES DOS LOCAIS DE TRABALHO	131
CONCLUSÃO	154
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	161
ANEXOS	226

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LISTA DE SIGLAS

ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sociais (Articulação Sindical)
ASJT	Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho
CECUT	Congresso Estadual da Cut/RS
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT1	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONCLAP	Congresso Nacional das Classes Produtoras
CONCLAT1	Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras/Praia Grande.
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
CS	Convergência Socialista
CSC	Corrente Sindical Classista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Cut/RS	Central Única dos Trabalhadores do Rio do Grande do Sul
Cut/SP	Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo
DAS	Direção e Assessorias “Superiores”
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DS	Democracia Socialista
FENAJUFE	Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União
FENASPS	Federação Nacional das Associações dos Trabalhadores em Saúde Pública
FENASTRA	Federação Nacional das Associações dos Servidores da Justiça do Trabalho
FS	Força Sindical
GRG	Gratificação de Gabinetes
INOCOOP	Instituto Nacional das Cooperativas Habitacionais
JCJ	Juntas de Conciliação e Julgamento

JT	Justiça do Trabalho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTS	Movimento dos Trabalhadores Socialistas
MTS1	Movimento Tendência Socialista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIS	Programa de Integração Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SEEB/POA	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDISINDI	Sindicato dos Trabalhadores em Sindicatos da Grande Porto Alegre
SINDJUSTRA	Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
STIMMEC	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico Mecânico de Canoas
STIMMEPA	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico e Mecânico de Porto Alegre, Gravataí e Guaíba
TRT 4ª Região	Tribunal Regional do Trabalho (RS)
TST	Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proposta Nova Estrutura Sindical57

Quadro 2 - A Nova Estrutura Sindical - Organização Política.....58

Quadro 3 - Nova Estrutura Sindical - Proposta Reformista.....	59
Quadro 4 - Nova Estrutura Sindical - Proposta Ortodoxa.....	59
Quadro 5 - Estruturas Sindicais Paralelas.....	70
Quadro 6 - TRT da 4a Região - Porto Alegre - Funções Gratificadas.....	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metalúrgicos Canoenses concentrados em frente ao Posto da DRT de Canoas para a 1ª passeata de sua história pós AI-5. Anos 80.....	18
Figura 2 - Marcha contra a fome e o desemprego se deslocando pelas ruas de Canoas em direção 'a Porto Alegre. Anos 80	36
Figura 3 - Assembléia no Local de Trabalho - pequenas reuniões para mobilizarem os trabalhadores nas OLTs. Anos 80	37
Figura 4 – Paralisação e Ato Público dos Trabalhadores do TRT 4ª Região utilizando como recurso de mobilização o carro de som. Anos 90.....	38
Figura 5 – Assembléia de Metalúrgicos Canoenses em frente à fábrica com distribuição de panfletos. Anos 90.....	75
Figura 6 - Passeata de Bancários em greve se deslocando pelas ruas de Porto Alegre em que desponta a imagem do Líder Sindical. Anos 80.....	79
Figura 7 - Assembléia de Metalúrgicos Canoenses – momento em que esperavam o discurso do sindicalista. Anos 80.....	88
Figura 8 - Trabalhadores em Assembléia, em que as imagens dos sindicalistas discursando se destacam ao centro das fotografias. Anos 90.....	90
Figura 9 - Assembléia dos Metalúrgicos Canoenses - registro do momento em que votavam para expulsão do Sindicalista Gilmar Pedruzzi. Anos 90	143

LISTA DE ANEXOS

A	“A Participação do Sindjustra nas Lutas Gerais do Povo Brasileiro”
B	“Convênios do Sindjustra e Verão”
C	“Propostas de Novas Estruturas Sindical”
D	“Retrato de uma Categoria”
E	“Nada Segura os Servidores da Justiça do Trabalho” e “Um dia que mobilizou de Norte a Sul”
F	“Construir um Sindicato Coletivo da Trabalho”
G	“Resolução Sobre as Eleições no Sindjustra”
H	“Carta Aberta a Direção do Sindjustra”
I	“Cartas de Renúncias”
J	“Eleições das Impugnações”
K	“Carta aos Colegas da Justiça do Trabalho”
L	“O Reino de Justra” e “Contradições Nossas de Cada Dia”
M	“Boletim Sindjustra”
N	“Distribuições de Gratificações no TRT da 4. Região” e Criação de Funções Gratificadas”

TERMINOLOGIAS

Utilizadas pelo movimento sindical no Rio Grande do Sul

Aparelhar o Sindicato: Por um Sindicato sob controle de uma ou mais tendências monopolizando o Poder Político de uma categoria profissional.

Base: Região ou localidade em que um sindicato exercia o poder de representação política e social.

Bloco de Oposição: Tendências e Correntes Políticas Sindicais que se uniram em momentos específicos da conjuntura do movimento sindical para uma finalidade comum.

Burguesia Togada: Grupo de Juizes Togados do TRT da 4a Região, que segundo a compreensão da maioria dos Sindicalistas Cutistas emitiram sentenças políticas em questões coletivas, privilegiando o capital.

Capa Preta: Sindicalistas que detinham cargos na direção executiva da Cut/RS.

Capitalista Chapa Branca: Diretor de Instituição Pública com poderes para direcionar verbas públicas seguindo os interesses das corporações e grupos corporativistas de um ramo de Atividade Pública.

Categoria: Grupo de trabalhadores que exerciam atividades profissionais em um ramo de

atividade e estavam filiados a um mesmo sindicato.

Contradição: Oposição do mesmo campo ideológico que se antagonizava e praticavam atos oposicionistas às Tendências Marxistas Leninistas.

Corrente Política Sindical: Grupo de Militantes que organizam os trabalhadores na base, sob inspiração e orientação de uma tendência, e estabelecem relações com as demais instituições da Estrutura Sindical.

Divisionista: Sindicalistas que faziam oposição a sindicalistas do mesmo campo ideológico e estavam no poder em seu sindicato.

Estrutura Sindical: Conjunto de atividades e Instituições que tratam de questões referentes a Organização Política e Administrativa dos trabalhadores que, através destas, travam inter-relações e intermediam as relações com o Estado, Representações dos Trabalhadores e a Sociedade.

Militante: Trabalhador que porta diversas identidades e atua em todos os degraus da estrutura sindical de forma regular: Base, Sindicato, Tendência, Partido e Correntes Políticas Sindicais.

Pelego pós-moderno: Termo utilizado no local de trabalho direcionado aos sindicalistas do setor público que promoveram Atos Públicos e Movimentos Paredistas usando a base que representavam contra o Poder Executivo e não desenvolveram ações contestatórias e reivindicatórias contra o seu Empregador Público.

Tendência: Grupo de trabalhadores/sindicalistas que toma como inspiração ideológica uma “tese de esquerda”, marxista leninista, e uma de suas inspirações para atuar no movimento sindical.

RESUMO

Neste trabalho, nos propomos a discorrer sobre os fenômenos apreendidos da reordenação dos movimentos operários, ao analisarmos as diversas relações travadas pelas principais categorias de trabalhadores no Extremo Sul do país, fatos desencadeados a partir da efetiva aplicação da política de distensão social promovida pelo governo do Presidente Ernesto Geisel, denominada de “Abertura Democrática”.

As cidades de Porto Alegre e Canoas transformaram-se no epicentro dos movimentos populares, que clamavam por transformações políticas e sociais aqui no Brasil Meridional. Bancários e metalúrgicos eram as peças principais deste processo histórico que movimentariam as propostas para destruir a estrutura sindical corporativa, um dos pilares do mecanismo de conciliação entre classes.

Alguns líderes de ambas as categorias de trabalhadores despontariam nas lutas sociais para a construção da nova estrutura sindical e constituíram-se em personagens significativos do Novo Sindicalismo, por esta condição habilitaram-se, em 1982, pela via institucional, para chegar aos poderes constituídos do Estado.

Os movimentos populares protagonizaram, com os confrontos sociais, episódios marcantes no mundo do trabalho, através dos quais ofereceram resistência à classe social que era historicamente adversa ao “projeto dos trabalhadores”, da construção de uma sociedade mais justa e sem classes sociais.

O objeto de estudo e pesquisa sobre o qual nos debruçamos e lançamos mais um olhar, entre tantos, configuraria mais uma página da história do Sindicalismo Brasileiro, interrompida em sua linha cronológica em 1994, quando o Poder Executivo da União criara condições políticas para iniciar a Revisão da Constituição Federal de 1988, determinando o ocaso da segunda metade da era Vargas.

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est de montrer les phénomènes dû aux mouvements ouvriers, lors de notre étude des rapports établis par les principales catégories de travailleurs dans l' extrême sud du pays, dans des faits créés à partir de la vraie application de la politique de distension sociale appuyée par le gouvernement du Président Ernesto Geisel, intitulé: "Ouverture Démocratique".

Les villes de Porto Alegre et Canoas se sont transformées dans l' épicerie des mouvements populaires, lesquelles demandaient des changements politiques et sociaux ici dans le Brésil Méridional. Des employés de banques et ouvriers du secteur de la métallurgie étaient les principales pièces dans ce processus historique, lesquels faisaient bouger les propositions pour détruire la structure syndicale corporative, l' un des piliers du mécanisme de conciliation entre les classes sociales.

Quelques coordinateurs des deux catégories de travailleurs se sont réunis pour participer aux luttes sociales pour ainsi pouvoir construire la nouvelle structure syndicale et ils se sont donc transformés en personnages très importants du Nouveau Syndicalisme, en raison de cette condition, en 1982 ils se sont habilités, en passant par l' institution, pour arriver aux pouvoirs formés par l' État.

Les mouvements populaires ont créé par l' intermédiaire des luttes sociales, des épisodes qui ont touché l' univers du travail et aussi ont donné toute une résistance à la classe sociale qui était historiquement opposée au "Projet des Travailleurs", de la formation d' une société plus juste et sans

la présence des classes sociales.

L'objet d'étude et de recherche sur lequel nous sommes penchés et avons lancé un regard de plus parmi tant d'autres, construirait une page de plus dans l'histoire du syndicalisme brésilien, interrompue dans sa ligne chronologique en 1994, lors de la création des conditions politiques par le Pouvoir Exécutif de l'Union pour commencer toute une révision pour la Constitution Fédérale de 1988, en déterminant le déclin de la deuxième moitié de l'ère Vargas.

INTRODUÇÃO

Os objetivos deste trabalho são os de trabalhar as principais questões norteadoras da reordenação do movimento sindical brasileiro no período de 1978 a 1994, que provocaram transformações sociais no relacionamento dos movimentos operários com a sociedade e os poderes constituídos do Estado, interrompendo parte das relações colaboracionistas entre Estado, trabalhadores e seus representantes em instituições alicerçadas pela estrutura sindical montada pelos governos do Presidente Getúlio Vargas.

Sobre as modificações nas relações do Novo Sindicalismo com o Estado e a Sociedade, existiram diversos fenômenos que são peças importantes e recentes da História Política e Social do Brasil que foram registradas, em nossa historiografia, como partes de um processo histórico continuado de fatos maiores que aconteceram no mundo do trabalho. Sobre essas, pretendemos discorrer lançando olhares para além da aparência dos diversos degraus que comporiam as renovadas organizações de representação social dos trabalhadores, as quais procuramos interpretá-las de forma crítica e reflexiva.

Os atores sociais que impulsionaram os trabalhadores em busca de um novo horizonte social travaram um embate interno configurado por forças políticas semelhantes entre si, alojadas no mesmo campo ideológico, oferecendo aos cientistas sociais, como objeto para análise, um confronto contraditório no sentido de quererem conduzir com uma só forma ideológica a organização que criaram em substituição ao legado de Vargas, a partir desta idéia predominante construiriam, esses atores, as perspectivas de transformações sociais na sociedade brasileira.

O espectro criado pelos novos atores sociais, introjetados no movimento sindical em 1980, provocaria outra concepção para as instituições de representação dos trabalhadores, em que Estado e o Governo da União perderiam o controle social. Esse fenômeno, que se sobrepôs aos poderes constituídos do Estado, estava oculto, apareceria nos momentos em que, no cenário do movimento sindical, existia a disputa por poder de representação social, impondo-se às sobras das antigas estruturas sociais getulistas, delimitando as novas posições políticas sociais no meio sindical.

As contradições eram parte do embate entre forças políticas que tinham uma longa historicidade, remontando à Comuna de Paris, como a vertente histórica mais relevante. Depois, a III Internacional Comunista¹, definitivamente, dotaria essas forças de estigma e inspiração teórica para a essência e, de verniz ideológico, para aparência, dividindo-as conforme as opções aos métodos e às teorias, para colocarem em prática os postulados teóricos².

Em 1978, esse processo era despertado e conduzido ao movimento operário brasileiro e seria o acionador das retomadas das lutas sociais. Questões nas quais os trabalhadores foram atropelados pelos fatos e absorvidos pelas forças políticas no transcurso do processo. O fenômeno empurrava os indivíduos agrupados em torno das idéias, sob domínio dos líderes sindicais para alguma direção com o objetivo de conseguir poderes e espaços políticos na sociedade brasileira.

As idéias, os líderes, os grupos sociais, a massa humana, os trabalhadores, o militante, o indivíduo e as suas instituições compunham o novo sujeito do movimento operário. As inspirações ideológicas retiraram dos arquivos da nossa historicidade um processo e oxigenaram os seus órgãos, dando vida ao cadáver deste sujeito que, ao se mover, exibiria e privilegiaria algumas de suas células em detrimento de outras, destacando-se as idéias e os militantes nesta retomada das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros.

¹ FORNAZIERE, Aldo (org.). A III Internacional Comunista. In: *cadernos de Formação Marxista*. VI Brasil Debates, São Paulo, 1988.

² MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*. Os influxos teóricos. Campinas: UNICAMP, 1995. v. II.

O renascimento de “outro sujeito histórico” para o movimento sindical, ou seja, as coisas e os fatos que deram mobilidade e modificaram uma instituição, criariam outra entidade e sepultariam o sujeito histórico com os reflexos das camadas sociais que se moviam no tempo sobrepondo-o no espaço social do presente. Soterrado por esse enfoque teórico metodológico, torna-se um objeto inerte à espera de alguém que questione a escrita de sua lápide, substituindo-a, sem substituir as suas idéias, retomando à condição de sujeito em movimento em outro tempo histórico.

Neste, o espaço de tempo em que realizamos a pesquisa sobre movimentos operários da “Abertura Democrática à Nova República”, propusemo-nos, em nosso trabalho, fazer deste sujeito o objeto de nossa análise, olhando para as muitas partes que o compõem, de todos os ângulos e direções possíveis com as ferramentas intelectuais adquiridas ao longo de toda a nossa formação acadêmica, sobremaneira as adquiridas no Curso de Pós-Graduação em História.

Em nossa narrativa, o sujeito histórico é privilegiado ora de uma forma e, em outra, a narração modifica-se, adquire outras tonalidades sem abandonar o fio condutor e o eixo principal. Isto é, o que o inspira, agita, conduz e o movimenta de, ou ao encontro de outra coisa no sentido de sobrepô-la ou absorvê-la, procurando ocupar o espaço político social, assim, modificando-o e transformando-se, adquirindo outra face e forma, renovando-se enquanto sujeito histórico de um processo social em curso numa sociedade que fervilhava sob a expectativa de mudanças sociais.

As obras que visitamos e os autores, os que utilizamos como fonte teórica para fundamentar a construção desta dissertação, obedeceram a um critério que se impôs pela necessidade de cada ponto abordado no conjunto da pesquisa. Em nosso trabalho, como referencial teórico, transitou do começo ao fim, o texto de Karel Kosik³, compartilhando na mesma proporção, o livro de Agnes Heller⁴ pela significativa importância destas obras.

O primeiro alargou o horizonte teórico do pesquisador, qualificando a reflexão crítica sobre

³ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁴ HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

os fatos coletados, impedindo-nos de sermos seduzidos pela face do sujeito. A segunda obra atribuiu, sob o ponto de vista teórico, os limites em que o historiador deve avançar ao lado de uma teoria, alertando-nos para o terreno em que essa poderá estar circunscrita. O que nos chama à responsabilidade sobre os resultados e os efeitos da nossa produção escrita, pretendendo afastar o que Adam Schaf⁵ refere como “*O Caráter de Classe do Conhecimento Histórico*”. Em que, “*a história é sempre função de um presente qualquer*”, neste enfoque, os pesquisadores atribuem, *a priori*, intencionalidade ao texto, além das inerentes à produção do conhecimento científico.

Todas as obras que constam na bibliografia tiveram o seu grau de importância. Algumas são citadas mais de uma vez e outras não constam em quaisquer referências de notas de rodapé, o que não configura no trabalho, uma ordem meritória. No entanto, ressaltamos que algumas foram básicas para a construção teórica de alguns capítulos que, como outras tantas, sustentaram pontos substanciais das temáticas desenvolvidas ao longo da dissertação.

Assim recorremos a Thompson (1988) para apreendermos a noção clássica de classe social, na obra de Costa (1995) buscamos aprofundar-nos nas questões relativas a tendências e a centrais sindicais atuantes no movimento sindical pós- regime militar. Por outro lado, utilizamos os textos de Vianna (1989) e Martins (1979) para obtermos bons conhecimentos sobre o Sindicalismo Brasileiro no período entre a ditadura de Vargas e a ditadura militar de 1964. Na mesma direção, as obras de Guareschi e Ramos (1988), Chauí (1997) e Althusser (1992) deram valiosos subsídios para trabalharmos o tema ideologia nas relações entre as classes sociais. Santiago e Giannotti (1997) ofereceram bons indicativos sobre a comunicação no meio sindical, apontando as formas como o sujeito se expressa, para quem e como transmitiriam as suas idéias ao longo do período a partir da Abertura Democrática, em que o sujeito criaria um linguajar próprio e expressões discursivas para se comunicar no mundo do trabalho.

No primeiro capítulo da presente dissertação, caracterizamos as questões que propiciaram o surgimento do movimento social que se convencionaria chamar de “Novo Sindicalismo” e as relações

⁵ SCHAF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 141-185.

que esse fenômeno desenvolveria durante a democratização do Brasil com a sociedade e o Estado. Os fatos, os atores sociais mais significativos presentes na transformação da ASJT em sindicato e que impulsionariam as lutas sociais de trabalhadores nos serviços públicos. Assim, apontamos e discorremos sobre as relações e o que decorreria destas no transcurso da sedimentação do fenômeno, no espaço de tempo de 1978 a 1994.

No segundo capítulo, aprofundamos a temática: registramos as ações e descrevemos o cenário social em que estavam inseridos os atores sociais, narrando os fatos que se sucederiam ao desmontarem parte da estrutura sindical getulista. Na seqüência, desenvolvemos o processo da construção política e administrativa do esboço teórico das novas entidades dos trabalhadores. Da mesma forma, discorremos as ações políticas praticadas pelas tendências que estavam envolvidas nesse projeto social, assim como o desencadeamento das primeiras cisões ocorridas no decorrer do processo de reordenação do Sindicalismo Brasileiro.

A seguir, no terceiro capítulo, discorremos sobre as expressões discursivas, o elo de ligação entre as instâncias das entidades de representação social dos trabalhadores. Para descrever o que é expressão discursiva, no movimento sindical, tomamos como referência o 5º Congresso dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho, rasteando os fatos subjacentes ao evento, detalhando-os em suas diversas formas. Em que se destacam, os meios usados pelos sindicalistas para se comunicar com a base e com a sociedade do interior de suas entidades.

No capítulo seguinte, o quarto, discorremos sobre o “conflito social de caráter moderado” e a contradição nos momentos de organização, relatando os enfrentamentos aos adversários e aos poderes constituídos do Estado. Para tanto, partimos da interpretação de fatos sociais protagonizados em três categorias de trabalhadores, também diferentes, quanto ao espaço de tempo, sem que estabeleçamos uma linearidade, e sim a caracterização de uma ascensão e o aperfeiçoamento das formas e meios de desencadear ações.

No capítulo que segue, trabalhamos as tendências em movimento atuando e disputando o poder em meio a uma greve ocorrida em setembro de 1992, na Justiça do Trabalho do Rio Grande do

Sul, “A Greve dos 25 Dias”. Do movimento paredista, procuramos interpretar fatos subjacentes ao principal, refletindo acerca do fenômeno como um todo em que desenvolvemos uma leitura crítica da movimentação de vários atores.

Por fim, no último capítulo, tratamos do trabalhador e do militante e as relações que esses estabeleceram no local de trabalho, contrapondo com as relações que esses dois atores sociais mantiveram com o seu sindicato. Os fatos em que esses atores envolveram-se premidos pela conjuntura econômica e social decorrentes das políticas econômicas desferidas pelo Poder Executivo da União durante os governos da Nova República. Como postura de enfrentamento, estes atores recorreram a expedientes sobrevivencialistas nos quais perderiam as suas identidades de classe social.

Por outro lado, frisamos a imersão no descrédito, temporário, em suas representações de classe, pela ineficácia e contrariedade aos métodos, que levariam os militantes a situações de refluxos, cuja retomada fora em contingente cada vez menor, devido à perda da consciência de classe e da auto-estima.

Refletimos, no final, acerca da nova noção de classe no interior de uma classe social, discutindo a ascensão desta camada social intermediária nos locais de trabalho, sindicatos e partidos políticos. Instituições de representação popular em que esses atores formaram grupos de interesses corporativos sobrepondo-se aos interesses gerais da classe a que reivindicaram pertencer.

Desenvolvemos a pesquisa em quatro sindicatos: Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho, Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Metalúrgicas e de Material Elétrico de Canoas e Sindicato de Trabalhadores em Sindicatos por terem, em seus acervo e arquivos, farta documentação primária retratando a presença histórica da construção do Novo Sindicalismo no Rio Grande do Sul.

As pesquisas consistiram de análises de atas, teses, ofícios, fotografias e jornais: “Pejota” edições de 1990 a 1994, O Bancário edições de 1985 a 1994, Vigília, edições disponíveis do mesmo período. Também realizamos Entrevistas com sindicalistas e com militantes. Tanto as entrevistas

como as pesquisas nos Arquivos do SEEB/POA, Sindjustra, STIMMEC e Sindisindi, após realizadas, foram submetidas a uma análise crítica.

No STIMMEC, por motivos técnicos, o acesso nos foi vedado aos jornais sindicais da época, ficando a pesquisa restrita às entrevistas e ao acervo fotográfico. Suprimos essa deficiência com leituras de exemplares do jornal, deste sindicato, “A Vez e a Voz do Peão” e com pesquisas nas teses dos congressos da Cut/RS no Centro de Documentação Social do IFCH da UFRGS e na “Caixa de Documentos da CUT” que está localizada no Arquivo do SEEB/POA.

Realizamos uma série de entrevistas com os diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Sindicatos. Às quais direcionamos no sentido de contemplar as áreas relativas aos ramos de atividades dos sindicatos em que realizamos as pesquisas de campo.

Construímos o trabalho privilegiando a análise crítica de todos os documentos escritos, visuais e falados de modo a confrontá-los de forma dialética e, assim, extrair uma síntese sem que, com tal procedimento metodológico, negássemos o fato acontecido. O objetivo era interpretar a essência da documentação e produzir um conhecimento que propiciasse novas discussões sobre o tema, contribuindo com a produção da historiografia sobre o sindicalismo que, segundo Cattani (1991), é “considerado um tema menor pela ciência sociais”. Por outro lado, De Decca (1994) já colocara que “faz parte da ideologia das camadas superiores suprimir a condição de sujeito histórico das categorias trabalhadoras”.

Consideramos que o processo de distensão política levou a modificações profundas nas relações dos trabalhadores com o Estado e o Poder Executivo da União. Nas quais a luta pela efetiva democratização do país propiciaria confrontos sociais provocados por Sindicalistas Autênticos e combativos para imprimir, de forma prática, à sociedade os postulados teóricos e sociais idealizados em 1978, que seriam consolidados na Constituição Federal de 1988. Em seguida, um confronto seria instaurado para manter as conquistas obtidas, perdurando até 1994, quando começariam as Reformas de Estado.

Para desenvolver essa idéia de confronto e conquista de espaço político social, partimos de algumas hipóteses, uma principal e outras secundárias. O objetivo primordial dos sindicalistas marxistas-leninistas era, através do desmonte da estrutura sindical getulista, construir uma nova estrutura sindical e, por meio desta, chegar ao poder de Estado no Brasil, para tal empreitada tinham dois meios: um, com os instrumentos oferecidos pelo Estado de direito e; outro, pela via revolucionária, para tanto criariam uma ruptura social urbana.

Entre as hipóteses subjacentes destacamos que, uma, no contexto da “Abertura Democrática”: os teóricos políticos a serviço do Governo da União que construíram o projeto de distensão política, tinham a certeza de manter o processo sob controle, sendo impossível, por este entendimento, a construção de “Regimes Alternativos no Brasil” alavancados pelo movimento sindical, pela pluralidade de tendências marxistas-leninistas que retomavam as atividades políticas.

Noutra: o Sindicalismo Classista ancorado na social democracia como fonte majoritária de inspiração ideológica para o movimento sindical nacional, não resistiria às suas próprias contradições. O fenômeno da multiplicidade de tendências de esquerdas transferir-se-ia para as instituições sindicais e para os futuros partidos políticos que se estruturariam em cima de tendências diferentes, embora do mesmo campo ideológico; o que tornaria inviável qualquer tentativa de união em bloco de tendências de esquerda de forma perene que pusesse em cheque a hegemonia do binômio capitalismo/liberalismo em suas novas versões “pós-milagre econômico brasileiro”.

Os mecanismos assistencialistas propiciados pelo sindicalismo corporativo, seriam substituídos, de um lado, pelos preceitos liberais, por outro lado, o Novo Sindicalismo queria repassar essas tarefas para o Estado a qualquer custo e travaria um confronto no campo social que o fragilizara no terreno político sindical.

Os encargos sociais, nesta direção, seriam assumidos por certas instituições fora do controle direto do Estado e dos sindicatos, essas continuariam a seduzir e a tranquilizar, preenchendo o horizonte social da classe operária sem que fosse preciso o Governo da União efetivar transformações profundas nas estruturas sociais do país.

Entretanto o sindicalista, o militante, o trabalhador e o indivíduo tinham disponibilidades e maleabilidade permanentes para assumirem diversas identidades, quando aliaram a primeira com as duas últimas formariam grupos de interesses no local de trabalho e reciclaram peças da estrutura corporativa configurando um outro tipo de contradição no meio sindical.

Um processo conflituoso instalou-se no movimento sindical brasileiro, no período que convencionamos denominar de Segunda Fase da Era Vargas - 1978 a 1994. Tanto o Estado, com as novas propostas do liberalismo econômico, como os sindicalistas, autênticos e combativos, tratariam de procurar desmontar as entidades sociais que continham o colaboracionismo, o paternalismo e o assistencialismo, até que os Sindicalistas Combativos resolveram utilizar essas práticas sociais como instrumento de luta contra os Sindicalistas Autênticos.

O esforço realizado pelos sindicalistas para construir uma nova estrutura sindical, os confrontos e as contradições que surgiram ao longo do processo, fora o que apreendemos para a construção do trabalho. Para tanto, foram necessárias pesquisas em sindicatos de categorias diferentes, de modo a conseguirmos nos situar neste emaranhado de relações sociais construídas a partir do CONCLAP, as quais alcançariam a Grande Porto Alegre.

No SEEB/POA e STIMMEC, por estes sindicatos alojarem os Sindicalistas Autênticos apoiados pela ANAMPOS e que conseguiram derrubar os Sindicalistas Corporativos ali encrostados no poder, começaram um projeto político para chegar ao poder de Estado pela via institucional em que representariam os trabalhadores em partidos políticos. No Sindjustra, a pesquisa vai em outra direção, ali ocorrera a primeira transformação no estado, de associação de funcionários públicos em sindicato. Este, a exemplo do STIMME/PA, em 1982, estava próximo à CGT e era controlado parcialmente pelo PCdoB, que assim como o PT, influíam nas políticas sociais declinadas pelas centrais sindicais.

Os aparelhos conceituais e as terminologias utilizadas neste trabalho têm relação estrita com o entendimento do processo histórico. Os que aparecem, ao longo do trabalho, e que “pertencem” a outras ciências das humanidades devem ser compreendidos como parte da construção da narração histórica, para melhor compreensão, assim como as siglas, apresentamos um pequeno glossário.

1 A ABERTURA DEMOCRÁTICA

As pré-condições para o recomeço dos movimentos operários no Brasil

O General Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, em 1974, daria início a um processo de distensão política que consistia em um conjunto de medidas políticas que, depois, seria conhecido de forma popular por “Abertura Democrática”, sendo que essas políticas já começaram a ser elaboradas, em 1972, no governo do General Médici.⁶

Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil do Governo Médici, pediu ao cientista político Samuel Huntington um estudo sobre distensão política e, em 1973, este intelectual entregaria ao governo brasileiro um documento intitulado “Métodos de Descompressão Política”. Este fato seria precursor do processo de democratização no Brasil e abrandaria a ditadura militar, iniciando, então, a era das “Liberdades com Responsabilidade”, nome de todo o processo que marcaria a retomada da democracia de forma “Lenta e Gradual”.⁷

⁶ Por iniciativa de Cândido Mendes, o professor Samuel Huntington, cientista político de Harvard, especializado nas políticas dos países em desenvolvimento e dos militares, visitou o Brasil em outubro de 1972 para demorados contatos com Leitão de Abreu e Delfim Neto. Huntington, posteriormente, descreveu a ambos como tendo “reconhecido a necessidade de extinção das formas de repressão que existiram de uma abertura do sistema político. SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.323.

⁷ CHAGAS, Carlos. O preço da abertura: continuação de Médici. In: Idem. *A guerra das estrelas*. 4. ed. Porto Alegre: LPM, 1985. p.206-214.

O processo avançaria, em vias distintas, com variáveis que apontavam para diversas direções no horizonte da conjuntura política nacional, essas acentuar-se-iam, em 1975, com a bipolaridade entre capital e trabalho, representado, principalmente, por grupos de trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista e os segmentos da sociedade ligados ao capital internacional. Foram vencedores os grupos sociais que expressavam, de forma predominante, o pensamento médio da elite econômica nacional: latifundiários, industriais, comerciantes de grande porte, empresários do ramo da prestação de serviços e empresários do ramo das comunicações sociais que apoiaram o Golpe Militar de 1964 e que, ainda, tinham o controle social dos meios políticos que, através dos quais, apoiaram os militares para juntos participarem do poder de Estado, dispondo, por extensão, de força econômica e política para acionar os aparelhos do Estado Militar em benefício de suas causas.

Para influenciar e ter sob controle os novos procedimentos da “Abertura Democrática”, no sentido de criarem fatos que não fugissem das práticas políticas usuais do sistema social vigente, manteriam as estruturas sociais do Estado sob controle indireto, privilegiando, de forma continuada, os mesmos setores da sociedade de outros momentos conflituosos da história da República Brasileira, nos quais esses grupos sociais incluíam-se, sempre, no lado vitorioso.

Com isso, a estrutura social montada por esses grupos sociais, durante ditadura militar, para ter e aumentar o poder econômico e social que detinham, estaria controlada. Anteciparam-se as decisões políticas do Governo da União com o objetivo de controlar qualquer distensão política e, assim, não perderiam os privilégios econômicos. Neste sentido, mesmo que não fossem permitidos pela legislação do Regime de Exceção a realização de congressos classistas, a eficiência política desta elite econômica, representada, em parte, também, pelas classes produtoras, organizariam o primeiro Congresso Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP) para discutirem, formalmente, em nível nacional, os seus interesses de classe.

Com o mesmo sentido, mas em direção oposta, as classes trabalhadoras organizadas por grupos sociais remanescentes dos partidos de ideologia comunista e dos grupos sociais de esquerda que estavam na clandestinidade, para diminuir o impacto do CONCLAP e equilibrar forças no campo político social, organizaram grupos de oposição sindical para além do local de trabalho. Esses grupos

sociais incentivariam as lideranças dos trabalhadores urbanos e do campo a promoverem um encontro nacional que expressasse, nos fóruns de discussões, representativos, os anseios da classe operária.

Os primeiros esforços em direção à construção de um evento que congregasse trabalhadores em nível nacional esbarraram na questão legal e em entraves políticos provocados pela repressão política do governo militar. O Ministério do Trabalho permitiria a realização de um congresso nacional de trabalhadores desde que tivesse o controle da organização do evento e que pudesse indicar os participantes. Ou seja, os delegados sindicais com direito a voto, além do que os organizadores do congresso não poderiam colocar em pauta temas políticos. Com essas pré-condições contempladas, a Presidência da República Brasileira autorizaria a realização de congressos nacionais de trabalhadores.

O sindicalista Ari Campista, presidente da CNTI, não mediria esforços para tentar realizar o primeiro congresso nacional de trabalhadores conforme as orientações recebidas do Ministro do Trabalho, mas não conseguiria efetivar o evento, pois encontraria resistência entre os dirigentes de diversas federações de trabalhadores. Em julho de 1978, aconteceria o V Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), neste, surgiria um grupo de sindicalistas que se posicionaria contra a política estrutural da CNTI. Os opositores à política sindical desenvolvida por Ari Campista, a partir deste congresso, começariam a ser conhecidos como Sindicalistas Autênticos, eram, em maioria, independentes e sem filiação partidária, uma pequena parte do grupo era ligada ao PCB e liderada por Arnaldo Gonçalves.

Eram independentes e com concepções ideológicas diferentes, sem, no entanto, formarem uma unidade política. Quase todos eram líderes de grupos de pressão corporativa em suas bases, atuantes e com trânsito em correntes políticas ideológicas que se agrupavam legalmente no MDB. Outros sindicalistas, também minoritários, eram egressos da resistência política à ditadura militar que, motivados pelas greves do ABC Paulista, retornavam ao cenário político sindical desenvolvendo ações contrárias às práticas de colaboração com o governo praticadas por Ari Campista.

Essas posições políticas oposicionistas, externadas no transcurso do V Congresso da CNTI, iriam constituir o foco inicial da “Oposição Sindical Organizada”, unir-se-iam pelas contrariedades ao

regime de governo da República Brasileira e não por afinidades ideológicas. No final do congresso, os sindicalistas opositores lançariam ao movimento sindical nacional uma “Carta de Intenções” reivindicando a abertura das discussões sobre questões sindicais, políticas e sociais.

Sem unidade política para avançar de forma conjunta, os sindicalistas opositores pulverizaram-se e não se uniram em torno de uma idéia ou de um programa de ação conjunta. Não transcenderam de forma coesa devido à diversidade ideológica e aos interesses políticos e corporativos de setores deste grupo social que construíram. O que inviabilizaria a organização nacional das oposições sindicais de modo a formar um bloco uniforme. No entanto, do final do V Congresso da CNTI, até março de 1979, fomentaram pelo PCB e outros grupos sociais marxistas-leninistas de matriz ideológica diferenciadas, outras propostas sobre estratégias políticas de atuações para o movimento sindical brasileiro, diversa da prática tradicional dos sindicalistas de orientação comunista, identificados como Sindicalistas Combativos que, ainda, pensavam em luta armada para terminar a ditadura militar e buscar a democracia.

Sem consenso, os Sindicalistas Autênticos trabalharam com objetivos de organizar um bloco de articulação intersindical, deste esforço nasceria a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). Os sindicalistas, então abrigados neste grupo heterogêneo, pois continham no seu interior comunistas, socialistas, sociais democratas e diversas dissidências de outras correntes de pensamento marxista-leninistas. Os “sociais democratas” formariam uma maioria expressiva, controlariam a ANAMPOS e norteariam os rumos do Sindicalismo Brasileiro até 1985.

A partir daí, outras tendências cresceram e todos reivindicariam, em 1988, o rótulo de Sindicalistas Combativos, pois a autenticidade fora perdida pela adesão de reformistas e populistas disputando o mesmo espaço político e poder de representação social no movimento sindical para, através deste, chegar aos poderes constituídos do Estado.

No Rio Grande do Sul, mais precisamente na Grande Porto Alegre, a estratégia política da Oposição Sindical seria executada nos sindicatos através dos representantes sindicais presentes ao V congresso da CNTI, que assumiram o compromisso de desencadear as ações opositores contra os

sindicalistas colaboracionistas. Pela identificação, o processo fluiria melhor em duas categorias de trabalhadores, metalúrgicos e bancários, nessas categorias, houve pouca resistência ao processo de implantação das propostas, pois existia um distanciamento entre os sindicalistas colaboracionistas e as bases sindicais.

Os desdobramentos políticos sindicais de São Paulo, ocorridos até a realização do 1ª CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras- estavam em desenvolvimento. As disputas pelo poder nos sindicatos, aqui no Estado, aconteceriam por repercussão e posicionamentos similares aos ocorridos em 1982 depois da Conferência.⁸ Os sindicatos da Grande Porto Alegre em termos de desenvolver políticas sociais, tanto de resultados como de intervenção social, estavam com as linhas de atuação distante das bases. Contudo, nos locais de trabalho, no caso dos metalúrgicos, ainda existia, a noção de unidade social, assim os operários assimilavam a noção de classe social oposta à dos detentores dos postos de trabalho, porém não desenvolviam ações que configurasse um conflito social classista, a despeito de estar surgindo no momento um fenômeno novo no movimento sindical nacional.

No meio desta unidade social operária, pequenos grupos sociais surgiram na classe trabalhadora, estes emergiam dos locais de trabalho, posicionando-se acima dos demais trabalhadores assalariados que executavam tarefas de baixa complexidade na área de produção e na área da prestação de serviços em que abrangiam as bases dos metalúrgicos e dos bancários da Grande Porto Alegre. Esses atores que subgerenciavam os locais de trabalho, e os que executavam os serviços mais complexos constituíam, tanto nas indústrias metalúrgicas como nos bancos privados, um extrato social intermediário entre a área de gerenciamento e os demais trabalhadores.

Nas fábricas, eram os preparadores de máquinas, líderes de grupo e contramestres. Nos

⁸ A unidade possível, conseguida na I Conferência, será testada durante todo o ano de 1982. Já em janeiro, Antônio Rogério Magri, presidente dos sindicatos dos eletricitários de São Paulo e do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), entidade vinculada a AFL-CIO e financiada pelo sindicalismo norte-americano, expressando a posição de sindicalistas descontentes com o resultado da Conferência e a composição da Pró-CUT, divulga, em atitude diversionista às vésperas do Dia Nacional de Luta contra alterações na Previdência, o documento Plebiscito para adiar o CONCLAT-82. COSTA,

bancos: chefes de caixas e subchefes de setores que, de modo geral, em relação ao local de trabalho, sentiam-se superiores aos outros trabalhadores assalariados. Eram pessoas que representavam, indiretamente, nos locais de trabalho, os interesses dos detentores do posto de trabalho, sem estarem diretamente ligados ao poder econômico representado por empresários do ramo metalúrgico e dos banqueiros do setor privado. Esse grupo social adquirira espírito de corpo próprio das camadas sociais com ambições contidas no “pensamento pequeno burguês”, que eram reforçados através das funções que exerciam e do salário a mais que recebiam. Protegiam os seus interesses e defendiam as posições conquistadas nos locais de trabalho diante das ameaças às benesses corporativas, representadas pelas propostas políticas de enfrentamento classista do Novo Sindicalismo.

Limitaram, então, ao mínimo o envolvimento político com os trabalhadores sindicalizados, temendo perder as benesses salariais. Distantes, pelas concepções políticas, dos interesses sociais dos trabalhadores engajados no movimento sindical, atuaram como agentes indiretos de contenção às políticas propostas pela ANAMPOS no sentido de construir comissões de fábrica e comissões de banco e consolidar as OLTs que eram fundamentais como elos transmissores das novas políticas sindicais. Deste modo, nos locais de trabalho, tanto nos bancos como nas fábricas, houve divisões do espaço social, com distanciamentos crescentes decorrente das ações desenvolvidas por ambos os grupos sociais em defesas das suas convicções.

Esta divisão de espaço provocaria vazios políticos no local de trabalho que permitiriam novas discussões e a penetração de fatos que apontassem a outras perspectivas sociais, visando resultados, sem se vincular ao colaboracionismo e sem se envolver com as novas propostas sindicais. Em 1983, após o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT1-Praia Grande)⁹, o espaço vazio nos sindicatos seria ocupado por disputas políticas decorrentes das primeiras cisões do Novo Sindicalismo.¹⁰ O que se constituiria em um dos fatos percursores da pluralidade de Tendências e

Sílvio. *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. p. 61.

⁹ O setor vinculado, à época, à Unidade Sindical, que não participou deste congresso, realizou, por sua vez, em novembro de 1983, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), elegendo também uma coordenação nacional. RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política*. São Paulo: Scritta, 1997 p. 99.

¹⁰ Estiveram representadas neste congresso praticamente todas as forças políticas que

Correntes Políticas Sindicais que iriam atuar em um mesmo local de trabalho, reativando a contradição no campo das esquerdas que atuavam no movimento operário, que Costa (1995) e Rodrigues (1997) têm enfoques diferentes acerca das origens destas divisões, mas ambos reconhecem as cisões.

No SEEB/POA, o processo fluiria com algumas semelhanças quanto ao método, porém com diferenças quanto à implementação relativa aos locais de trabalho. A implantação da estratégia política seguiria um curso com menor resistência no espaço de trabalho dos bancos públicos e com dificuldades nos bancos privados. O processo apresentara entraves para a Oposição Sindical pôr em prática as novas idéias, pois o “Milagre Econômico” chegava ao fim e atingia metalúrgicos e bancários gaúchos. O desemprego ameaçava esses trabalhadores, a manutenção dos postos de trabalho e o fantasma da repressão política nos bancos privados impedia ações mais ostensivas para as OLTs atuarem, tanto nas grandes indústrias metalúrgicas como nos bancos.

Nestes locais de trabalho, uma quantidade considerável de militares, oficiais da reserva, ocupavam cargos de diretores e de gerentes de áreas nos bancos. O que completava o conjunto de motivações diretas para os bancários resistirem às propostas da oposição sindical nos bancos privados, o que configurava um entrave localizado na conjuntura de enfrentamento à organização política das OLTs. Esse conjunto de fatos suprimia, aos poucos, a retomada do entendimento comum da noção clássica de classe social¹¹ que era levada aos trabalhadores pelos Sindicalistas Autênticos.

O que não aconteceria com os trabalhadores metalúrgicos da cidade de Canoas, apesar da repressão e da censura às reportagens dos jornais que os apresentavam como parte de uma categoria nacional de trabalhadores e de uma classe social apresentada nos noticiários regionais como perturbadores da ordem pública pondo em risco a segurança nacional. No entanto, as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista estiveram estampadas na mídia nacional e abasteceram, embora a

participaram do movimento (PMDB, PDT, PCB, PCdoB ,MR8), incluindo deste setores apelegados até os combativos, exceto os vinculados ao PT e à ANAMPOS, que optaram pela criação e construção da CUT. COSTA Sílvio. Tendências e centrais sindicais. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. p.185.

¹¹ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e

distância, o imaginário dos metalúrgicos da cidade de Canoas que funcionaria como um agente motivador e propulsor, pois identificavam-se com as causas, como perda do emprego e tinham a solidariedade da igreja e de moradores dos bairros populares tal como ocorria no ABC (Figura 1).

Figura 1 – Metalúrgicos Canoenses concentrados em frente ao Posto da DRT de Canoas para a 1ª passeata de sua história pós AI-5. Anos 80

Fonte: Acervo STIMMEC -RS

Em Canoas, as greves provocaram nos trabalhadores a identificação e unificação corporativa classista, no sentido geral¹², com a sucessão dos fatos do movimento sindical nacional, que era facilitado, por esta categoria não possuir, ainda, de forma orgânica, o extrato social intermediário com os moldes do espírito de corpo formado nos bancos e nos serviços públicos civis de Porto Alegre, nos quais foi diluída a noção clássica de classe social dos trabalhadores.

Terra, 1989.

¹² A consciência de classe se desenvolve a partir da descoberta desses interesses comuns. Essa consciência pode ser apenas consciência social que é a descoberta da identificação dos membros de um grupo entre si e da determinação histórica de seus papéis e de funções históricas. GUARESCHI, Pedrinho e RAMOS, Roberto. A máquina capitalista. 3. ed. Petrópolis: 1989. p.49.

Sennet (1993) explica o fenômeno do surgimento de classes intermediárias, a que, o autor denomina de *moyennes*.¹³ São “assalariados” que ignoram a noção de classe social, devido ao tipo de atividade exercida no seu posto de trabalho. Isto faria com que, num primeiro momento, os trabalhadores se aproximassem dos detentores dos postos de trabalho como auxiliares e, posteriormente, criariam espírito de corpo próprio independente da classe de que eram originários aproximando-se da outra classe social para qual vendiam a sua força de trabalho.

Segundo o autor, essa noção corporativa de classe social ficara acentuada no pós-guerra, referindo-se à Europa Ocidental e aos EUA, entretanto eram fatos semelhantes aos existentes em algumas áreas produtivas, da prestação de serviços e dos serviços públicos, no Brasil, nas décadas de 1960/70, como o pré-requisitos para ingresso nesta “classe intermediária” e difíceis de serem interpretados sob à luz das ciências sociais.

No início da década de 80, haveria um princípio de transferência desta noção de classe intermediária para a maioria dos novos postos de trabalho abertos nos serviços públicos civis e preenchidos através de concursos públicos. O que criaria uma hierarquia social no local de trabalho por função exercida no serviço público, ampliando o entendimento da noção de classe social diferenciando-se da compreensão de consciência de classe da maioria dos trabalhadores metalúrgicos e bancários descomprometidos com a estrutura de poder administrativo existentes nas grandes empresas metalúrgicas e bancos.

Este quadro, nos serviços públicos civis, mudaria de composição influenciando a estrutura social do local de trabalho quando, em 1988, com a nova Constituição Federal, essa permitiria o ingresso de funcionários sem discriminação política e ideológica e concedia a todos os servidores públicos civis estabilidade no emprego, permitindo-lhes exercerem e participar de atividades sindicais sem o risco de perder o posto de trabalho sem a instauração de um processo administrativo.

¹³ Também é verdade que a expansão do trabalho dos colarinhos brancos tem ocorrido nos escalões mais baixo da estrutura burocrática; o que é percebido com desaparecimento do trabalho manual é, de fato, a sua transposição para o trabalho funcional de natureza secretarial, de arquivo ou de serviços. SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras,

As associações de servidores públicos mudavam progressivamente a forma de atuação, promovendo práticas sindicais propugnadas pelas Centrais Sindicais através dos braços políticos criados por essas instituições e pelos partidos políticos. Os espaços sociais nas associações de trabalhadores eram ocupados aos poucos, antes da promulgação da constituição de 1988, através da participação em pleitos para renovação de dirigentes, assim como as disputas das propostas políticas em assembléias para a indicação de delegados sindicais aos congressos nacionais das respectivas federações das diversas categorias de trabalhadores no caso aqui: bancários, metalúrgicos e servidores públicos.

Muitas associações de servidores públicos resistiram organizando em suas direções, políticas de atuação independente da oposição sindical movida pelo Novo Sindicalismo, desenvolvendo em suas associações processos de transformações políticas com métodos próprios, conflitando com os interesses e as diretrizes emanadas da ANAMPOS, e ainda, depois, essas associações questionariam as políticas cuja origem eram CUT e Cut/RS.

Com a abertura de concursos públicos e com a anistia política, nos postos de trabalho público, ingressariam: líderes estudantis, sindicalistas egressos da iniciativa privada e antigos militantes políticos cassados pela ditadura militar de 1964 que se habilitaram aos concursos públicos. Esses atores iriam atuar nessas associações e nos sindicatos dos órgãos públicos, após passarem pelo estágio probatório, de forma mais incisiva.

Na ASJT, o processo de transformação fora direcionado conforme a vontade política de um grupo organizado, com propostas definidas *a priori*, chamando para si o processo social de transformação, adequando-o aos seus preceitos ideológicos. Eram eficazes pelo dogmatismo que funcionava como limitador das discussões, sedimentando, assim, a prática do controle monolítico nas relações políticas sindicais, sem contestações direcionada ao processo de transformação política sindical para a criação de um sindicato combativo de inspiração stalinista (Anexo A¹⁴).

Durante o processo de transição, o desenvolvimento das propostas emanadas a partir do Novo Sindicalismo, com algumas ressalvas provocadas por fenômenos localizados, foram contidas, tais como a colocação das propostas para serem discutidas pelas bases e freqüentar o local de trabalho para ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Entretanto, as propostas de cúpula foram logo incorporadas, isto permitiria colocar uma névoa sobre os fatos políticos em desenvolvimento, não decifrando para os sindicalizados o desenrolar dos acontecimentos no movimento sindical regional e nacional.

Estes procedimentos percorreram um longo caminho, com enfrentamentos provocados pelas contradições internas na condução das propostas gerais do movimento sindical desencadeadas naquele momento por uma associação que recém transformara-se em sindicato. Na medida que o processo de implantação de novas políticas avançavam no movimento sindical regional, as propostas embasadas nas idéias da tendência minoritária – CSC, ainda, não tinha assento na CUT- percorriam um trajeto paralelo, resistindo às políticas da ANAMPOS, retratando no Sindjustra a disputa pelo poder político sindical, colocada acima da defesa do poder de representação dos trabalhadores no sentido destes reivindicarem participação social na sociedade.

As tendências adotavam medidas para transfigurar e esconder essa disputa localizada, que era a extensão da existente em nível nacional. Como estratégia para configurar o fato, os militantes das tendências ocultavam-se atrás de denominações fictícias de chapas e de candidaturas criadas para disputar o poder em pleitos eleitorais para elegerem representantes e quando debatiam idéias ou propostas colocadas em congressos e em assembléias, assim omitiam a tendência que pertenciam e criavam a Corrente Política Sindical.

Três ou um pouco mais militantes de uma tendência atraíam pela retórica do discurso ideológico os trabalhadores, formavam um grupo de interesse momentâneo, ocorria a identificação por interesses similares consolidavam os vínculos e pelas afinidades de pensamento, embora desconhecessem a essência e a ideologia da tendência, iniciavam a Corrente Política Sindical para atuar, em princípio, em uma base sindical. Os vínculos estabelecidos poderiam ser mantidos ou rompidos após a reflexão dos novos militantes passado o evento, eram depois iniciados na filosofia da tendência.

Desta forma, ocorriam os procedimentos iniciais de uma tendência que resistia a política emanada da direção nacional do movimento sindical e privilegia a política do partido a qual estava atrelada, trabalhando para alastrar o poder via controle político e administrativo da base. Com esses atos, iniciaria o processo de inserção social com algumas diferenciações organizativas e de entendimento para se inserir na conjuntura nacional diferenciando-se das propostas de inserção social da CUT postas em prática pela ANAMPOS.

Com um comunicado à base dos Servidores da Judiciário Trabalhista, em enunciado simples, externavam o que fora vontade da maioria de uma assembléia de servidores - considerada representativa pela presença apurada na lista de chamada. O plenário deliberara e oficializara a existência de direito do Sindjustra, os discursos das lideranças legitimavam uma instituição que na prática já existia. A ASJT atuava com características e práticas sindicais desde o momento que, no Rio Grande do Sul, começara a soprar os ventos do Novo Sindicalismo e, então, concretizaram algo que já estava delineado. Criaram um sindicato independente, tendo como postulado específico representar todos os trabalhadores da base junto à Magistratura dirigente da 4a Região e serem porta voz das questões sociais de uma categoria profissional junto ao Estado.

Trabalhariam por uma inter-relação com os demais trabalhadores de outros ramos de atividades e em particular com os do Judiciário Trabalhista de todo o país buscando a unificação das lutas sociais da classe trabalhadora. Sinalizaram para a criação de uma federação, tendo como objetivo levar a entidade que acabaram de fundar a se coadunar com o que entendiam ser, no momento, a vanguarda do Sindicalismo Combativo¹⁵ sem perderem a autonomia sindical.

O estatuto sindical seria o documento que nortearia e balizaria as ações sindicais no sentido político e administrativo, sendo, também, o referencial ético. Neste instrumento de legitimação, a

¹⁵ Eram sindicalistas que, mesmo tendo se formado durante o regime militar, nos sindicatos oficiais, buscavam uma atuação mais combativa. E, impulsionadas pelas greves que começavam a se alastrar pelo país inteiro, se sentem mais diretamente apoiados para defender posições que vão de encontro às práticas de velhas raposas do movimento sindical, dirigentes de confederações, como Ari Campista da CNTI. RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política: São Paulo: Scritta, 1997, p.92.

preocupação era também de tornar claro à sociedade, a desvinculação e o envolvimento com questões políticas partidárias.¹⁶ As lutas seriam desenvolvidas no campo da política sindical, no qual lutariam para cumprir a vontade política e social da categoria que agora representavam, por vontade expressa através da majoritariedade nos fóruns deliberativos da estatuinte, portanto legítimos e legais.

Para os representados, a carta de intenções garantiria que cada direção, que conduzida ao poder através do voto defenderia, as propostas, tendo como referencial o estatuto aprovado em assembléia. Nos discursos de posse, os ideais foram reiterados em discursos inflamados, entretanto essa trajetória teria as suas contradições, entre o que fora discursado e o que iria ser praticado pelos dirigentes sindicais que passaram pelo poder de 1989 até 1994.

As atas existentes no arquivo do Sindjustra expressavam essa vontade de romper com o assistencialismo, e a documentação refletia algo, às vezes, distante da realidade. Vasculhando as atas e os ofícios deduzimos que, nos discursos, as palavras foram utilizadas para esconder as intenções. Pois as praticas iniciais de condução deste sindicato tiveram diversos desdobramentos e alguns procedimentos eram iguais às práticas políticas dos grupos sociais que foram removidos do poder pelos grupos percursores das transformações.

Como muitas associações de servidores públicos desenvolviam práticas de atuação similares, as que seriam desenvolvidas nos futuros sindicatos redimensionavam apenas as questões de fundo ideológico. Os Sindicalistas Combativos tomando as rédeas do processo implementariam mudanças radicais só no sentido das ações políticas sociais saírem dos espaços internos para locais públicos para combater o Poder Executivo, prioritariamente.

O espaço social da rua seria ocupado através de fatos políticos criados pelo PCdoB, CSC, FENASTRA e Sindjustra não necessariamente obedecendo essa ordem, as propostas chegavam aos trabalhadores. Porém, as atividades políticas sociais seriam propostas a partir da ótica política de atuação sindical da tendência que estava no poder, e cada entidade, a seu modo, procuraria absorver a

¹⁶ Artigo 3º b: proibição de atividades de cunho político partidária. Estatuto do Sindjustra:

prática assistencialista legitimando uma outra realidade, descumprindo o estatuto e os acordos com os pequenos grupos corporativistas.

Em 1990, com a promulgação da Lei n. 8.112¹⁷ regulamentava-se a participação dos trabalhadores do setor público em sindicatos. Com essa regulamentação, o desencadeamento dos atos políticos e administrativos do Sindjustra suceder-se-iam de forma mais aberta e com maior participação dos seus representados, aconteceria de forma rápida no sentido de remover parte das sobras da estrutura sindical getulista no Sindjustra que, agora, enfrentavam diretamente o seu empregador local como adversário de classe com críticas ácidas e ações paredistas em alguns momentos específicos.

O misto de assistencialismo e paternalismo corporativo reciclador dos pensamentos ideológicos do sindicalismo de orientação comunista sumiria das discussões dando lugar a linha política ideológica marxista-leninista de inspiração stalinista da tendência que ascendera ao poder. Eram os responsáveis pelo processo de reforma sindical e pelas primeiras ações abertas de enfrentamento político às políticas sociais do Governo da União, os alvos principais eram: o Estado e as suas instituições desferindo críticas as ações praticadas pelos poderes constituídos.

Na medida em que desenvolviam essas ações, iriam enfrentar a retomada das políticas de reposição das práticas assistencialistas nas áreas de saúde, crédito e de educação, junto com a política de colaboração desenvolvida pelos empregadores públicos e corporativistas afastados pelos Sindicalistas Combativos, que se organizavam em pequenos grupos no local de trabalho.

As políticas colaboracionistas que os sindicalistas do Sindjustra removiam eram reativadas pelo empregador público a exemplo do empregador privado e, em alguns pontos, os sindicalistas foram obrigados a recuar, mantiveram parte do assistencialismo e, em algumas áreas, o ampliaram,

1989. Arquivo do Sindjustra, rua 17 junho, 457. Porto Alegre.

¹⁷ OLIVEIRA, Juarez. *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Pública Federais*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

atingindo dimensões maiores que bancários e metalúrgicos davam a questão assistencialista (Anexo B¹⁸). O que era colocado como respostas aos representados e como enfrentamento à política colaboracionista desencadeada através da Burguesia Togada.

Em um segundo momento, nesta nova versão do colaboracionismo, apareceria, em cena, um grupo considerável que ingressara no serviço público via CLT e que adquiriram estabilidade no emprego com a CF de 1988. Esse grupo social era inconsciente quanto à noção de classe social, portanto formava uma massa semidespolitizada que ocupava funções subalternas. Alguns destes atores que despontavam eram comprometidos com a estrutura sindical corporativa. E iriam ocupar cargos que lhes outorgavam poder simbólico no que se refere a tomar decisões sobre questões relativas às demandas do local de trabalho, além de atuarem como retransmissores de ordens superiores, formando uma barreira natural às políticas sindicais combativas do Sindjustra nos locais de trabalho. Em troca, receberiam salários maiores que conferiam a esses trabalhadores uma condição social superior aos demais funcionários, em relação às atividades que exerciam antes de serem conduzidos a essa situação. A grosso modo, era uma política de contenção semelhante à existente nos bancos e nas indústrias metalúrgicas da Grande Porto Alegre.

O que possibilitaria a formação do espírito de corpo no grupo social que abdicara da participação em questões políticas sindicais em troca de fidelidade e subserviência, constituindo pequenos grupos que se somavam a dissidência corporativa que se retirara do Sindjustra quando esse enveredara para ações classistas sob orientação do PCdoB. Alguns dos participantes destes grupos ocuparam cargos na ASJT e, simultaneamente, na estrutura de poder do TRT da 4a Região, eram em maioria líderes identificados e filiados a partidos populistas, o que era explicável pelas origens históricas da Justiça do Trabalho, porém não aderiam ao Novo Sindicalismo nem ao novo colaboracionismo restrito ao local de trabalho. Esses atores sociais, após o Sindjustra explicitar as suas reais intenções políticas, iriam constituir novos grupos sociais corporativos para reivindicarem resultados econômicos em benefício próprio sem apoio político externo.

¹⁸ “Convênios do Sindjustra e Verão”

A resistência por parte da direção do movimento sindical aos sindicatos sob controle de tendências não filiadas à CUT e as que não estavam alinhadas e que resistiam por motivações ideológicas às diretrizes emanadas da CUT dar-se-iam através da introdução de militantes nos sindicatos e arregimentação dos militantes dissidentes. Esse fenômeno criaria focos oposicionistas monitorados por agentes da tendência majoritária da CUT num primeiro momento, após os confrontos nos primeiros congressos da Cut/RS, o ingresso nas tendências seria por opção ideológica o que aumentava a contradição em todos os espaços sociais com o ingresso na base do Sindjustra de militantes de outras tendências.

A primeira direção do Sindjustra sufocara essa contradição, contra o fato se posicionaram a favor da manutenção da organização federativa que os congregavam e, assim, poderiam resistir em um ramo de atividade em âmbito nacional, de forma monolítica, às investidas da tendência majoritária da Cut/RS, resistiriam até o PCdoB decidir filiar a CSC à CUT, em setembro 1991, por ocasião do IV CONCUR, após não conseguirem suportar os enfrentamentos investidos à base do Sindjustra e antes de se renderem começaram a rever as políticas monolíticas para não perderem espaço.

Aí surgiria uma oposição organizada no interior do Sindjustra em dezembro 1991, essa ganharia em importância, pois refletiria ali os desejos manifestados de fora para dentro através da Cut/RS e ganharia força devido às condições internas criadas pela contrariedade ao autoritarismo dos sindicalistas da CSC de posse do poder. Os focos oposicionistas manifestavam descontentamentos às práticas sindicais ali desencadeadas pela CSC, vinham de opositores internos e pertencente ao campo cutista e só ganhariam força política e corpo social em 1993, quando foram devidamente aparelhados por tendências organizadas e com assento na Cut/RS.

O grupo social que organizara o fim da ASJT desenvolvera o processo de transição de modo a deter o controle da entidade por longo tempo. Antes de chegarem ao poder, como ponto de referência, apresentaram um anteprojeto de estatuto e o aprovaram na assembléia de fundação já com o documento modificado, de modo a centralizar o poder conquistado. As emendas ao estatuto seriam concluídas em dois meses, assim como a elaboração dos mais de trinta artigos que foram aprovados em reuniões estatuintes, às quais o quorum médio não ultrapassara a 10% do número de pessoas

presentes à assembléia geral que fundara o Sindjustra.

E, em termos objetivos, a existência do Sindjustra devera-se a dois fatos: o preceito constitucional e o determinismo voluntarioso de um grupo social que se antagonizara à política estrutural da ASJT como entidade de representação coletiva. Um pequeno grupo sob orientação do PCdoB alojou-se nos cargos diretivos nos períodos anteriores às transformações (1962-1988), valendo-se dos instrumentos legais de participação e sucessão. Perseguiram esse objetivo se colocaram à frente do ideal de Sindicalismo Combativo surgido no V Congresso da CNTI.

Enfim uma dissidência, o grupo social estava localizado na CGT e sairiam por discordar dos rumos que esta central estava tomando, apontando para o Sindicalismo de Resultados. Com orientação externa, esse grupo se organiza na base do Sindjustra, o PCdoB especializara-se em criar pequenos grupos para atuar em movimentos populares, desta forma criariam um braço sindical realizando um processo inverso ao da ANAMPOS. Organizam-se dentro do partido, depois, organizariam o braço sindical em forma de tendência, entretanto a CSC representara um tipo de oposição aos corporativistas e, inicialmente, ao Novo Sindicalismo e, por isso, imprimiriam as suas práticas políticas ideológicas às lutas sociais.

Era uma versão simplificada da teoria do foquismo transportada para o Sindjustra em suas concepções ideológicas adquiridas como herança política ideológica da luta armada e da resistência política contra a ditadura militar. O conflito subjacente permaneceria e remontava a 1922, ano em que os comunistas removeram os anarquistas dos sindicatos brasileiros, e 1937 quando os comunistas estavam sufocados pelo Estado Novo. Durante as ditaduras, o adversário comum não uniria os grupos marxistas-leninistas aos grupos corporativos que atuavam junto à classe operária embora, também, fossem perseguidos.

Uma quantidade considerável de tendências de esquerda se organizariam como correntes políticas sindicais durante a Abertura Democrática, e travariam uma luta interna contra os sindicalistas corporativos e outra luta paralela contra o Estado liberal para obter o poder nos grandes sindicatos emergentes para melhor controlar o movimento operário e dar-lhe um rumo.

Essas questões, sem consenso, vinham à tona predominando o discurso histórico contra o Estado Liberal no sentido de transformá-lo através de uma ruptura, tendo no bojo uma estratégia de ação social que buscavam alianças à esquerda e à direita para obter parcelas do poder em locais estratégicos no que se refere às ações de inserção social desenvolvidas pelo Sindjustra. Ali os procedimentos eram perceptíveis, pelas composições políticas realizadas para a disputa de teses em congressos, assim como para aprovar propostas em assembléias, com objetivo de manter o poder e dispor das verbas sindicais.

No Sindjustra, os militantes do PCdoB tinham receita e público para trabalharem além dos recursos técnicos administrativos e tempo disponível, com salário, para o sindicalista filiado ao partido reproduzir o discurso ideológico com tranqüilidade, o que não ocorria nos diretórios dos partidos políticos, nestes, eles dependeriam de verbas destinadas pela executiva do partido.

Grupos de oposições as essas práticas houve, porém não eram organizados por tendências em correntes políticas sindicais, por isso enfrentaram dificuldades para subsistir e resistir como focos de oposição em espaço considerado reduto de resistência do Sindicalismo Combativo contra a democracia liberal e foram devidamente sufocados por não terem apoio político externo e tiveram suas idéias e propostas desmontadas pela CSC.

No decorrer das primeiras reuniões de diretoria do Sindjustra, o número de participantes, em relação as reuniões finais da primeira gestão, decrescera e a maioria das pessoas presentes era da diretoria e da tendência que controlava o sindicato, não obstante as reuniões serem abertas a todos os sindicalizados. Com esse quorum qualificado, eram tomadas as decisões políticas administrativas, predominando sempre a vontade da Corrente Política que obtivera o poder.¹⁹ Junto às medidas administrativas, outras suceder-se-iam moldando o caminho a ser seguido pelo Sindjustra, desta forma, o grupo social que se tornara hegemônico criaria e aumentava o espaço político.

¹⁹ Propomos que a direção da ASTJ seja mantida a frente do futuro sindicato. Em 60 dias sejam realizadas eleições para todos os cargos. Pasta de Atas de 1989: Ata 02/05/89 Porto Alegre. Arquivo do Sindjustra, rua 17 junho, 457. Porto Alegre.

A CSC detinha a posse dos cargos mais importantes dos quarenta e três que compunham a direção do Sindjustra e expressavam através dos líderes um discurso uniforme e ácido contra o Estado, centrando, invariavelmente, a crítica sistemática ao Poder Executivo da União e aos políticos com assento no Poder Legislativo Federal que não se identificavam com as suas propostas. Por outro lado, as críticas eram proferidas nos locais de desenvolvimento dos atos políticos administrativos sindicais, desenvolvidas de formas ácidas e contundentes em todas as direções, inclusive, para o enfrentamento às “oposições sindicais”.

Embora os grupos sociais corporativos quisessem preservar um espaço para desenvolver lutas sociais por interesses imediatos, visto que, com o passar do tempo, assimilaram a substituição das estratégias políticas sindicais. Admitiriam o pluralismo de idéias na base, mas procuravam espaços para colocação de propostas corporativas. Com essas dificuldades surgidas, a CSC, na condução do processo de enfrentamento desenvolvido contra a Burguesia Togada, provocara reflexos de forma deliberada que desembocavam em acordos por resultados. Tais fatos não seriam diluídos nem esgotados, ao contrário, encontrariam abrigo em outros grupos sociais, visto que a CSC rejeitaria, de início, a luta por resultados, mas não resistiria por muito tempo, cederia assinando acordos em troca de migalhas oferecidas pela Burguesia Togada.

A tendência majoritária da CUT perdera o controle das ações do movimento sindical regional, de forma verticalizada, tinham poder só nos congressos estaduais. Por não ter construído uma maioria localizada no Sindjustra a exemplo das que construíram no STIMMEC e SEEB/POA. Em decorrência deste fato, perderam espaço e poder para o PCdoB, que administraria as conquistas via CSC. A Cut/RS reverteria esse processo quando conseguiria aparelhar um dos focos de oposição surgido no Sindjustra. Parte da tendência Trotskista Cut pela Base, representada, em Porto Alegre, pela DS conseguiria controlar as oposições à CSC no Sindjustra e dividiria, mais tarde, em 1994, o poder com a CSC através da proporcionalidade cutista.

Entretanto, no período de 1978 a 1994, as forças políticas do movimento sindical travaram um confronto interno para determinar qual linha política ideológica a ser implementada ao Sindicalismo Brasileiro, sem que as idéias precursoras das transformações sociais fossem extintas em

qualquer tempo histórico do transcurso deste processo.

Vários procedimentos emergiram dos confrontos e transitaram no movimento sindical como instrumentos utilizados para obter o poder. Nas retomadas das lutas sociais do movimento operário, a divergência principal era quanto às formas de inserção social, as contradições não caracterizariam uma oposição no interior da estrutura do Novo Sindicalismo. Acontecera a supremacia de uma proposta sobre as demais apresentadas para a construção da nova estrutura sindical e as relações que essas estabeleceriam com a sociedade, aqui em Porto Alegre, manifestadas e reproduzidas teoricamente no congresso de fundação da Cut/RS e foram levadas para os sindicatos, sendo que o embate decorrente desta contradição ocorria quase diariamente, havendo raras tréguas, quando acordavam para levar em frente uma proposta contra um adversário comum.

2 CORRENTE POLÍTICA SINDICAL

O elo de ligações da nova estrutura sindical

O fim do “milagre econômico” provocara uma crise social ao final da década de setenta e atingia a todos os setores da classe operária, contra essa crise grupos sociais do movimento sindical, que resistiam ao sindicalismo corporativo, concentrariam os seus esforços para mudar àquela realidade. Travariam um embate social cujo eixo principal, aparente, eram em linhas gerais por resultados econômicos. Nas manifestações dos “Trabalhadores”, entre as palavras de ordem, a mais enunciada era: “abaixo o arrocho salarial”, estando presente em todos os discursos proferidos, também, pelos Sindicalistas Autênticos acrescidos de outras palavras contestatórias contra o ditadura militar.

Para que essa luta fosse mais eficaz, no entendimento destes sindicalistas, seria preciso organizar as lutas sociais, juntando os descontentamentos da classe trabalhadora com as crescentes manifestações sociais de repúdio à ditadura, expressas em movimentos paredistas como greves por resultados, movimentos estudantis e os demais movimentos populares, canalizando esse mal estar social, tornando-o um instrumento de luta e de pressão contra o Poder Executivo Nacional.

Neste sentido, dariam início à construção de uma estrutura sindical que se adequasse às necessidades do momento em substituição a estrutura sindical getulista. Assim, os resultados econômicos e sociais viriam como conseqüências secundárias e não como causa primeira dentro da concepção de redimensionar o movimento sindical através de uma nova estrutura, assim que tivessem o controle das ações dos trabalhadores de forma independente do Estado.

Como fazer? Era o principal problema, já que por que fazer era premente e oportuno realizar, isto era o consenso entre as principais correntes de pensamento presentes entre os Sindicalistas Autênticos e Combativos da ANAMPOS.²⁰ Os Sindicalistas Combativos se afastariam, depois, por terem divergências quanto às questões de estratégia política e de atuação a serem implementadas ao movimento sindical.

Para dar início a essa construção social precisavam diminuir as contradições existentes entre os líderes. O que seria feito com obtenção de maiorias presentes aos congressos de organização pró-CUT. Desta premissa sairia o esboço de estrutura sindical. A conjuntura nacional favorável as modificações sociais propiciadas por pressões sociais criando um clima ascendente de restauração democrática que ajudaria mover em direção favorável às propostas da ANAMPOS o processo de construção da nova estrutura sindical. Visto que essa organização apresentar-se-ia como uma entidade de articulação de movimentos sociais populares transitórios, de grupos sociais de esquerda e de centro esquerda se constituindo, principalmente, no meio sindical um fenômeno que se sedimentaria como elo transmissor de pensamentos e de ações entre as entidades que comporiam de fato a nova estrutura sindical, vindo a ser popularmente conhecida como Corrente Política Sindical.

Apesar da sucessão de fatos protagonizados pelo Governo da União, para se fortalecer e resistir as transformações iniciadas no movimento sindical, o Ministério do Trabalho aperfeiçoara as práticas decorrentes do clientelismo presente na estrutura sindical corporativa adaptando às necessidades políticas sociais do momento de transição democrática, sobre o qual o Estado tinha interesse em manter o controle social do processo que estava em desenvolvimento no movimento sindical e na sociedade, porém se limitando ao uso da violência institucional com menor intensidade nas ações desencadeadas no espaço da rua.

²⁰ Articulação: Sindicalistas Autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independente, bem como militantes da esquerda organizada, originários da antiga ALN, 1983 e dissidentes do grupo trotskista “Trabalho”. A Articulação foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas e as organizações para-pardidárias. AZEVEDO, Clovis Bueno. Leninismo e social democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores. USP/SP 1991. Dissertação de Mestrado. IFCH/CDS/UFRGS. (Biblioteca Campus do Vale) Porto Alegre.

Os dirigentes sindicais identificados com o governo e por extensão colaboracionistas, cuja cota de contribuição social já ultrapassara a simples subserviência política e alcançava as esferas administrativas que gerenciavam e dirimiam as demandas das relações capital e trabalho. Era comum esses atores sociais ocuparem cargos administrativos no MTPS, DRTs, TRTs e JCs. Eram postos de trabalho que auferiam prestígio político e social junto aos demais trabalhadores, emprestando aos beneficiados, de forma extra-oficial poder de representação social em órgãos públicos, sem terem passado por um processo de legitimação em seus sindicatos de origem.

Com o surgimento de uma Central Sindical de Trabalhadores, a partir da vontade política dos Sindicalistas Autênticos, esses teriam como primeiro embate, a busca do entendimento comum que, retomar movimentos revolucionários era algo arriscado e sem condições ideais de ser posto em prática com possibilidades de êxito. E, segundo: enfrentar as mazelas da antiga Estrutura Sindical, além dos eixos essencialmente ideológicos como, o populismo. Ademais existiam além destas, todas as lutas sociais para serem retomadas contra o corporativismo, clientelismo, fisiologismo e outros malefícios sociais remanescentes da era Vargas existentes nos sindicatos e disseminados pelas bases.

Para dar corpo a Nova Estrutura Sindical predominaria a vontade da maioria em contingente. Pois em termos de quantidade de correntes de pensamento, as demais superavam os sociais democratas. Como forma inicial de organização apresentaram-se favoráveis ao pluralismo de idéias como pré-condições essenciais para a nova estrutura sindical e a nova central transcender no sentido de arregimentar as demais tendências que descartavam a submissão às regras institucionais da Abertura Democrática. Assim conseguiriam unificar os esforços contra dois adversários ideológicos comuns (ditadura militar e capitalismo/liberalismo) unindo as facções alojadas em tendências representadas por stalinistas, maoistas, socialistas, trotskistas e as dissidências destas correntes de pensamento que afirmavam serem marxistas-leninistas. Em um primeiro momento, essas submeter-se-iam a maioria em contingente da ANAMPOS.

Alguns grupos sociais marxistas-leninistas de inspiração ortodoxa alinhariam posições e atuariam junto com os sociais democratas sem acirrarem a contradição e assim não se constituíram em oposição, mas formaram de início dois grandes grupos distintos, durante a fase que precedeu a

organização da Nova Estrutura Sindical e da construção da CUT.²¹ Um grupo social defenderia o cupulismo reivindicando uma direção presidencialista à central, para que os trabalhadores tivessem uma referência nacional e conservando obrigatoriamente alguns pontos básicos da Estrutura Sindical Getulista, principalmente, os pontos importantes, como os que representavam ingressos de receita e a manutenção poder de forma vertical.

O outro grupo pretendia organizar a Nova Estrutura Sindical pela base aproximando-se dos setores populares da sociedade para compor alianças políticas propondo uma direção do movimento sindical de forma compartilhada e por instâncias de poder, de modo a representar todas as correntes de pensamento, tanto dentro da central como junto à Nova Estrutura Sindical.

Com predomínio em contingente, os sociais democratas venceriam após realizarem acordos políticos, acerca das questões pontuais que referimos. Com esses acertos de bastidores, a direção de organização da central amordaçaria os representantes do sindicalismo revolucionário e do sindicalismo de esquerda que preferiam o cupulismo. Os grupos sociais derrotados em congresso permaneceriam com representação apenas no campo das idéias, considerando o espaço social que as conferências e congressos nacionais abrangiam. Nas bases, as lideranças dos grupos sociais marxistas-leninistas ortodoxos, inexpressivos em termos quantitativos no movimento sindical nacional, em alguns sindicatos e associações, revertiam o quadro político determinado pela central e formariam focos de resistência às decisões nacionais formando correntes políticas sindicais a partir das bases.

O que fora deliberado de comum acordo em encontros nacionais organizativos e promovidos pelas tendências e grupos sociais, descritos neste capítulo, apontaram como resultado de uma maioria a forma efetiva de luta social: “a instituição do conflito social de caráter moderado” através da criação de fatos políticos, canalizando-os e adaptando-os à ótica de luta social proposta pela maioria da nova

²¹ Podemos assim imaginar a CUT como uma árvore com duas grandes raízes principais.

Uma, formada pelas Oposições Sindicais, muitas das quais poucos anos depois conquistaram sindicatos, como as oposições das categorias Chave (...).

A segunda raiz é formada pelos “sindicalistas autênticos” (assim eram chamados na época), que eram dirigentes sindicais combativos, que durante os anos difíceis da ditadura disputaram individualmente, um espaço no interior das diretorias. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião Lopes.

central sindical.

Desta forma, criaram uma estratégia política que envolveria os sindicatos controlados por grupos marxistas-leninistas ortodoxos que resistissem às políticas propostas pelos Sindicalistas Autênticos como práticas sindicais preferenciais através da direção nacional. Com essa determinação, procurariam absorver tanto os sindicatos que pretendiam permanecer fiéis a Estrutura Sindical Getulista, como os sindicatos sob orientação comunista que pretendiam retomar a via revolucionária.

As adequações dos sindicatos de representação da classe operária às políticas sociais da nova estrutura sindical, de um modo geral, os Sindicalistas Autênticos não apresentaram como objetivo principal arrancar os trabalhadores e os setores populares da sociedade da ignorância política e social. Pretendiam transformar esses grupos sociais em forças sociais vivas dotando-as de lideranças disponíveis que pudessem controlar as bases e atuar em momentos de tensões sociais, transformando os trabalhadores em massa organizada pronta para participar de atos públicos cujo agente deflagrador iria ser o conflito social de caráter moderado, contrapondo-se às propostas de rupturas sociais urbanas defendidas por marxistas leninistas trotskistas, marxistas-leninistas stalinistas e marxistas leninistas maoistas.

O processo agora era diferente do enfrentamento levado a cabo pelos sindicalistas de orientação comunista que enveredaram para a luta armada como metodologia de ação para contrapor ao binômio, ditadura militar e exploração capitalista. O Conclat de 1983 delinearía as formas básicas de organização, a exemplo da conferência anterior, foi precedido de encontros estaduais, e em 1984, seria oficialmente instituída uma estrutura sindical livre da ingerência do Estado e começaria a atuar formalmente no Rio Grande do Sul, em 1985, após o surgimento da Cut/SP²² (Figuras 2, 3 e 4).

“As duas raízes da Cut” In.: Idem. CUT ontem e hoje. São Paulo: Vozes, 1991.

²² O primeiro Congresso Nacional da Cut também aprovou um calendário para a discussão da Nova Estrutura Sindical. Toda as Cuts Regionais e Estaduais deverão discutir a questão e apresentar as suas propostas até 30 de setembro/85. A Plenária Nacional, que se reunirá no final do ano. Com base em todas as propostas vindas das Regiões e Estados, vai discutir e aprovar uma nova estrutura sindical. Após a Plenária Nacional criar mecanismos e as formas de implantação dessa estrutura sindical. Cut/Estadual/SP. Proposta de Nova Estrutura Sindical. Caderno de Teses do Congresso do Congresso da Cut/SP S/D.(Quadro em anexo) Arquivo do SEEB/POA caixa da CUT. Praça Parobé,

Figura 2 - Marcha contra a fome e o desemprego se deslocando pelas ruas de Canoas em direção 'a Porto Alegre. Anos 80

Fonte: Acervo STIMMEC – RS

Figura 3 - Assembléia no Local de Trabalho - pequenas reuniões para mobilizarem os trabalhadores nas OLTs. Anos 80

Fonte: Acervo STIMMEC – RS

Figura 4 – Paralisação e Ato Público dos Trabalhadores do TRT 4ª Região utilizando como recurso de mobilização o carro de som. Anos 90

Fonte: Acervo Sindjustra – RS

Nas deliberações dos encontros estaduais e regionais, ficaria expressa a vontade política de organização para promover políticas sociais de forma horizontal privilegiando as bases. A Cut/SP fora a entidade que melhor assimilara esse desejo de unidade, realizando-o e logo, a seguir, também, promulgaria o seu estatuto procurando legitimar rapidamente a Nova Estrutura Sindical, assim se constituindo em referencial para a construção das demais centrais estaduais e regionais. Fato explicável pela proximidade com a entidade nacional, que diminuía a dimensão temporal das discussões. Porque, se houvesse a demora em implementar a entidade estadual, abriria espaço para retomadas de posições contrárias às questões essenciais pertinentes a nova estrutura sindical. Questões que eram considerados polêmicas sob o ponto de vista ideológico pelas três maiores tendências que estavam construindo a Nova Estrutura Sindical.

Idéias contrárias conduzidas pelos mesmos grupos sociais vencidos na plenária de organização nacional, quando fora votado o anteprojeto da Nova Estrutura Sindical, criaram feridas durante as discussões que demorariam a cicatrizar. Pois no interior de cada tendência não houve unidade, e sim fecharam questão em cima de uma proposta. O episódio que provocaria dissidências nas tendências fez com que surgissem outros grupos com inspirações ideológicas iguais e que ficaram a procura de uma instituição para legitimar a sua atuação política ideológica e ter o poder de inserção

social na sociedade. Com esse espírito, constituíram correntes políticas sindicais em associações de trabalhadores e sindicatos em que o braço da Nova Estrutura Sindical ainda não tivesse alcançado o local.

A vontade dos Sindicalistas Autênticos prevaleceria e estes organizaram a Nova Estrutura Sindical acordando pontos no que se refere à direção nacional e estadual (SP) com os Sindicalistas Combativos, ficando a estrutura disposta teoricamente da forma a seguir descrita.

CENTRAL SINDICAL NACIONAL

- CUT- Central Única dos Trabalhadores
- Cut Estadual
- Cut Regional
- Federação Nacional - Por Ramo de Atividade
- Federação Estadual - Por Ramo de Atividade
- Sindicatos de Base - Por Regiões
- OLTs-Comissões dos Trabalhadores

RAMOS DE ATIVIDADES

- Sindicatos Por Ramo de Atividades
- Setor Primário: Agricultura
- Setor Secundário: Indústrias
- Setor Terciário: Prestação Serviços e Serviços Públicos

Cada instância da Nova Estrutura Sindical possuiria órgãos deliberativos próprios, administrativos e políticos, compostos por trabalhadores eleitos em processos democráticos a serem instaurados nos locais de trabalho.

ESTRUTURA DE PODER DELIBERATIVO

C.U.T. : Congresso, Plenária, Direção Com Executiva e Conselho Fiscal

F.N. : Congresso, Plenária, Direção Com Executiva e Conselho Fiscal

F.E. : Congresso, Plenária, Direção Com Executiva e Conselho Fiscal

SINDICATO DE BASE: Congresso, Assembléia Geral da Categoria, Plenária, Direção Com Executiva e Conselho Fiscal

COMISSÃO SINDICAL DE BASE: Assembléia Geral de Trabalhadores da Mesma Empresa e Direção Com Executiva

Com esses pontos acordados em encontros nacionais pelos representantes dos trabalhadores, caberiam então às instâncias deliberativas levarem o processo de intervenção social em frente. A dianteira do processo fora tomada pela primeira executiva nacional eleita, as tarefas estatutárias seguiriam um curso teórico burocratizado e outro ideológico desenvolvido de forma dual e paritária. E, neste sentido, foram criados através das oposições sindicais, nos sindicatos sob controle do Estado, entidades paralelas se rivalizando com as direções sindicais corporativas e extinguindo em alguns

sindicatos as velhas formas corporativas e colaboracionista de inserção social. Então, não mais os princípios da Antiga Estrutura Sindical Corporativa balizaria as relações sociais entre capital e trabalho, que por longo tempo, no Brasil, o Estado controlara os sindicatos através de meios coercitivos considerados como procedimentos fascistas pelos Sindicalistas Autênticos e estruturados da forma seguinte.

ESTADO/GOVERNO

1. **Controle Ideológico**: Colaboração de Classes, Corporativismo e Assistencialismo

1-2. **Controle Político**: Nas Eleições Sindicais e Intervenções

1-3. **Controle do Dinheiro**: Imposto Sindical e Verbas com Destinação Definida pelo Estado

1-4. **Controle Organizativo**: Enquadramento Sindical

2. **MINISTÉRIO DO TRABALHO (Estado e Governo)**

Confederações

Federações

Sindicatos

2-1 **SETOR PRIMÁRIO**: Agricultura

2-2 **SETOR SECUNDÁRIO**: Indústria

2-3 **SETOR TERCIÁRIO**: Prestação de Serviços. (Menos os serviços Públicos)

3. **ORGANIZAÇÃO**: Por Ramo de Atividades

Por outro lado, o quadro a seguir corresponderia a estruturação administrativa e social proposta para a Nova Estrutura Sindical. Na qual predominaram princípios básicos inspirados na social democracia, entretanto a inspiração era negada pelos Sindicalistas Autênticos e pelos Sindicalistas Combativos. Esses afirmavam aos seus interlocutores, que criaram um modelo próprio procurando contemplar os anseios de liberdade e de democracia plena dos trabalhadores.

3. NOVA ESTRUTURA SINDICAL

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E POLÍTICOS SOCIAIS

3-1 Democracia

3-2 Sindicato Classista e de Luta

3-3 Ação Sindical

3-4 Liberdade e Autonomia Sindical

3-5 Organização Sindical

3-6 Eleições Sindicais

3-7 Sustentação Financeira

3-8 Sindicalização

3-9 Da Unidade e da Central Sindical

Cada ponto desta nova estrutura sindical seria debatido nas futuras unidades estaduais e regionais da central sindical e retornaria à discussão em plenárias nacionais acompanhados de justificativas apresentadas de forma individual circunscrita a cada uma das questões.

Quadro 1 - Proposta Nova Estrutura Sindical

Fonte: Cut/SP - Direção/Estadual, 1984 1o CONCUT- Arquivo/SEEB-POA

Quadro 2 - A Nova Estrutura Sindical - Organização Política

Fonte: Cut/SP –Direção Estadual– São Paulo, 1984. Elaborado com base na Documentação do CONCLAT/Praia Grande (1983) Arquivo - SEEB/POA Cx-CUT

Quadro 3 - Proposta Nova Estrutura Sindical

Fonte: Cut/SP – Direção Estadual – São Paulo, 1984. Documentos do 1o CONCUR – Arquivo do SEEB/POA Cx-CUT - “Proposta apresentada pelos grupos de sindicalistas considerados reformistas”

Quadro 4 – Proposta Nova Estrutura Sindical

Fonte: Cut/SP – Direção Estadual – São Paulo, 1984. Documentos do 1o CONCUR – Arquivo do SEEB/POA Cx-CUT - “Proposta apresentada pelos grupos de sindicalistas considerados ortodoxos”

A “Ação Sindical” teria emendas supressivas e emendas aditivas, como resultados dos debates em que se questionavam o alcance de linha política ideológica que privilegiara o conflito social de caráter moderado como instrumento primordial a ser utilizado nas lutas sociais que viriam.

O primeiro CONCLAT aprovara um roteiro com datas a serem seguidas pelas unidades estaduais e regionais para discutirem as propostas contidas no anteprojeto de estrutura sindical. E, estas deveriam apresentar as suas propostas até 30 de setembro de 1985. O que fora feito, com a introdução de modificações que não transformariam o eixo ideológico principal do anteprojeto, se

consolidaria assim a vontade de dois grandes grupos de sindicalistas, das três tendências e de vários grupos sociais apoiadores do projeto.

Para fazer funcionar a estrutura que criaram, precisariam de duas coisas essenciais: sustentação política e apoio econômico. Como obtiveram a maioria nas conferências e congressos nacionais de trabalhadores em que discutiram a organização da Nova Estrutura Sindical, os Sindicalistas Autênticos identificados com a social democracia conseguiriam se expressar majoritariamente em quase todas as unidades da federação. Já não ocorreria o mesmo em cidades em que foram criadas centrais regionais e, em que pese a proximidade com os sindicatos o quadro político ficara bem diversificado, predominando o poder do fenômeno social caracterizado em 1985 como Corrente Política Sindical. Se com maioria na direção de um sindicato, alguns dirigentes sindicais se posicionaram por intermédio das correntes políticas sindicais como obstáculo a verticalização da estrutura sindical.

A sustentação financeira seria a princípio, ainda, obtida através do imposto sindical embora parte dos Sindicalistas Autênticos fossem contrário a sua utilização como fonte principal de receita. Só com a constituição de 1988, este tipo de ingresso de receita começaria a ser repensado como fonte de arrecadação dos sindicatos. Assim como outros pontos constantes na Nova Estrutura Sindical como objeto a ser conquistado, seriam facilitados através da obtenção do caráter de legalidade que emprestaria a constituição federal proporcionando, que manifestações reivindicatórias promovidas pela central fossem explícitas e por isso, nesta direção surgiam apoios políticos e materiais de diversos segmentos da sociedade para deflagrar as lutas sociais.

O que era diferente do apoio político hipotecado em relação a proposta vencedora, à qual estava espelhada a Nova Estrutura Sindical. Este apoio seria um fato de difícil administração para os Sindicalistas Autênticos, sem que houvesse uma cisão, apesar de nunca ter havido uma homogeneidade ideológica entre autênticos e combativos. A unidade era só em torno de questões que fossem julgadas pontuais acerca da Nova Estrutura Sindical e se valendo de uma destas questões pontuais, a Autonomia Sindical, não fechariam questão em torno das propostas declinadas pela Central Sindical sem negociações nos sindicatos de base visto surgir apoios externos diretos a causa

de um sindicato e eventuais contestações a política da CUT.

Pelo fato de que a Nova Estrutura Sindical não estar funcionando conforme as normas estabelecidas pelas decisões emanadas dos fóruns deliberativos nacionais e estaduais, contrariando as propostas de construção da estrutura dos Sindicalistas Autênticos. E de fato essas estariam na prática sendo construída pelos líderes sindicais e o mesmo fenômeno ocorreria em seus sindicatos. Esse fato fora gerado, já a partir das contradições do CONCLAT e não diluído por todos os sindicalistas, Autênticos e Combativos. E sim, dissimulados nos discursos, expressando muito mais a ideologia de cada corrente de pensamento do que um discurso consistente que configura-se uma unidade para um fim que representava os desejos de liberdade, organização e participação efetiva dos trabalhadores para usufruírem também dos resultados econômicos e sociais proporcionados pela perspectiva de democracia plena oferecida pela Abertura Democrática.

Os vários discursos refletiriam, de início, a pluralidade da Nova Estrutura Sindical sem unificarem os discursos em torno da Central Sindical, inicialmente composta por setores progressistas da igreja, “marxistas leninistas, trotskistas, independentes e militantes do PT, PDT e PMDB, segundo COSTA (1995). No entanto entre os chamados “independentes” se encontravam alguns comunistas de todas as matizes, a ANAMPOS absorveria boa parte dos “independentes” e “dissidentes” reforçando o controle majoritário da CUT, porém sem obter o poder em todas as instâncias deliberativas da Nova Estrutura Sindical.

Esta Corrente Política sindical seria mais tarde conhecida, popularmente, em nível nacional por Articulação Sindical, nesta predominava em maioria, como tendência a social democracia²³ de

²³ A fundação Friedrich Ebert não se intitula “fundação” do SPD - juridicamente é uma instituição privada - mas, de acordo com seu nome, “representa a herança política” do primeiro Presidente da República de Weimar, Friedrich Ebert (1871-1925).

Consultando os “Relatórios Anuais” da Fundação, verifica-se uma radicalização da linguagem com um vigoroso reaparecimento do tema “socialismo democrático a partir de 1970, e enfatizado no período 1973-74. Isto corresponde plenamente a grande ofensiva ideológica lançada pela direção do SPD naquela época, com o fim de integrar a ala esquerda de seu partido e dos trabalhadores em geral desviando-os assim de uma verdadeira socialista. MONTAGNY, P. p 94. IN: A social democracia na atualidade. POULAIN, Jean-Claude (org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

vertente teórica européia, tornar-se-ia a primeira “tendência” e Corrente Política sindical organizada em todas as localidades onde foram instituídas centrais sindicais estaduais.

Outras correntes políticas sindicais surgiriam seguindo-a enquanto forma de fenômeno atuante para além dos sindicatos configurando dentro da nova estrutura sindical em uma instância que se movimentava em todas as direções, estando presente em diversos segmentos sociais de caráter popular e em todos os degraus da nova estrutura sindical, delineada de fato, da forma a seguir.

A NOVA ESTRUTURA SINDICAL

PARTIDO POLÍTICO

PT, PDT e PMDB: partidos que tinham representação ao início da Nova Estrutura Sindical.

CENTRAL SINDICAL

CUT Nacional: Com Direção Executiva, conforme proporção de votos obtidos pelas tendências nos congressos estaduais, onde indicam-se os congressistas com direito a voto no congresso nacional.

Cut Estadual: Com Direção Executiva, conforme a proporção de votos obtidos pelas tendências em assembleias sindicais que elegem congressistas para congresso estadual.

Cut Regional: Com Direção Executiva, conforme a proporção de votos obtidos em assembleias sindicais que elegiam congressistas para o congresso regional.

FEDERAÇÕES NACIONAIS Categorias profissionais por ramo de atividade

- Sindicatos com Base Estadual
- Direção Executiva: Eleita em congresso nacional da própria federação.

- O processo de acesso ocorre com o voto dos congressistas eleitos ou aclamados nos congressos estaduais ou em assembléias convocadas para essa finalidade.

FEDERAÇÕES ESTADUAIS

- Por Ramos de Atividades
- Sindicatos com Base Regional/Municipal
- Primária: Agricultura
- Secundária: Indústrias
- Terciária: Prestação de Serviços (Incluindo os Serviços Públicos)

SINDICATOS BASE

- Direção Executiva
- Autonomia Sindical
- Sindicatos Sob Orientação Comunista: os Diretores Sindicais eram Delegados Natos para todos os Congressos de Trabalhadores.
- Sindicatos Sob Orientação da Central, controlado pela ANAMPOS: os diretores sindicais organizavam chapas e realizaram assembléias para elegerem congressistas através de sistema majoritário de maioria simples até surgir o sistema de

proporcionalidade em 1992 (Anexo C²⁴).²⁵

OLTs

- Diretores eleitos ou aclamados no local de trabalho
- Com autonomia restrita ao setor de trabalho
- Ponto receptor e de disseminação de políticas sindicais

BASE

- Trabalhadores Sindicalizados
- Trabalhadores em Geral
- Sistema de Manifestação Representativa Qualificada

CORRENTE POLÍTICA SINDICAL:

- Agente de Ligação da Estrutura Sindical
- Ligadas a Partidos Políticos
- Partido Político tem o Controle das Correntes

TENDÊNCIAS

²⁴ “Proposta de Nova Estrutura Sindical”

²⁵ Quando aprovamos em assembléia da categoria, em dezembro de 1992, a proporcionalidade na composição da diretoria do sindicato, a intenção era de que as minorias pudessem se expressar, que pudessem trabalhar em conjunto, sem cerceamento aos direitos de participação de todos. Jornal “O Bancário” dezembro de 1993 caixa da CUT. Arquivo do SEEB/POA. Praça Parobé, ed. Dabdab. 10 Andar, Porto Alegre.

- Marxistas Leninistas (todos se reivindicam)
- Comunistas, Socialistas, Social Democratas
- Marxistas Leninistas Revolucionários, Marxistas Leninistas Reformistas
- Maoistas, Stalinistas, Trotskista, Reformistas, Populistas
- Teses/Inspiração: Marx, Lenin, Berstein, Trotsky, Mao

O quadro anterior, era o que de fato correspondia, inicialmente, à Nova Estrutura Sindical. Era o resultado do embate travado pelas forças que atuavam no movimento sindical provocando outra concepção de organização política e social dos trabalhadores em que Estado/Governo perderam o controle da estrutura sindical montada por Getúlio Vargas. O novo espectro se sobreporia em um primeiro momento ao Poder de Estado se colocando de forma oculta, aparecendo em momentos nos quais aconteceram disputas por poder de representação social.

Entretanto, logo após a “*Resolução Preliminar*” do primeiro congresso estadual da Cut/SP, ruiria a idéia que os sindicatos no Brasil após o Novo Sindicalismo iriam representar as diferentes categorias de trabalhadores segundo as políticas construídas nas bases, através das diretrizes sugeridas pelas Centrais Sindicais, pois deliberaram de forma vertical sobre princípios e diretrizes a serem seguidos por sindicatos e trabalhadores, desconsiderando a pluralidade política de cada sindicato e os discursos proferidos ao fundar a CUT. A partir desta decisão, a maioria das demais Cuts estaduais aplicaria esses princípios por terem em seus quadros diretivos a maioria dos diretores pertencente a Articulação Sindical.

O fenômeno se desenrolaria de outra forma, nos sindicatos de base a disputa pelo poder ocorreria entre as correntes políticas sindicais. Essas se digladiavam pela imposição das suas cores ideológicas nos pleitos realizados em diversos fórum de deliberações das bases, ali surgiriam fatos inesperados se desenvolvendo de forma bem diferente do que fora planejado pela CUT, e assim perderia o controle social do processo, em termos dos rumos traçados a priori, o que permitiria o

surgimento de discursos paralelos ao discurso oficial da central, agrupando trabalhadores junto às vozes discordantes.

As vozes contraditórias se tornaram freqüentes e seriam reproduzidas através dos discursos das novas correntes políticas sindicais, as quais ficariam mais tarde consolidadas com a afirmação das tendências stalinistas e trotskistas. Essas contradições tornariam os sindicatos de base um ponto de abastecimento logístico e de divulgação de idéias. Assim a despeito do poder da Central Sindical, seria construída nas sombras uma estrutura sindical paralela bem definida em Partido Político, Central Sindical Nacional, Central Sindical Estadual, Central Sindical Regional, Federação Nacional, Federação Estadual, Sindicatos, OLTs, Base e Corrente Política Sindical. Esta última “entidade” circulava em todas as instâncias da estrutura sindical. O PCdoB iniciaria, mais tarde, um processo para romper essa estrutura em ramos de atividade montando a sua estrutura sindical, Partido Federação, Sindicato e Corrente, o exemplo seria seguido por outros partidos de esquerda.. O PCdoB, em 1989, ficaria com a área restrita aos Trabalhadores do Judiciário Trabalhista e o PSTU, em 1994, com a área circunscrita aos Trabalhadores em Saúde Pública.

As tendências ultrapassariam os limites do espaço da estrutura sindical atuando em outros setores da sociedade, não necessariamente popular, ligados e sob controle de um partido político. Com essas contradições foram construídas as linhas políticas ideológicas a partir dos sindicatos, fragmentando a força política dos trabalhadores nos conflitos sociais.

Essas tendências dissidentes a princípio não seguiriam o exemplo dos Sindicalistas Autênticos que construíram setores majoritários dentro da ANAMPOS deixando os militantes independentes e os dissidentes isolados. As dissidências mantiveram o contato com os militantes e em um segundo momento foram obrigados pela conjuntura do movimento sindical a se organizarem e a filiar-se às correntes políticas sindicais, às tendências e aos partidos políticos para não ficarem isolados no sentido de obter apoio político e material nas disputas por poder de representação junto às instituições representativas de trabalhadores.

Em termos de projeções reais o sindicalismo revolucionário estava descartado pelos

marxistas leninistas ortodoxos remanescentes da luta armada contra a ditadura militar. Só permaneceriam as idéias, essas seriam defendidas nos espaços políticos dos sindicatos de base por marxistas-leninistas, trotskistas ortodoxos, maoistas, stalinistas. Aos quais restaram como possibilidade real, apenas o direito de participar, das eleições institucionais via partidos políticos o que sob o ponto de vista teórico emprestaria a essas tendências o rótulo de tendências marxistas reformistas.

ESTRUTURAS SINDICAIS PARALELAS	
<i>Partidos de Esquerda</i>	<i>Marxistas Leninistas</i>
Tendência/ Inspiração > Stalin	Tendência/Inspiração > Trotsky
Ano > 1989	Ano > 1994
Partido > PCdoB	Partido > PSTU
Federação > FENASTRA	Federação > FENASPS
Sindicato > Sindjustra	Sindicato > Sindsprev
Corrente Sindical > CSC	Corrente Sindical > MTS

Quadro 5 - Estruturas Sindicais Paralelas

Fonte: Quadros elaborados a partir de estudos em documentos do 7º CECUT e de Eleições Sindicais.
 Fonte: SEEB/POA –Arquivo do SEEB/POA Cx-CUT

2.1 LINHA POLÍTICA IDEOLÓGICA

As características ideológicas de cada tendência seriam preservadas em sua essência, durante os momentos de tensão social à frente dos sindicatos essas se manifestaram de forma mais explícita. O fenômeno se caracterizaria como uma política de ação independente dos procedimentos inerentes às novas funções estatutárias dos sindicatos, mantendo relações contraditórias com a CUT. Sem solução para esse impasse, por um bom tempo, visto que, para solucionar a questão via eleições sindicais de base precisariam construir maiorias nestes sindicatos.

Por não existir artigos nos estatutos da maioria dos sindicatos que convergissem com os estatutos da CUT e que permitisse a proporcionalidade nas diretorias executivas, as disputas políticas eram feitas através do voto ou de aclamação em composição de chapas únicas, com mecanismos eleitorais quase iguais aos anteriores que permitiam a manutenção de uma diretoria corporativa por inúmeras gestões e que fora um dos pontos mantidos pela ANAMPOS para conseguir maioria e

organizar a Nova Estrutura Sindical.

Cada sindicato tinha a sua própria linha política ideológica, como eram os casos dos sindicatos em que realizamos essa pesquisa: Sindjustra, STIMMEC e SEEB/POA. Nos sindicatos que eram controlados pela mesma tendência e pela mesma Corrente Política sindical e que detinham o poder na CUT e Cut/RS. Essas instituições tinham procedimentos alinhados o que facilitava a forma de declinar políticas verticais: Partido (PT), CUT, Cut/RS e Sindicato, alijando as federações nacionais e estaduais assim que alguma federação fosse tomada por outro partido político. Este fenômeno de verticalização ocorrera com o STIMMEC, SIMMEPA e SEEB/POA e mantido até o surgimento do sistema de representação proporcional nas entidades e instâncias de poder da Nova Estrutura Sindical em 1992.

No Sindjustra os fatos se sucederem de forma diferente por esta instituição estar à época sob o controle do PCdoB. Desde o início das atividades deste sindicato permaneceram as idéias vencidas nas conferências nacionais de trabalhadores em que existiram o debate sobre estratégia política sindical. Esse grupo social de forma voluntariosa removera da ASJT a extensão do braço sindical do Estado, transformando-a em sindicato. No entanto, resistiram para se alinhar às diretrizes da CUT e Cut/RS, buscando estabelecer as suas próprias diretrizes políticas através da Federação Nacional das Associações de Funcionários da Justiça do Trabalho, fundada em 1985, o que estruturaria a atuação política de forma vertical: Partido (PCdoB), Federação (FENASTRA) Sindicato (Sindjustra). Em 1985, o grupo social que dispunha da tendência, tinham trocado a inspiração maoista pelas teses stalinistas. Por não estarem organizados em forma de Corrente Política Sindical tinham dificuldades de transito no movimento sindical, então criaram em 1988 a Corrente Sindical Classista (CSC) para ingressar nas base de outros sindicatos, associações, na CUT e Cut/RS, estabelecendo o elo de ligações entre as entidades que compunham a Nova Estrutura Sindical para entrar em entidades populares e então se desvinculariam da CGT por essas e outras razões de fundo político ideológico.

As práticas sindicais seguiriam ao que estava deliberado nas instâncias deliberativas da Nova Estrutura Sindical de forma aparente, em relação a essência. Os rumos foram outros, apontavam em direção a ideologia defendida pela tendência que tomara o poder no Sindjustra, o que não era

percebido pela maioria da base, mesmo estando o conteúdo ideológico presente nos discursos cotidianos dos principais dirigentes sindicais. O fenômeno era assimilado pelos trabalhadores como manifestação política individual do sindicalista e não como parte de uma ação organizada por uma tendência para ocupar um espaço político. O fenômeno permaneceria oculto²⁶ junto com o controle social do movimento sindical por Partidos/Tendências e Correntes Políticas Sindicais. Com exceção do PT que possuía várias tendências e uma Corrente Política Sindical Organizada em 1985. O PCdoB tinha uma só tendência e uma Corrente Política Sindical em 1989, no PT as tendências iam com o tempo, compor após 1985 no seu interior, outras correntes políticas sindicais e que iam disputar o poder de representação social nos sindicatos, associações e em instituições populares.

A medida que as tendências de matriz reformista se consolidam e absorvem as tendências de vertente revolucionária, os militantes organizados em Correntes Políticas Sindicais se retirariam do PT e formaram outros partidos políticos. O processo que provocaria maior repercussão seria o da Convergência Socialista (CS), por ter sido expulsa. Os integrantes, de tendência trotskista fundariam o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado em 1994 (PSTU) e uma Corrente Política Sindical, o Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS). A corrente, em princípio, aceitava o ingresso de militantes de outros partidos não filiados a outras Correntes Políticas Sindicais.

Os sociais democratas representados em forma de tendência pela Articulação Sindical eram maioria em todos os níveis: partido, central e dentro da própria tendência. Em segundo plano: trotskistas representados pela Força Socialista, Cut Pela Base e a Democracia Social, os Reformistas e os “Independentes” constituíam as tendências e correntes minoritárias e foram absorvidas ou diluídas entre as grandes tendências que alcançavam o centro do movimento sindical.²⁷

²⁶ Cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária, obscuramente intuída. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 25.

²⁷ Tendências: Minoritárias- Compostas por agrupamentos originários a partir de organizações comunistas clandestinas. Nova Esquerda, surge em 1989 ao se dissolver o PRC, Partido Revolucionário Comunista, este surgido de uma cisão no PCdoB em 1984. E a força socialista liderado pelo deputado Ivan Valente, nome dado pela tendência partidária em que se transformou o Movimento Revolucionário Comunista formado em 1985 pela união de ex-militantes da Ala-vermelha

As Correntes Políticas Sindicais controlariam o movimento sindical com suas ações a partir dos sindicatos de base, movendo a estrutura sindical conforme os acordos realizados em congressos estaduais e nacionais. Às vezes se alinhando às deliberações da central sindical e outra vezes se opondo as deliberações, por considera-las verticalizadas. Por isso em cada sindicato houve peculiaridades quanto a implementação das políticas sociais, influenciando diretamente os processos de inserção social.

Os sindicatos de base dispunham de orçamento próprio e estrutura administrativa com patrimônio e espaço físico disponíveis. Para certo tipo de mobilização independiam da central sindical e sim da vontade política dos seus diretores. Ficava fácil dispor destes meios e mobilizar os trabalhadores, visto que qualquer ação era mais eficaz em um sindicato cujo Partido, Tendência e Corrente Política e OLTs estavam sincronizados.

Neste sentido as formas de administrar a política de ação dos sindicatos se burocratizara no sentido de cumprir os preceitos estatutários, teriam a fundamentação dos seus atos à origem em outro partido, que fugira ao controle da tendência majoritária da CUT. O Sindjustra era um exemplo típico deste processo burocratizado e contraditório ocorrido no período de 1988 a 1994.

A assembléia geral do Sindjustra do dia 24 de outubro de 1988 teve um quorum de 114 pessoas, nesse fórum decidiram extinguir a ASJT e fundar um sindicato sugerindo a manutenção do corpo diretivo. Em outra assembléia geral, realizada em 07 de dezembro de 1988, com um quorum de 29 pessoas, seria aprovado o estatuto do Sindjustra. Mais da metade dos presentes à assembléia eram os novos dirigentes sindicais. Na pauta constava como assunto prioritário, a regulamentação do instrumento principal de ação administrativa do sindicato, o Estatuto Sindical, o referencial ético perante os representados.

Temos com os fatos, além do dualismo, a ação que esconde os atos políticos atrás dos

do PCdoB, do MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado e OCPP, Organização Comunista Democrática Proletária esta última originada à partir da AP, Ação Popular. AZEVEDO, Clóvis Bueno de. Leninismo e Social Democracia: uma investigação sobre, o projeto político dos trabalhadores.

preceitos ideológicos: para deliberar descartaram a base, os dirigentes o fizeram decidindo questões pontuais e questões gerais. Em termos teóricos o estatuto sindical nortearia os rumos do Sindjustra, só que conduzido conforme a vontade política de um grupo social que não representaria o pensamento médio da base composta por mais de duas mil pessoas, desconsiderando na quantidade toda a estrutura de poder criada pelo empregador público arregimentando pessoas entre os trabalhadores.

Após a aprovação do estatuto, instrumento que teoricamente nortearia as ações políticas promovidas pelos dirigentes e lideranças sindicais no sentido de legitimar os pleitos de seus representados, sejam emergenciais ou os institucionais, junto ao Estado. Desde a primeira gestão seria o estatuto omitido como referencial ético que aparecesse à luz de uma configuração de atos políticos e administrativos que emergisse nos discursos dos líderes e dirigentes sindicais o pragmatismo dogmático da tendência em favor dos trabalhadores da categoria que representavam.

Para os trabalhadores, senso comum, era como um viés condutor do pensamento e de posição política do indivíduo perante os fatos, não a ação premeditada a partir do projeto político de uma tendência. Quando os líderes e os dirigentes sindicais criticavam o Estado dizendo que: “esse existe para servir a classe social dominante e os grupos sociais inerentes a essa classe”. E que essa, historicamente se vale de todas as formas de poder para explorá-los e que a democracia com limites, fora concedida para que essa mesma classe social não perdesse tempo em conflitos sociais desnecessários, segundo o entendimento dos Sindicalistas Autênticos que queriam apontar outros meios que poderiam ser viabilizados pelos próprios trabalhadores. Porém esses, negociavam em condições técnicas precárias os seus direitos sociais e obtinham resultados desfavoráveis por não estarem bem representados em nível nacional pelo pela CUT e PT.

Além das críticas veladas à Cut/RS dirigiam outras contra os Poderes Instituídos do Estado que deveriam promover o bem comum de forma coletiva e indiscriminada, mas que não procediam nesta direção e sim privilegiavam os mesmos grupos sociais da República Velha e dos Regimes de Exceção. Esse discurso e outros similares apontavam a ausência de políticas sociais que

contemplassem os interesses populares, responsabilizando o Chefe do Poder Executivo Nacional por essas carências. E assim passavam aos trabalhadores a idéia de um sindicato combativo interessado em viabilizar as demandas sociais dos seus representados sobrepondo as reivindicações corporativas.

Esses discursos proferidos pelos dirigentes e líderes sindicais em assembléias, eram registrados em atas, refletindo também as questões de fundo que passavam despercebidas à grande maioria dos representados, visto que, não dissociam a atuação individual da ação coletiva. Todas os atos retratavam a contradição do sindicato e da Nova Estrutura Sindical, demonstrando forças políticas em confronto.

Contradições existentes e perceptíveis em três campos: propostas, práticas políticas e concepção ideológica. Os Sindicalistas Autênticos e os combativos, ao clamarem por democracia criticavam a ausência de liberdades que as instituições que representavam a “Abertura Democrática” sonhavam pelas delimitações da CF outorgada em 1969 e que legitimava a repressão aos direitos sociais básicos dos cidadãos.

As questões sociais que abrangiam os interesses dos trabalhadores, chegariam a democracia plena precisando de legislação complementar, o que iria ser conquistado com a Constituição Federal de 1988. Esses artigos e leis complementares que ofereciam aos Sindicalistas Autênticos subsídios palpáveis e legítimos para atacarem os poderes constituídos do Estado. Com as críticas constantes obtinham a simpatia do conjunto dos trabalhadores no embate para que a democracia chegasse de fato a classe trabalhadora.

Entretanto, à Central Sindical, como às entidades sindicais, os Sindicalistas Autênticos e os Combativos posicionaram os instrumentos que representavam o poder na estrutura sindical de modo limitar a participação, primeiro das lideranças, diferenciadas pela ideologia, que pensavam de forma diferente as questões sindicais, depois, para excluir os sindicalistas que pensavam de forma contrária às questões, mas não constituíam uma oposição sindical à CUT.

Mesmo que o processo de organização do movimento sindical fosse o de democracia

representativa, as bases foram excluídas sutilmente do processo de discussão, quando foram criadas e aperfeiçoadas, nas sombras, os institutos limitadores de participação pelas ações das Correntes Políticas Sindicais, e pelos estatutos sindicais, similares aos dos sindicatos corporativos. A participação no processo de democratização dos trabalhadores em duas das instâncias da Nova Estrutura Sindical, central e sindicato, eram fóruns de representação que afastaram o dissenso político e privilegiaram o corporativismo de uma face ideológica que por sua vez preservava o dogmatismo e o autoritarismo inspirado em uma versão simplista da ditadura do proletariado.

Os atos emanados da central e dos sindicatos limitavam os interesses imediatos dos trabalhadores, substituindo-os por uma causa que ideologicamente os Sindicalistas Autênticos e Combativos entendiam como essencial para o movimento sindical deflagrando-a sem discussões com seus representados. Como: privilegiar o combate ao Poder Executivo Nacional em detrimento do enfrentamento a classe burguesa, historicamente antagônica, aos interesses dos trabalhadores, com os instrumentos de ação social que o Estado democrático recém instalado ofereceria aos cidadãos brasileiros. Tanto a central como os sindicatos verticalizaram os seus instrumentos de poder, instituindo pequenas diferenças no aparelhamento de entidades existentes até então como prática usual em sindicatos de orientação comunista.

O Sindjustra instituiu em seus estatutos, artigos permitindo que seus quarenta e três diretores fossem delegados natos em qualquer congresso, tanto os da categoria como os de classe social. Nos congressos estaduais de categoria de 1988 a 1994, em apenas um encontro estadual teve um quorum com mais de quarenta e três (43) delegados com direito a voto. Ademais o estatuto sindical atribuiria ao presidente do sindicato, neste período, o poder de nomear comissões eleitorais, representar e indicar delegados para participarem de congressos de categoria em nível nacional.

De forma centralizada seriam construídos os discursos para viabilizar a construção de políticas de ação social de forma monolítica, perfazendo uma enorme contradição, explicável no

campo ideológico²⁸.

Assim os seus empregadores, o TRT da 4a Região, representante do empregador nacional no Rio Grande do Sul, não obstante sua autonomia administrativa local, existia a dependência econômica orçamentaria do Poder Executivo Nacional sobre o montante, afora esse fato eram independentes em termos administrativos dispondo de poderes para direcionar a sua dotação orçamentaria, observando as rubricas, para reforçar e aumentar o poder da Burguesia Togada representada pela Magistratura Trabalhista de Carreira Vitalícia.

O discurso contra esta classe patronal era único e repetido em todas as regiões em que a CSC estivesse no poder. Era atraente às pessoas ansiosas por democracia plena, e era enunciado de forma a reforçar o fato de que a democracia demorava a chegar nas instituições públicas, por essas instituições estarem recheadas agentes do conservadorismo liberal e de militantes populistas. A longa convivência com ditadura militar fizera com que o Judiciário Trabalhista, enquanto detentor de milhares de postos de trabalho, possui-se uma enorme herança colaboracionista.

O paternalismo estava presente nos locais de trabalho do Poder Judiciário Trabalhista adaptado às condições administrativas vigentes ao tempo da ditadura militar, o que impedia a democracia emanada pela CF de 1988 de chegar nestes redutos controlado por pessoas conservadoras, com o apoio de ex-sindicalistas corporativos que mantinham a estrutura de Poder Administrativo inalterada, sem oportunizar processos democráticos constitucionais para guindar pessoas qualificadas aos cargos de chefia, o que tornara vários setores do Judiciário Trabalhista verdadeiros feudos, onde as chefias desenvolveram políticas administrativas próprias aplicadas em maioria a revelia dos novos instrumentos constitucionais.

²⁸ A ideologia implica a capacidade de manipular a palavra, vista que as afirmações de cunho ideológico sempre tem um pé na realidade, de modo a parecerem verdadeira no horizonte das pessoas. Entretanto, a inverdade da ideologia está em iludir o concreto com a abstração e transformar o particular em universal, despojando-o de historicidade, ou seja de transitoriedade. Sobre isso, cabem exemplos, os quais mostram como a ideologia inverte o entendimento da realidade. LOPEZ, Luiz Roberto. Sobre um tema chamado ideologia. Folheto: Biblioteca, D/H IFCH/UFRGS. Campus do Vale, Porto Alegre, 1991.

Com essa argumentação, a magistratura dirigente era combatida enquanto classe patronal por preservar o paternalismo, ou seja, a Burguesia Togada era o alvo predileto para ser atacada com discursos durante as assembléias gerais extraordinárias convocadas para os intervalos regulares do expediente, e as realizadas no horário normal de trabalho, o que rompia com a tradição da ASJT que convocava as assembléias gerais em horários após o expediente.

Enquanto buscavam a democracia nas relações inerentes ao local de trabalho, escudados por itens previstos na constituição, travariam uma luta significativa aos olhos do movimento sindical, em busca da regulamentação de preceitos inerentes aos interesses dos trabalhadores passando a idéia de engajamento às questões gerais do movimento sindical.

Entretanto um pequeno esboço de ditadura do proletariado ressurgia na administração do Sindjustra e estava em curso, com distorções temporais para os moldes históricos do marxismo leninismo²⁹. Esse procedimento lembraria mais, quanto a organização, o aparelhismo utilizado durante a República Velha pelos sindicalistas de orientação comunista em 1922 que tornavam os sindicatos aparelhos a serviço do PCB, do que construir condições reais para uma ruptura social a ser deflagrada pelo movimento sindical operário.

Sem enfrentamentos internos no Sindjustra os sindicalistas da CSC estariam livres para se organizarem e se fortalecerem politicamente para subverter as políticas da CUT e da Cut/RS, visto que o PCdoB organizaria um instrumento de ação social paralelo à nova estrutura sindical, fatos que transpareceriam quando o primeiro sindicalista a representar o Sindjustra em um congresso nacional de categoria seria o Vice-presidente do sindicato em exercício, configurando o que previa o estatuto criado pela própria CSC. Este dirigente sindical tivera o nome indicado em reunião de diretoria e

²⁹ Existem “teóricos que não conseguem ocultar sua surpresa, ante a fórmula “os sindicatos são escolas de comunismo”, porque entendem a palavra “escola” em seu sentido estrito e gramatical. A diferença entre uma escola comum e os sindicatos consiste no fato destes serem escola de classe, reunindo trabalhadores dispersos, realizando um trabalho prévio de transformação destes trabalhadores em classe, não mediante instrução livresca, mas graças à educação que se aprende no combate de classe. LOSOVSKY, D. Marx e os sindicatos. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. p.198.

referendado em assembléia geral³⁰ (aclamado) sem discussões na assembléia e na base.

No congresso da Fenastra foram debatidas questões como: Conjuntura Nacional, apoio a Candidaturas às Eleições Institucionais, Proporcionais, Majoritárias e Planos de lutas para os Servidores Públicos Federais. Os congressistas discutiram a composição diretiva da Fenastra sem fugir da linha ideológica proposta pelo PCdoB, sendo apresentada uma Chapa Única para concorrer as eleições da federação.

Na plenária final do encontro seria eleita por aclamação a Diretoria da Federação, resultando que em cada sindicato federado haveria um dirigente no exercício do poder, identificado com Partido Político, Tendência e a Corrente Política Sindical ou PCdoB, Stalinismo, CSC.

Por isso, a linha política ideológica disseminada pela tendência funcionava como uma teia de relações cujo centro irradiador dos fios condutores eram as reuniões partidárias com os líderes desenvolvendo seminários para introduzir a filosofia stalinista às pessoas que estavam próximos aos líderes e simpáticos a causa. Praticavam assim a filosofia da tendência formando lideranças de bases que divulgariam os postulados da causa de modo a sobrepor a pluralidade de idéias presente nas bases, propugnando com o fato um antagonismo de idéias às formas de conduzir o movimento sindical pela Cut/RS.

Essas práticas conjuntas, estruturação e organização, aos longos dos anos envolveram os indivíduos despolitizados, as pessoas conscientes e sujeitos do processo social capazes de discernir o projeto em curso, perceberiam o fenômeno social, quando pararam para o pensá-lo. Pois a sucessão de fatos ocorridos de 1978 a 1994 foram rápidos. Esses atropelaram os trabalhadores, tanto pelo que estava no bojo, como pela divulgação constante dos acontecimentos. O que era deliberado nos congressos de trabalhadores não era fruto das demandas originadas e discutidas nas bases. Estava longe disto, os fatos eram oriundos da política pronta e construída nos partidos políticos e difundida nas bases, criando fatos artificiais que os sindicalistas moldavam conforme os interesse de um

³⁰ Ata , 02. 05. 89 . Pastas de Atas 1989: Arquivo do Sindjustra. Rua 17 de Junho, 457, Porto

momento.

Muitos fenômenos artificiais surgiram e cresceram fomentados desta forma tornando fatos políticos nacionais, orientados estritamente pela decisão externa, cujo foco central do fenômeno acontecido não era o epicentro, se considerarmos a totalidade da coisa. Fatos como “A Greve dos Vinte Cinco Dias”, em 1991 e as “Campanhas Sindicais nas Eleições Institucionais em 1989” ocorridos na base do Sindjustra e outros fenômenos não lograriam êxito e se esvaziaram como “O Processo Eleitoral Sindical em, 1991 e “Os Atos Públicos”, em 1992. Foram fatos que tiveram desdobramentos negativos para os deflagradores destas ações por erros de avaliação ao desconsiderarem o processo de maturação política ascendente que uma categoria de trabalhadores sofre a cada fenômeno social que intervém.

Os trabalhadores receberiam indiretamente uma aprendizagem ocasional através do desenvolvimento das ações sociais, ao participarem destes atos públicos como sujeitos do seu próprio tempo histórico. E em parte, as expressões discursivas dos líderes e dirigentes sindicais cumpriram um papel importante, pois essas estabeleceram vínculos entre os agentes deflagradores dos fatos e as bases e tinham uma “função pedagógica” indireta.

As manifestações estavam geralmente pautadas em fatos presentes na mídia nacional de forma constante, funcionando como fonte de abastecimento para a renovação dos discursos das lideranças. No entanto, nem sempre estavam sincronizadas, pelo fato de não disporem de instrumentos de renovação qualitativa e quantitativa a exemplo dos seus contraditores, opositores e antagonistas, nessas lutas sociais compreendida como luta de classe na concepção dos sindicalistas. E que eles procurariam aperfeiçoar atualizando o discurso e o repetindo sucessivamente formando uma unidade discursiva.

3 OS SINDICALISTAS E SUAS EXPRESSÕES DISCURSIVAS

Em outubro de 1989 aconteceu em Porto Alegre o 5o Congresso dos Servidores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, o primeiro na condição de entidade sindical. O evento apresentaria como temáticas principais: a Sucessão à Presidência República, Reformas ao Estatuto do Sindjustra, Regime Jurídico Único, Plano de Carreiras dos Servidores Públicos do Poder Judiciário Trabalhista e Assuntos Gerais. Foram convidados para o encontro personalidades do cenário político regional, entre as quais despontavam: Augusto Saldanha, Domingos Toderó, Floriceno Paixão e Olívio Dutra, fora ainda, enviado um convite a Carlos Chiarelli, mas o seu nome não aparece nas listas de confirmações de presenças ao Congresso³¹

Para a organização do Congresso foi solicitado pelos dirigentes sindicais, promotores do evento, a utilização do auditório do prédio do TRT da 4a Região e apoio material para a realização do evento à direção desta instituição, como também expediriam ofícios a empresas localizadas em Porto Alegre pedindo verbas e materiais de expediente. Conforme a documentação existente no Arquivo do Sindjustra se verifica, que os meios para que o congresso acontecesse foram obtidos através de expedientes paternalistas.

No campo das proposições políticas sindicais, adequadas ao congresso, as idéias principais ficaram na subjetividade, apareceram de forma indireta na documentação representada pelo conteúdo da Tese Guia do 5o Congresso. Essa Tese dos diretores expressaria parcialmente o pensamento da direção do Sindjustra acerca da conjuntura nacional, junto era embutida uma proposta para desenvolver futuras ações sociais de forma a marcar a inserção social do Sindjustra no movimento

³¹ PASTAS DE OFÍCIOS, 1989. Atas do 5. Encontro Estadual dos Servidores da Justiça do Trabalho., 21/10/89. Porto Alegre. Arquivo do Sindjustra, Rua 17 de Junho, 457, Porto Alegre.

sindical, sendo no conjunto uma referência à sociedade acerca das posições políticas e ideológicas do Sindjustra.

Da organização do congresso até o encerramento surgiram um feixe de linhas condutoras para as ações sociais, que formariam elos nos cinco anos a seguir compondo uma teia de relações que se estabeleceriam entre as políticas emanadas pela CUT, Cut/RS e as ações políticas desencadeadas pelo PCdoB e CSC através dos seus militantes com assento na direção do Sindjustra que atingiriam a base. Essas relações eram impossíveis de se desemaranhar em sua totalidade, pela complexidade das políticas sindicais pequenas e pela velocidade com que os fatos se desenvolviam e se reproduziam.

Esses fatos formavam duas unidades discursivas principais, que desempenhavam papéis de fios condutores de longo alcance. Em plano secundário, surgiriam várias subunidades de curto alcance que para se reproduzirem precisaram de estímulos e reforços consecutivos diários.

A primeira unidade discursiva identificava antigas idéias comunistas repetidas pelos sindicalistas do Sindjustra e defendidas como discurso próprio de representantes classistas que reivindicavam ser. Estas apontavam prioritariamente em direção aos adversários ideológicos alojados nos poderes constituídos do Estado, contra esse inimigo tradicional existia um discurso pronto que era repetido em qualquer das unidades da FENASTRA. As forças políticas organizadas pela PCdoB no Sindjustra desencadeavam ações paralelas às políticas declinadas pela CUT via Nova Estrutura Sindical procurando criar o seu espaço, e neste reproduziria as suas concepções ideológicas. Nos locais de trabalho as relações com a Cut/RS eram estabelecidas com diálogos diferentes dos que eram realizados com a base do Sindjustra e assim os militantes do PCdoB trabalhavam as duas realidades.

Para desenvolverem as propostas de luta social tangenciando o conflito social de caráter moderado, forma de atuação da ANAMPOS, usavam a palavra escrita e o discurso verbal para esconderem o que realmente pensavam e pretendiam executar como forma predeterminada de agir através das manifestações sociais para chegarem a algum lugar estratégico, em que obtivessem poder de representação social. Assim, para a Cut/RS e as bases do Sindjustra e da FENASTRA, o objeto principal perseguido nas lutas sociais ficava oculto pelo discurso dos sindicalistas do Sindjustra,

externavam as propostas de enfrentamento aos poderes constituídos do Estado no sentido de caracterizar um falso alinhamento à política social democrata da Cut/RS em busca de resultados via instrumentos de intervenção social embutido na concepção política ideológica predominante da central nacional distribuídas para os sindicatos cutista pela Articulação Sindical.

Com essa prática política procuravam viabilizar um processo que levasse para além do “conflito social de caráter moderado, *radicalizar*, conforme como se pronuncia em “sindicalês”, a linguagem usual dos militantes no Novo Sindicalismo.³² Para logo após estabelecer o processo de negociação política introduzindo novos atores sociais, engajados na causa em pauta e assim iniciariam as negociações, colocando na pauta questões sociais amplas para debaterem e negociar com as autoridades constituídas do Estado, postergando as questões trabalhistas inerentes ao local de trabalho.

Barganhas com esses tipos de procedimentos se desdobravam em novas manobras sociais, assim como, a conquista de parcelas do poder em instâncias representativas dos fóruns sindicais, o que criava a expectativa de aumentar a participação do PCdoB na Nova Estrutura Sindical via CSC. Neste sentido por concepção ideológica usariam de todos tipos de procedimentos próprios da concepção de ideologia stalinista para obter poder, formando um movimento inverso ao discurso das políticas de base da Cut/RS. No entanto em termos de práticas políticas de exercer o poder, era igual ao que de fato era praticado pela CUT como estratégia política dirigida aos sindicatos filiados, ou seja de forma vertical.

Deste modo o PCdoB desenvolvia uma política quase igual a que o PT praticara em relação aos sindicatos filiados à Cut/RS. Assim desenvolviam às prática políticas a partir do controle das bases de forma monolítica suprimindo as discussões de base, substituíam os nomes por outros, não necessariamente com alguma relação ao movimento sindical, como opção para serem representantes sociais dos trabalhadores junto ao Estado em negociações que envolviam questões sociais relativas aos locais de trabalho. As discussões de base eram suprimidas para evitar o contraditório ideológico

³² SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. Comunicação Sindical. Petrópolis: Vozes, 1997. p.171-180.

em campos diferentes, sendo que realizavam debates com a base desde que fosse no mesmo campo das esquerdas ali as questões de fundo não eram expostas ao contraditório.

Com as mesmas práticas políticas, não só utilizadas no Sindjustra, e sim em todo o movimento sindical, iriam os sindicalistas ocupar cargos no Poder Legislativo, via eleições institucionais. E, no Poder Executivo fariam alianças com partidos políticos, incluindo os de ideologia antagonica, no Poder Judiciário se valendo de procedimentos iguais aos dos sindicalistas corporativos, utilizados no auge da vigência da Estrutura Sindical Corporativa, ocupariam cargos temporários e de confiança no TRT da 4a Região se subordinando a adversários históricos³³.

Essa contradição era explicada por esses atores, de forma simplista, embasada em uma argumentação ideológica do início do século. “*A ética é um valor burguês*” portanto estaria sendo combatida, desconsiderando-a como valor moral a ser aplicado em questões de enfrentamento de classes sociais. Este fato descontentava os militantes de senso comum em relação ao movimento sindical, por entenderem esta questão ideológica de forma diferente, utilizando outra categoria do entendimento humano para tentar compreendê-la, como a honra, ignorando o pressuposto ideológico, formavam opiniões equivocadas acerca do comportamento político social dos militantes da CSC.

A segunda unidade discursiva apontava em direção à base sindical no sentido de unificar os vários discursos discordantes, trabalhando-os no sentido de absorve-los sem alijar os portadores destas falas da luta social contra a Burguesia Togada. Os discursos proferidos pelas lideranças emergentes nas bases eram similares aos dos Sindicalistas de Resultados. Quando tinham perspectivas favoráveis em seus pleitos, da vitória imediata ou da possibilidade desta, o fato era logo capitalizado, sendo peça obrigatória de qualquer conversa com os trabalhadores e que era o discurso comum usado em sindicatos filiados à Cut/RS pelos sindicalistas das tendências majoritárias.

³³ Através do Vice Presidente em exercício da Presidência do Sindjustra, apresenta uma lista tríplice para preencher uma vaga de Vogal na Justiça do Trabalho, onde constam os nomes de Elisabete dos Santos Marques, Rogério Sousa da Rosa e Érico Geraldo Rodrigues Palma. Pastas de Ofícios 1991. Ofício, 007/91. Os ofícios 008/91 a 013/91 também se referem a listas tríplices com a mesma finalidade, porém com outros nomes. Pastas de Ofícios 1991, Arquivo Sindjustra. Rua 17 de Junho 457, Porto Alegre.

Essas retóricas ufanistas atraíam militantes de ocasião para o sindicato, lá eram doutrinados para as próximas lutas sociais e inadvertidamente eram voluntariados como repetidores de unidades discursivas de curto alcance o que canalizaria mensagens ocasionais para o embate ideológico cotidiano, desencadeado a partir das bases sindicais contra as políticas liberais e conservadoras do empregador público e contra os resquícios do sindicalismo corporativo. O que era trabalhoso para os sindicalistas da CSC, devido a contradição entre o assistencialismo e o dogmatismo da ditadura do proletariado imposta como inspiração ideológica sem um processo de discussão com os aliados das lutas travadas para conquistar o poder na ASJT e a transformar em sindicato.

Esforços para conter os focos da contradição na base fizeram com que irrompesse um foco fora da base se opondo diretamente ao PCdoB, o foco cresceria e ganharia consistência com apoio de tendências que faziam oposição a CSC no SEEB/POA. No entanto, quando a contradição aumentava na base do Sindjustra, uma ampla campanha assistencialista iria ser desencadeada a partir de novembro 1993, com a contratação de convênios, abrangendo a áreas da saúde, medicina, odontologia e psicologia. Contratos com empresas fornecedoras de vales e tickets foram fechados para os trabalhadores realizarem compras em supermercados, postos de gasolina e lojas de ramos diversos do comércio regular. Com o quadro assistencialista configurado ampliaria o controle da CSC sobre a base do Sindjustra, facilitando o desencadeamento do processo de doutrinação ideológica através do trabalho de convencimento verbal e escrito via discursos elaborados realizados em todos os locais reservados aos trabalhadores e ao público. Para essa finalidade espaços radiofônicos foram comprados na mídia de Porto Alegre e assim não perderiam o apoio dos trabalhadores simpatizantes das políticas assistencialistas contendo a invasão na base de tendências organizadas durante a greve de setembro.

As subunidades discursivas apareceram como vozes questionadoras e se tornaram discordantes ao processo em curso no interior da base sindical do Sindjustra na medida em que não obtinham respostas convincentes. Essas vozes contraditórias cresceriam em momentos, em que se comemoravam eventos simbólicos como o “1º de maio”, “Dia do Funcionário Público” e feitos mais recentes como a “Greve dos 25 Dias”, que narraremos nos capítulos adiante, em que os grevistas

foram sujeito e objeto do processo.

Os atores sociais questionavam o processo social em curso no qual eram participantes ativos se integrando com outros militantes com pensamento similar. Na troca de informações sobre o que estava em andamento e como os fatos se processavam, os militantes criavam uma opinião própria sobre as políticas desenvolvida pelos sindicalistas e as reproduziam nos seus locais de trabalho e que ganhava consistência quando encontravam outros militantes com sentimentos semelhantes.

No início da década de 90, as vozes discordantes ganharam corpo e enxertos constituindo em um grupo social que participaria ativamente dos fóruns de discussões formando opiniões que reforçariam em conteúdo o princípio de rejeição crescente às práticas monolíticas sob orientação do PCdoB. Logo que esses atores foram notados por militantes de outras vertentes ideológicas, o grupo social seria aparelhado ideologicamente e se tornaria uma contradição efetiva sob controle de uma tendência, por não disporem de recursos econômicos e apoio político consistente para se fazerem representar como força política junto a base se diluiriam como grupo social com capacidade de chegarem ao poder. O aporte econômico viria e com ele, o auxílio material seguido do apoio político que implicaria em comprometimento com uma causa e a cessão de uma parcela de poder, se esse fosse obtido, no Sindjustra. O que seria acordado quando do 1º Processo Eleitoral com chapa de oposição concorrendo a sucessão sindical, terminando com os ciclos eleitorais das chapas únicas- processo sucessório sobre o qual discorreremos neste trabalho.

Embora os apontamentos das medidas iniciais até os atos finais dos Congressos Estaduais dos Servidores da Justiça do Trabalho serem fatuais denota-se para onde apontariam os procedimentos políticos, ao compararmos os procedimentos entre o 5º e o 6º Encontros Estaduais. Em que se verificam o controle de todo processo de organização do evento, aparecendo os dirigentes sindicais na qualidade de delegados natos, complementando com posse das relatorias dos grupos de trabalho e dos cargos principais da plenária deliberativa dos respectivos congressos.

O credenciamento dos delegados, palestras dos convidados, apareceram como o primeiro ritual, considerando a abertura solene como algo meio inerte revestido de formalismo e parcimônias.

No dia seguinte aconteceria: seminários e trabalhos em grupos, nestes se expõem a Tese Única para os congressistas debaterem, momento que prevalece a ilustração do relator acerca dos assuntos em tela, este ator procura convencer com auxílio da sua erudição os colegas de grupo de trabalho. Durante o desenrolar das discussões sobre as questões temáticas ele elabora um documento que será votado pelos participantes do grupo e apresentado no dia da plenária final do congresso para ser objeto de um grande debate.

No terceiro dia foram encaminhados os relatórios dos grupos e apresentadas as propostas e moções, essas eram discutidas, com defesas em ambos os sentidos através dos seus relatores e coordenadores de grupos. Conforme o andamento das discussões em plenário as peças poderiam receber emendas aditivas ou supressivas, pelo sufrágio aberto seriam decididos todas as questões apresentadas no congresso. Pela qualificação política dos votantes, o eixo principal proposto pela tese apresentada pela direção do sindicato não mudaria.

De modo geral, esse encontro fora um divisor de formas políticas de relacionamentos com a sociedade sob o ponto de vista real, pois embora em transformação, persistiriam as posições simpáticas ao paternalismo e as práticas assistencialistas como se verifica na documentação da organização do 5º Congresso, que registra o apoio material recebido do empregador e de uma pequena parte dos empresários de Porto Alegre. O que era concedido à custa de um preço político, que não comprometeria os dirigentes sindicais a ponto de serem caracterizados como traidores da “classe operária” sob o ponto de vista dos Sindicalistas Autênticos.

Antes do 5º Congresso, tudo era feito para contornar os confrontos sociais, esses fatos eram inerentes a cultura colaboracionista e não seriam removidos do imaginário dos trabalhadores a partir da resolução de um Encontro Estadual. Os métodos de relação social assistencialista sobreviveria paralelo as transformações, apesar dos discursos em sentido contrário, que funcionavam acomodando as práticas sociais de forma ambígua.

Para que as propostas fossem colocadas em prática, usavam a expressão verbal de uma forma, e a expressão escrita de outro modo apontando-as como decisões democráticas do Encontro

Estadual em que uma categoria de trabalhadores através dos seus representantes reunidos em congresso decidiram marcar posições sociais e políticas e as expressaram através dos dirigentes do seu sindicato ao final do evento.

Para o 6º Congresso Estadual do Sindjustra, o TRT 4a Região cederia o seu auditório somente para a abertura solene e cancelaria todos os tipos de apoios, informal e formal, aos eventos classistas. Acompanhado dessa medida, condicionaria a divulgação do evento nos locais de trabalho à apreciação de pedido formalizado e protocolizado antecipadamente à direção da instituição.

Os Encontros Estaduais seguintes seriam realizados em espaços físicos alugados ou em locais cedidos, sem ônus, por outros sindicatos após o Sindjustra filiar-se à Cut/RS. Nas listas de ofícios enviados às empresas e instituições não constariam mais registros de pedidos de auxílio material para organizarem os demais congressos até 1994. Os fundos viriam de receita própria, como mensalidades, imposto sindical e contribuições das tendências.

O conteúdo programático das resoluções organizativas dos congressos seriam elaborados a partir do 5º congresso pela plenária de instalação, o que impedia a base ou outra força política do mesmo campo ideológico de se organizar antecipadamente para colocarem tese e propostas com sustentação política da base e de tendências sem assento na base do Sindjustra.

O fórum do 5º Congresso proporia oferecer apoio a uma candidatura de esquerda às eleições majoritárias sem discussão na base, portanto um apoio originado em meio ao andamento do evento e o fato seria um ponto de referência à sociedade, e também a forma como foi decidido o apoio a candidatura seria exemplo de como se estabeleceriam as relações com a base.

Essas decisões transitaram no meio sindical como uma tomada de posição, identificando a postura política de um sindicato e ficaria o registro à sociedade como se fosse a posição de uma parcela significativa dos trabalhadores que apoiavam as propostas políticas de uma das candidaturas presentes ao 5º Congresso, visto que era uma instância de poder representativo qualificado com poderes deliberativos. Essas resoluções seriam repassadas aos demais trabalhadores e trabalhadas nas

bases com o objetivo de sedimentá-las através dos meios de comunicação que dispunham para difundir os fatos.

As formas de fazerem a divulgação tinha diversos viés e várias formas, e em todas os sindicalistas do Sindjustra reforçavam a ideologia da tendência que estava no poder, emitindo as mensagens, reproduzindo assim os fatos e as resoluções do 5º Congresso no sentido de tornarem os acontecimentos resultados de uma manifestação democrática. Os fatos além de atrair simpatizantes envolvidos pelo discurso ideológico auferiam aos novos militantes a sensação de engajamento em uma luta nobre, em que esses na maioria das vezes buscavam uma resposta imediata em lutas sociais, duais e paralelas. Dualismo e paralelismo que o militante demorara para abstrair, no imediatismo esse não procurava a essência do fenômeno para questionar, fazia a posteriori, após o fato ter acontecido.

Confrontos alimentados com esses pressupostos se deflagrariam através de críticas em direção ao Poder Executivo da União e ao TRT da 4a Região com menos intensidade. Que na prática concentravam todos os seus esforços para atuarem contra a primeira instituição, promovendo a grande maioria das ações, contra o Governo da União.

Em reivindicações corporativas existia uma nítida postura simpática do empregador público regional à causa dos servidores públicos do TRT da 4a Região expressada na forma de limitação das medidas punitivas e retaliativas as ações dos sindicalistas do Sindjustra, que eram com o fato incentivados a participar destes movimentos sociais defendendo indiretamente uma das peças essenciais da estrutura social conciliativa de classes montada por Getúlio Vargas.

O fizeram através da busca do conflito social criando o fato político em atos públicos, como assembléias, paralisações e greves, na ausência destes atos sociais eram promovidos panfleteações em locais públicos próximo aos locais de trabalho conduzindo o foco do movimento para um cenário maior ostentando-o para a sociedade, o que já era a muito tempo práticas comuns desenvolvidas pelo STIMMEC e SEEB/POA.

O 5º Congresso do Sindjustra servira também como referencial empírico inicial para regular

e aumentar a participação social de outras categorias de trabalhadores que faziam desses movimentos a mais tempo um polo de arregimentação de militantes para as suas causas. Nos eixos principais, teriam os mesmos tipos de encaminhamentos e desdobramentos, nesta direção as coisas fluiriam, com pequenas diferenciações, permanecendo os eixos condutores que norteavam as relações sociais que procuravam transformar os sindicatos através de um processo de monitoramento e aparelhamento em escolas de formação de classe social.

Neste sentido aplicariam os procedimentos sob orientação externa para levarem a cabo essa tarefa, cuja qual estabeleceriam a teia de relações, às formas de colocar as propostas criaria uma expressão discursiva em processo ascendente de comunicação social colocado de forma verbal, escrita e radiofonizada, através de Panfletos, Jornais, Teses, Revistas e Boletins. Com as publicações atingiam as bases e as controlavam por instante, aumentar esse instante, na duração e obter mais velocidade na sua deflagração era uma questão que os sindicalistas cutistas de todos os ramos de atividades – metalúrgicos, bancários e funcionários públicos - buscavam constantemente serem cada vez mais eficazes (Figura 5).

Figura 5 – Assembléia de Metalúrgicos Canoenses, votando as propostas contidas nos panfletos, em frente à Porta da Fábrica. Anos 90

Fonte: Acervo STIMMEC – RS

De forma verbal apareceriam pronunciamentos em pequenas reuniões nos locais de trabalho, discursos em assembléias, atos públicos e em congressos. Com os avanços tecnológicos e em substituição ao uso da voz eram utilizados, nesses momentos, recursos eletrônicos dos megafones e após aparelhos de som adaptados em veículos automotores (como vimos na Figura 4). No início da década de 90 seriam parcialmente substituídos por espaços radiofônicos comprados na mídia. Nas modificações, o megafone seria substituído e raramente usado, o panfleto seria remodelado e personalizado, tanto o impresso como radiofonizado sendo utilizados com frequência.

O panfleto era o documento de comunicação direta, específico para um momento, não levava o leitor à reflexão acerca do teor contido no documento. A mensagem era objetiva, fixava de forma rápida algum fato associando-o a algo recorrente e imediato fazendo com que a mensagem já venha esclarecida. As caricaturas eram imagens de fixação impressa como recurso associativo ao texto do panfleto, cuja uma das finalidades subjetivas era facilitar o pensamento acerca do fato em uma direção que o emissor da mensagem determinava (conforme a Figura 5).

O teor do texto da mensagem era dimensionado conforme a proporção do universo que os emissores da mensagem queriam atingir. O panfleto mais simples, apelidado pelos sindicalistas de “mosquitinho”, continha de uma a cinco frases versando sobre o mesmo tema. Já, o mais complexo apresentava quatro laudas em folhas de frente e verso, abordando mais de um assunto. Neste documento, com estratégia de fixação, era editado com caricaturas, fotos e recortes de matérias jornalísticas da imprensa tradicional associando-as ao conteúdo objetivo do texto.

A Tese era um documento essencialmente ideológico e específico para congressos que, geralmente, determinavam as políticas para o ano seguinte. Se esta fosse apresentada pela direção do Sindjustra ou por outro sindicato cutista atrelado a uma tendência, continham três momentos bem

definidos: idealização, construção e defesa. Algumas possuíam pontos básicos imutáveis, itens embutidos quando da idealização, como uma política mínima de resultado, a ideologia da tendência e as estratégias do partido político. A construção do documento era apresentada de forma explícita, à construção era desenvolvida com uma só expressão escrita. Na defesa em seminário e plenário, a expressão discursiva verbalizada substituíam as formas escritas de expressar o pensamento ideológico, principalmente, quando existia a tese única ou a tese guia.

Esses fatos desencadearam conforme a estruturação do momento dos grupos sociais, já que a organização das idéias dos grupos depende o trânsito da tese e do grupo social enquanto força política dentro de eventos que congreguem trabalhadores para ser aprovada. No trajeto da tese, no congresso, se estabeleceriam relações para efetivar as decisões, com a obtenção dos votos de outros congressistas, além dos dirigentes, que fecham questão e votam em bloco, quanto o documento expressa o pensamento único da tendência.

O jornal sindical³⁴ era o instrumento maior de doutrinação, tudo que o veículo divulgava tinha o caráter de classe, embora a oferta de espaços estivessem abertos a todos os sindicalizados, os articulistas que pensavam de forma contrária eram limitados o espaço e as possibilidade de escreverem, tanto pelo teor do artigo como pelo número de laudas. Tudo era avaliado na comissão editorial dos sindicatos. Os editoriais expressavam o pensamento do grupo ou da tendência revestido como pensamento da instituição, os textos que apareciam no corpo do jornal era a ideologia diluída em forma de matéria e reportagens, não raramente, os artigos tinham o mesmo comprometimento (Anexo D³⁵).

No espaço entre o 5º e o 6º Congresso, as opiniões assinadas nas edições do jornal Pejota eram de participantes do mesmo grupo social que controlava o Sindjustra. Desde o 5º Congresso fora fomentada a idéia de que, os sindicatos deveriam ter veículos de comunicação regulares para divulgar

³⁴ Jornal Pejota. Edições de 1990 a 1994. Arquivo do Sindjustra. Rua 17 de Junho 457. Porto Alegre, 1996.

³⁵ “Retrato de uma Categoria”

os fatos de interesse dos trabalhadores.

Convém refletir acerca deste fato, visto que, o sujeito da narração nas edições dos jornais era coletivo, com partes destoantes, como se fosse um corpo, onde o cérebro é independente, mas recebia mensagens de outro cérebro. Estabelecia ligações com os demais órgãos, emitindo impulsos que coordenavam todos os movimentos do corpo criando uma voz como se fosse do todo. Essa voz, no entanto, era externa e transmitida ao cérebro que repassava as mensagens após interpretá-las e redimensionando-as em seus conteúdos para a base do Sindjustra.

A imprensa operária buscava um público específico, colocando nos textos o entendimento das notícias conforme a ótica da tendência do sindicalista que tinha o poder, como no exemplo do Sindjustra, que aqui relatamos. Inobstante estar registrado que o jornal “O Pejota” era dos trabalhadores e associados do sindicato, enfim um jornal da base. Desde a primeira edição do jornal existia um mecanismo sutil de censura, para os temas levados pelos trabalhadores para ser veiculados. Os nomes dos articulistas e repórteres amadores eram omitidos, quando o texto era escrito pelo dirigente sindical, o artigo tinha o nome do autor e quase sempre a foto. Se o tema era polêmico ou se antagonizando diretamente a uma instituição o nome do sindicalista era substituído por “A categoria dos trabalhadores” ou Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho.

Num primeiro momento, existia a impressão que com a omissão pretendiam proteger os autores das matérias, porém só protegiam o sindicalista e o dirigente sindical. O objetivo era impedir que através da imprensa sindical, os militantes, autores, repórteres e articulistas amadores, ganhassem notoriedade através do jornalismo sindical. O último procedimento se repetiria inobstante a alternância no poder entre as tendências, acrescidos dos fatos ocorridos em paralelos e noticiados em outros jornais destinados aos operários.

Nominativas de Comando de Greves e de representantes eleitos para congressos nacionais e plenárias tinham essa prática como uma constante no jornalismo sindical, não obstante quando se tratava de espaço comprado junto a mídia radiofônica de Porto Alegre, os dirigentes sindicais afirmavam que era para reduzir custos.

Os retratos que registraram os fatos em eventos importantes, as lentes das objetivas estavam sempre voltadas para as lideranças com poder de representação. Ao examinarmos o conjunto de fotos sobre as paralisações em Porto Alegre realizadas pelos bancários nas décadas de 80 e 90, as imagens que foram estampadas nos jornais sindicais, identificam os dirigentes sindicais em primeiro plano na imagem. As fotos mostravam paralisações como temas mais comum, existiam imagens que identificaram o sujeito como no caso do Sindjustra, SEEB/POA e STIMMEC, as que foram selecionadas para os jornais obedeceriam um critério rijo de seleção de imagens. Essas privilegiariam a imagem dos líderes, em segundo plano, momentos específicos do fenômeno protagonizado pela massa em movimento nas assembléias e paralisações ocorridas no espaço público da rua (Figura 6).

Figura 6 - Passeata de Bancários em greve se deslocando pelas ruas de Porto Alegre em que desponta a imagem do Líder Sindical.

Fonte: Acervo SEEB/POA – Anos 80

As poses eram imagens pensadas dos líderes muito antes do acontecimento pelo fotógrafo, no momento da foto, se bem que pelo desenvolvimento do fato ambos atores, fotógrafo e sindicalista prevêem a probabilidade do que poderia acontecer em determinados eventos no espaço da rua. No entanto, o artifício e a artificialidade estão tanto no fato, como na representação do fenômeno em desenvolvimento, a verdade ficaria equidistante: entre o fato e repercussão do fenômeno, construção do fato e o fenômeno ocorrido e finalmente acontecimento e representação do fato.

O que, como resultado serviria para construir um discurso que transcenderia o espaço da base e ganharia credibilidade junto ao movimento sindical legitimando as ilusões da essência do fenômeno tornando o fato social uma verdade que seria repetida através das expressões discursivas dos sindicalistas, tanto os do Sindjustra como foi por muito tempo na mídia sindical do SEEB/POA e do Sindjustra (Anexo E³⁶).

3.1 NOVOS CAMINHOS PARA OS ANTIGOS DISCURSOS

Com a compra de espaços radiofônicos diários e espaços televisivos esporádicos, os sindicalistas redimensionaram o alcance do discurso do representante classista, por serem espaços comprados adquiriram similaridade à propaganda política, perdendo o viés informativo e formador de opinião, o que não ocorreria aos jornais operários³⁷ pela regularidade do informativo impresso e

³⁶ “Nada Segura os Servidores da Justiça do Trabalho” e “Um dia que mobilizou de Norte a Sul”

³⁷ O Sindjustra adotou uma política de comunicação bastante ousada, como instrumento de mobilização da categoria, tendo claro que é impossível atuar na construção de um movimento sem que ele se expresse através de um veículo ou pôr um conjunto deles. *Jornalista Telia Negrão: Jornal*

específico das categorias embora preservassem à linha editorial a identificação com os jornais sindicais, davam ao trabalhador o sentimento de posse do veículo de comunicação se identificando com os temas das reportagens e de alguns artigos.

No entendimento dos sindicalistas a grande imprensa não contemplava os interesses dos trabalhadores, esta informava formando opiniões e tratando de questões do interesse da sociedade em geral no sentido de preservarem as instituições democráticas, mas sabiam que, por trás deste discurso, escondiam-se os interesses de uma classe.³⁸ Por isso removiam das pautas, fatos e notícias que se antagonizassem aos interesses de classe dos donos de grandes jornais.

Fatos ocasionais do movimento sindical quando foram transformados em fatos políticos e de grande alcance, eram divulgados pela grande imprensa de modo a revestirem com tipos subjetivos ao acontecimento, quando não invertiam os fatos, divulgando-os em espaços e dias estratégicos colocando ações paredistas como manifestações unilaterais e nocivas a sociedade desconsiderando o interesse de classe dos “trabalhadores” como parte de um processo social.

Em contrapartida, a imprensa operária teria como função informar um público específico privilegiando a noção de classe, sendo também unilateral. Com linguagem simples inteligível, porém elaborada em uma direção com o viés ideológico da tendência predominante no sindicato, federação e central. Os discursos eram reciclados e adaptados àquela realidade localizada, tinham mais qualidade no texto impresso que os panfletos, entretanto não apresentavam os conteúdos como se fosse uma receita social para ser seguida. Os textos publicados nos jornais sindicais estavam carregados de discursos ideologizantes, com esses indicativos no texto, além da falsa erudição inerente a conjuntura social do momento, tudo fluiria no sentido de convencer os leitores que o conteúdo era a verdade e não mais uma verdade.

Os fatos colocados eram discutidos e comentados à luz do comprometimento com uma

Pejota - Editorial, Abril de 1993. p. 5.

³⁸ Que imparcialidade é uma ilusão vendida aos inocentes. Que neutralidade cantada em prosa e verso é aquela que agrada ao patrão. Alguns profissionais aceitam esta condição, outros

posição assumida a priori dando intencionalidade ao texto escrito ou verbalizado. O antigo trabalho de convencimento verbal realizado na Abertura Democrática que alcançava pequenas parcelas de trabalhadores estaria sendo aperfeiçoado no sentido tecnológico, sem mudar a essência do discurso, permaneceria o mesmo, modernizado com os avanços da mídia eletrônica subdividindo as funções a ser cumprida por cada instrumento de comunicação sindical.

Em várias edições do Jornal Pejota, as formas de colocarem a idéia era indireta, os editores convidavam uma figura notória com trânsito no campo das esquerdas para escrever sobre um tema, o assunto era desenvolvido com linguagem técnica oferecendo veracidade e cientificismo ao assunto, o que o senso comum entenderia como fator de isenção em relação a uma temática de interesse geral dos trabalhadores, afinal, eram intelectuais que estavam analisando e discutindo idéias que, por acaso, coincidem com as propostas sociais dos dirigentes sindicais.

A democratização das comunicações sindicais e as conseqüentes divulgações de idéias no movimento sindical apresentavam as mesmas mazelas da imprensa tradicional, nesta geralmente, os interesses de classes estavam antes da função social. Na imprensa operária acontecia praticamente a mesma coisa, em ambas, os fatos defendidos eram mascarados pelo discurso ideológico de um grupo social. Foram encobertos pelas expressões discursivas, enquanto a imprensa tradicional procura formar opiniões em uma direção, indo ao encontro quanto as pretensões e interesses econômicos sociais das classes dominantes em manter uma ordem social.

A imprensa sindical doutrina e informa os seus leitores segundo interesses de um momento³⁹ que não correspondia ao pensamento médio de uma categoria e sim de setores de uma elite sindical, que era o cérebro de uma tendência. Não havendo contestação de outras tendências, as questões transcenderiam se legitimando como algo bem próximo à verdade, a perenidade no entanto,

tornam guerrilheiros num terreno adverso. Precisam procurar o seu lugar. Pejota Idem.

³⁹ Não pretendemos nada mais do que discutir a forma adequada para dar uma notícia ou convencer de uma idéia. Outra coisa seria discutir qual é o conteúdo que deve ter um jornal operário-sindical e como transmitir esse conteúdo. Nossa análise parte de determinadas premissas: sendo que se quer transmitir tal proposta, sendo que o meio usado é o jornal, como vamos atingir o objetivo, que é transmitir informações, idéias e estimular atitudes? GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo operário.

dependeria da posse continuada dos meios de divulgação que sustentavam essa realidade com as expressões discursivas repetidas sucessivamente em um conjunto de veículos de comunicação sindical.

3.2 OS DISCURSOS DOS SINDICATOS CUTISTAS

Os discursos que transitaram nas bases dos sindicatos cutistas após a Abertura Democrática, ou seja as muitas falas usadas no cotidiano para se relacionar com os representados. Consistiria em evocar a democracia social para todos os trabalhadores, denunciando que o braço do Estado Democrático: “*demorava para chegar às instituições públicas*”, entretanto os políticos liberais estavam criando instrumentos com os mesmo ranços e vícios do autoritarismo nas instituições constituídas do Estado.

A proposta de inversão do sindicalismo residiria no fato de quererem dizer aos trabalhadores que os efeitos de uma sociedade que emergira de um período autoritário precisaria ser reconstruída removendo também os malefícios da nova versão do liberalismo, remodelado com outra noção de progresso e modernização social, que na compreensão dos sindicalistas cutistas era excludente como a do sistema imposto pelo golpe militar de 1964.

Para mudar este quadro precisariam enfrentar os adversários de classe social com os instrumentos de participação democrática disponíveis no momento. Então seria possível mudar o quadro político e econômico do Brasil através da mudança da face do Estado, desde que existissem comprometimento das representações coletivas dos trabalhadores, se engajando no projeto social em discussão. Que para ser viabilizado bastaria existir vontade política para incorporar essas idéias ao cotidiano dos trabalhadores. Para isso era preciso ocuparem os espaços públicos, em que houvessem debates políticos que, os restos da ditadura militar seriam aos poucos removidos da sociedade. Esse era o teor da retórica dos sindicalistas cutistas expressas nos meios de comunicação sindical que tinham acesso e controle social.

A percepção dos sindicalistas das tendências trotskistas e stalinistas apontaram à direção do que entendiam que deveriam avançar para ir para além do que se convencionara chamar de vanguarda do Novo Sindicalismo, que estava represada pelos Sindicalistas Autênticos embevecidos com a ribalta da social democracia defendida pela ANAMPOS.

O trabalho de convencimento, cresceria em modismo, versatilidade entre os Sindicalistas Combativos, entretanto o reconhecimento de estarem os trabalhadores em desvantagens na luta social com os capitalistas no que se refere a comunicar idéias e formar opiniões, era unânime entre as todas tendências que reconheciam o atraso tecnológico nas comunicações com as suas categorias, e que os sindicatos precisavam se atualizar e ser mais ágeis nesta área.

Não só o meio sindical, mas também na sociedade, alguns fatos cada vez mais se sucediam com uma velocidade desenfreada, e os instrumentos de comunicação precisavam serem adaptados à realidade do momento. Os sindicalista de todas as tendências com assento na Cut/RS notaram ao início da década de 80 que a “Rádio Peão⁴⁰” estava superada e a estruturação dos jornais sindicais eram, em geral, igual as existentes no período da Estrutura Sindical Getulista. Recheados de anúncios assistencialistas e textos unilaterais fazendo apologia a assuntos inerentes a política de relações conciliativas da relação capital e trabalho próprias do populismo, prática parcialmente mantida, também, pelo Estado durante a Nova República.

Essas publicações não apresentavam a eficácia de comunicação desejada pelos sindicalistas e o primeiro documento a sofrer modificações seria o Panfleto, esse tornara-se um documento eletrônico, diário que subsistiria de forma periódica e continuada, próprio para uma finalidade determinada do movimento sindical.

Os Jornais Sindicais, periódicos, eram uma necessidade que foi contemplada, sem retirar à

⁴⁰ Rádio Peão era a denominação da comunicação boca a ouvido, entre operários metalúrgicos de fábricas situadas em Porto Alegre e Canoas, que recebiam as informações dos líderes nas portas e nas cercas das empresas nos intervalos e inícios da jornada de trabalho e as repassavam aos demais. uma prática similar era desenvolvida entre bancários e funcionários públicos com o nome de “Rádio Corredor”.

prática doutrinária, só a reciclariam - aqui nos referimos as publicações do Sindjustra. Os sindicalistas não conseguiriam emitir discursos consistentes que transcendessem os limites das bases e do movimento sindical no sentido que este interagisse com a sociedade, que os apresentassem como representantes populares no sentido de defenderem as suas causas, conquistando espaços públicos e poder indireto de representação social, a exemplo do que conseguiram os capitalistas no mesmo período, e que aumentaram de forma considerável o controle das empresas de comunicação social, potencializando-as no sentido de cada vez mais formar opiniões em direção aos seus interesses, amordaçando os jornalistas, empregados regulares, à linha editorial dos grandes veículos de comunicações.

O que não ocorreria em relação aos jornais dos trabalhadores através de seus representantes sindicais que os tinham sob controle, pois apresentando dificuldades para aplicar suas estratégias de administração, que conflitavam com a ideologia igualitária que defendiam como proposta social para a sociedade, esbarravam na ética profissional pois não esclareciam as questões antes de colocada em prática quando administravam coisas que requeriam decisões políticas.⁴¹

Concordar ou não, com a forma de exercer uma atividade e ter que fazê-la sob o ponto de vista da obrigação profissional, tendo que observar a ética profissional, oprimindo em si mesmo era impossível de se tomar como algo próximo a verdade. Engajamento, resistência e sobrevivência e defesa de interesses sociais foram algumas variáveis que estavam juntas a esses profissionais liberais em doses diferenciadas conforme os valores éticos de cada indivíduo.

A construção dos textos do Jornal “O Pejota” estava a cargo de uma jornalista profissional, assinava como responsável pelo jornal, portanto com liberdade para criar, ressaltando os cuidados de preservar a manutenção do posto de trabalho permaneceria vários questionamentos. Apontamos duas direções inversas: para chegarmos próximo da construção dos fatos, e fugiria à lógica que norteava

⁴¹ O jornalista é um profissional que optou por colocar o seu trabalho a serviço de uma classe. No exato momento em que fez esta opção, abriu mão do mito da neutralidade que envolve o jornalismo. O jornalista sindical não é de forma nenhuma neutro. Seu trabalho consiste claramente em defender os interesses de uma das classes da sociedade. SANTIAGO, Cláudia e GIANNOTTI,

todo o processo das relações internas de um sindicato em sua parte administrativa.

Quando o sindicalista cutista era o empregador: o jornalista contratado assumiria por obrigação profissional a posição ideológica da tendência que controla o jornal, afinal era um profissional que assume temporariamente, como seu, o discurso de quem lhe paga o salário? Ou então, a tendência que controlava o Sindjustra teria contratado um jornalista que se identificava com os dirigentes sindicais, e esse se adaptaria a uma prática profissional sob pressão e assim se identificando temporariamente com a tendência?

Cremos que ambas vulgarizaram o exercício da profissão afastando para longe o princípio ético básico da prática regular do exercício desta profissão, dar voz as diversas partes envolvidas em um processo social que reportado era apresentado a uma comunidade. Para esclarecimentos destes pontos recorreremos a entrevistas com os sindicalistas e militantes do Sindisindi, que alguns trechos se encontram em notas de rodapé.⁴²

Desde os anos 80, a discussão sobre a “questão ética” nas relações políticas, sociais e profissionais procurando estabelecer limites avançaram pouco, para muitos essa não tem um ponto inicial, só existiria o fim, no ilícito penal desde que apontado e denunciado pelas promotorias públicas. A ação corporativa não conseguiu remover os erros do exercício de uma atividade, acobertaram e os preservaram enquanto categoria profissional e os externaram enquanto incompetência ou desvio de conduta do indivíduo. Assim aconteceram os fatos em um jornal sindical onde os jornalistas que assinaram conjunto de textos se responsabilizaram e ficaram expostos. Sob pressão resistiram, ou tornaram-se cúmplices, quando o trabalho era executado de forma voluntária pelos repórteres e articulistas amadores, atribuíam-se créditos ao idealismo dos que compartilham a

Vito. Comunicação sindical. Petrópolis: Vozes, 1997. p.134.

⁴² Os profissionais superiores (Advogados, Jornalistas e Contadores) contratados de forma efetiva nos últimos anos tem identificação com a Tendência que está no poder, em se tratando de Sindicato Cutista. Esses sindicatos, com a crise, contratam temporariamente por prestação de serviço, dispensando os profissionais após a tendência termina o mandato, quando é o caso demitem após terminadas as tarefas para quais foram contratado. O SEEB/POA é uma exceção ali os empregados mais antigos tem estabilidade no emprego o que dá a esses companheiros uma certa autonomia profissional. ENTREVISTAS, Remo Pires Borba, Sindisindi 1998.

mesma causa.

No entanto quando executavam de forma profissional o seu ofício, emitindo opiniões e interagindo à seleção de fatos, fotos, artigos, elaborando os textos e indicando articulistas, o que era compreendido como o bom exercício da profissão. Na maioria das vezes o exercício profissional de forma ética some absorvido pelo engajamento político e pela pressão do sindicalista investido no papel de patrão sobre o jornalista contratado na maioria das vezes eram identificados com a tendência e partido. Fatos que provocariam um desencontro entre linguagens e expressão discursiva evidenciadas através do contraditório nas imagens e textos, o que persistiria como dificuldade de se entender os limites no jornalismo operário sob o ponto de vista da ética. No jornalismo sindical⁴³, eram usados diversos meios permeados pela cumplicidade para convencer o leitor e criar uma verdade, colocando-a como receita social para uma categoria de trabalhadores, sem ter o formato de propaganda política, desta forma os jornalistas trabalhariam o devir, pois no jornalismo operário o fato noticiado tinha amarras com os momentos seguintes segundo o que se abstrai da obra de SANTIAGO e GIANNOTTI (1997).

O desejo de transformação social estava sempre presente, para isso valores morais e éticos eram flexibilizados, criando séries de fatos artificiais que causam nos trabalhadores um desencantamento momentâneo quando tomam consciência de que as suas imagens estavam sendo utilizadas com intencionalidade diversa do que esses estavam construindo no seu imaginário.

Por isso, em muitas vezes, o índice que aponta a fotografia nada tem a ver com o signo, o fato interpretado está na realidade, distante do que propõe a foto, esse fenômeno Schaaefffer⁴⁴ explica no

⁴³ O trabalho prestado por profissionais liberais à sindicatos cutistas está em sua maioria na grande Porto Alegre revestido pela mesmas dificuldades e práticas irregulares às quais os Sindicalistas enquanto militantes criticam apontando como prejuízos sociais para os seus representados. Pressão sobre jornalistas, economistas, contabilistas, dentistas e advogados existem no sentido destes desenvolverem suas atividades de acordo com as necessidades de prestação do serviço ao contratante em forma de mão de obra terceirizada condicionada a um interesse do momento. Depoimento de Remo Pires Borba, Vice Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Sindicato (SINDISINDI). Porto Alegre março de 1998. Entrevistas.

⁴⁴ A subjetivação do espaço fotográfico não significa que o receptor o identifique com o

seu texto ao falar sobre o domínio da função indicial e da fixação temporal gerando questões acerca da informação fotográfica e suas relações. O que resultaria em um interminável questionar, no entanto era impossível negar o fato se as imagens sobre este existem, elas reportam e registram o fato em um instante, no entanto, o que o era mais importante ela ocultaria ao ser manipulada pela ação humana.

No conjunto, foto, texto e fato, extraímos bem mais sobre o fenômeno, do que a causalidade e artificialismo provocados pelos efeitos tecnológicos querem nos fazer crer ao serem reproduzidos pelos jornais sindicais. Houve questões que ficaram em aberto, quando interpretamos o conjunto, imagens e texto⁴⁵ como meio de expressar uma linguagem discursiva no movimento sindical. Dirigentes sindicais dos STIMMEC, SEEB/POA e Sindjustra afirmaram que o movimento sindical nos anos 90, quando sofreu refluxos, algo teria que ser feito para mante-lo vivo. Cada tendência, em suas bases, trabalharia neste sentido com os artificialismos dos seus próprios meios de comunicação e sustentação inerente a ideologia que defendiam como forma de participação para além da sua base e procuravam demonstrar para os seus representados uma verdade oculta pelos meios de comunicação ao alcance dos capitalistas e que os sindicalistas com verdades diretas não conseguiam retratar para os seus representados.

Panfleto, Jornal, Tese e mais recentemente, por ter um custo menor, o Boletim Sindical adotado como publicação regular, constituindo uma linha ascendente para transmitirem discursos, em que a imagem freqüente, era a coletiva. Rostos sem nomes, amorfos, ou corpos atuantes com a imagens dos líderes despontando à frente da fotografia da multidão (Figura 7).

olhar do fotógrafo, mas que o determina como motivado pôr esse olhar: se, na qualidade de signo, a imagem não é o índice do fotógrafo, pode no entanto, como produto ou obra, ser relacionada a uma visão motivadora, dando lugar a questões sobre o porquê do índice (...). SCHAEFFER, Jean-Marie: A imagem precária. Campinas: Papirus, 1996, p.62.

⁴⁵ Falar em jornalismo sindical é falar em jornalismo especializado. Jornalismo dirigido a um público bem definido. Jornalismo para uma classe com sua história sua cultura, seu futuro e consequentemente sua linguagem particular. GIANNOTTI. Idem, p.9.

Figura 7 - Assembléia de Metalúrgicos Canoenses – momento em que esperavam o discurso do sindicalista. Anos 80

Fonte: Acervo STIMMEC – RS

Os recursos visuais utilizados como acessórios dos instrumentos doutrinários sofreriam uma constante remodelação. Entre essas se destacariam a imagem impressa, que tornavam os líderes uma figura notória, associando-as ao texto em situações favoráveis. O inverso ocorreria em relação aos adversários políticos e de classe, neste sentido, as caricaturas funcionariam com o sentido pejorativo, relacionado-as ao texto crítico. Com esse suporte aos fatos em desenvolvimento, trabalhariam o sentimento e o imaginário do receptor das imagens indo ao encontro de um interesse determinado pelo emissor das imagens criando um conjunto; expressão escrita, fotos e caricaturas que substituíam e davam continuação com o discurso verbalizado⁴⁶ (Figura 8).

⁴⁶ Las estructuras discursivas se refieren a aquellas unidades de la comunicación visual que

realizan el enlace entre las intenciones del emisor, la estructura del mensaje y el proceso de lectura del lector. VILCHES, Lorenzo. Teoría de la imagen periodística. 2. ed. Barcelona: Paidós Comunicación/25, 1993. p.223.

Figura 8 - Trabalhadores em Assembléia, em que as imagens dos sindicalistas discursando se destacam ao centro das fotografias. Anos 90

Fonte: Acervo Sindjustra – RS

4 INSERÇÃO SOCIAL

A intervenção social das representações dos trabalhadores no sentido de transformar a realidade brasileira tinha no bojo a pretensão de construir a social democracia no Brasil, e apresentaria duas formas distintas. Cada qual com suas linhas mestras condutoras, as quais se auto impulsionaram inspiradas em fatores externos. As lideranças sindicais as fizeram andar em várias direções, uma sob controle de uma tendência majoritária, de forma autônoma no movimento sindical, iniciada pelos Sindicalistas Autênticos e que iria em direção ao poder de Estado pela via institucional. Noutra, fugindo do aparelhismo da nova estrutura sindical, movida pelos Sindicalistas Combativos que tinham os mesmos interesses políticos e caminhavam na mesma direção, os meios para chegarem lá eram através da construção de uma ruptura social a partir dos movimentos operários para serem provocados em grandes centros urbanos.

Quando as greves do ABC Paulista cresceram impulsionadas pela pressão econômica do achatamento salarial imposto pelas políticas econômicas do Governo da União, o fenômeno serviria, também, para carregar em sua esteira as propostas de transformação social, junto ao movimento pela recuperação das perdas salariais. Nesse movimento, ficaria explícito a forma que seria imprimida ao Novo Sindicalismo Brasileiro.

Skdimore⁴⁷ discorre em sua obra que em parte do governo Geisel existia a certeza de manter

⁴⁷ O Sindicato dos Metalúrgicos e Lula ganharam surpreendente notoriedade, sendo este descrito por grande parte da imprensa (ajudada em alguns casos por sugestões do Planalto, isto é,

os novos líderes sindicais dentro dos padrões de distensão política previstos para a Abertura Democrática.

O conflito social de caráter moderado era então quase uma condição determinada officiosamente pelo governo e aceita pelo Sindicalistas Autênticos simpatizantes da social democracia. Entretanto essa tolerância era rechaçada pelos Sindicalistas Combativos de inspiração stalinista e trotskista, esses queriam outra forma de interagir. A pressão nesse sentido teria altos e baixos em uma longa trajetória com desdobramentos favoráveis a burguesia brasileira, que se beneficiava com os conflitos políticos ideológicos do Novo Sindicalismo, ao longo das décadas de 1980/90, os capitalistas nacionais associados ao capital internacional aperfeiçoaram o processo de expropriação de mais valia, em parte as custas do sindicalismo de esquerda não ter encontrado estratégias que unificassem as propostas para retomarem as lutas sociais de forma coesa.

A repressão dos governos brasileiros pós Abertura Democrática, pelo uso moderado da força, mantiveram as manifestações sociais provocadas pelo Novo Sindicalismo sob um rígido controle, impedindo que essas ganhassem uma face percursora de ruptura social. Assim os aparelhos de repressão do Estado contiveram o movimento sindical de forma indireta e com pouca violência, sem esmagá-lo, até surgir o esboço de uma central sindical de direita para atuar com uma certa consonância com as propostas sociais do governo, dentro dos limites legais da distensão política e se constituiria em uma alternativa institucional ao Novo Sindicalismo.⁴⁸

Acordos futuros entre Governo da União e a CUT, como os ocorridos nas “Câmaras

Golbery) e pelos progressistas da Igreja como o representante não comunista, da classe trabalhadora. Lula de repente tornou-se o mais conhecido líder trabalhista desde 1945. Os comentários na imprensa lembravam que quanto mais o governo se aproximava da redemocratização tanto mais se impunha o processo de negociação entre capital e trabalho. A abertura política foi usada portanto para justificar o ativismo sindical e a resposta foi a melhor evidência de suas verdadeiras intenções. SKIDMORE Thomas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.401.

⁴⁸ No entanto, com a eleição de Collor de Mello para a Presidência da República, Medeiros cria a força Sindical, aproxima-se do governo e coloca-se como alternativa à CUT. Exerce influência direta na indicação de seu colega de sindicalismo de resultados, Magri, para o Ministério do Trabalho. Freqüente a corte palaciana e mantém encontros regulares com Collor. Recebe financiamentos do governo, destinados ao Sindicato dos Metalúrgicos e à Força Sindical. COSTA, Silvio. Tendências e Centrais Sindicais. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. p.227.

Setoriais” seria um agente complicador a mais nas contradições existentes no movimento sindical, assim como todas, eram decorrentes de ações desarticuladas entre tendências, pois acordos dos líderes das tendências não se configuravam na prática em sua plenitude e terminavam desembocando em cisões nos encontros nacionais dos trabalhadores nos congressos subsequentes aos acordos visto que em assembleias, greves, passeatas, vigílias e atos públicos eram os eventos principais nos quais se desencadeariam os conflitos sociais de caráter moderado, sem remover de todo a contradição. Esses atos quando foram promovidos, desencadeados e controlados pela Articulação Sindical no Rio Grande do Sul, com epicentro na região da Grande Porto Alegre, o desenvolvimento dos fatos dependeria da construção do discurso para o momento pela tendência que estava no poder dos sindicatos.

Assim, os acontecimentos nos SEEB/POA e STIMMEC tinham a mesma configuração ideológica e os atos sociais desenvolvidos no Sindjusta tinham outra vertente ideológica e outra expressão discursiva. À medida que o fenômeno iria se desenvolvendo nos locais de trabalho, houve um ponto de convergência entre as tendências para as demandas que fossem em busca de melhorias salariais, na qual perspectiva de vitória era o estopim para deflagrar essas manifestações.

Maranhão⁴⁹ escrevera sobre movimentos paredistas afirmando que esses “*são frutos de um momento*”, o autor nos revelaria que algumas greves surgiriam a despeito de não terem orientações externas e sim como resultado de uma situação. Eram fatos isolados restritos a uma categoria que ganharam notoriedade se expandindo para além do polo irradiador. Sentimento iguais teriam a manifestação realizada por bancários contra a “Intervenção do Banco Central no Banco Sul Brasileiro”. A marcha dos metalúrgicos da cidade de Canoas até o Palácio Piratini “Contra a Fome e o Desemprego” e a “Greve dos 25 Dias” desencadeada pelos trabalhadores do Judiciário Trabalhista do RS contra o arrocho salarial⁵⁰ (AnexoF⁵¹).

⁴⁹ O movimento operário, como sujeito e objeto histórico deve ser referido aos estados e aos partidos políticos, mas ele tem sua virtualidade própria. As situações econômicas e corporativas específicas engendram e ajudam a explicar os movimentos reivindicatórios. Mas não ignoramos que muitas vezes as situações específicas de um local de trabalho podem produzir uma greve, sem interferência orientadora ou predominante do sindicato ou de organizações políticas. MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.14.

⁵⁰ Alan foi reeleito em maio de 1991, se destacando na construção da maior greve do

Fenômenos diferentes ocorridos depois do início da Abertura Democrática, cuja vertente eram resultados do desfecho de questões com o epicentro no local de trabalho, geradas por um conjunto de relações desenvolvidas pela ausência de políticas sociais do governo e pelo fracasso das políticas econômicas do Poder Executivo da União que pesavam mais sobre a classe trabalhadora. Estas crises que se abatiam sobre os trabalhadores seriam adicionadas às propostas de enfrentamento dos sindicatos ao se desenvolverem os atos sociais contestatórios, direcionando-os contra os Poderes Constituídos do Estado. Quando as manifestações foram para o espaço das ruas cresceram em importância política no movimento sindical e logo após eram canalizados pela tendência hegemônica no movimento sindical confrontando com os poderes constituídos do Estado, o que atraía a atenção da mídia. Por outro lado, nestes eventos surgiriam cenários momentâneos nos quais desfilariam lideranças sindicais e políticas de centro e de esquerda, não obstante o espaço na grande imprensa ser desproporcional, favorecendo o Governo da União e os capitalistas.

O que ocorreria nos bastidores dos movimentos paredistas despertaria a atenção dos Sindicalistas Combativos para o poder de mobilização dos Metalúrgicos de Canoas e dos Bancários Metropolitanos. Em um segundo momento, esse quadro inverteria-se, os Sindicalistas Autênticos dirigiriam atenção para a greve dos trabalhadores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Atrás do aparato político ofertado para dar solidariedade, respaldo e apoio material aos manifestantes dos “movimentos reivindicatórios” iria uma Elite Sindical, evocando tradição e experiência nas lutas sociais do movimento operário, solidarizando-se com os atos e se voluntariando para colaborar com os movimentos paredistas. O apoio e a solidariedade eram aceitos, no entanto o choque de orientações ao desenvolvimento dos movimentos acirravam as contradições entre as correntes sindicais no momento de organizar as forças políticas, e quando iam eleger um alvo para direcionar o movimento paredista. O que dificultava a fruição do movimento iniciado no local de trabalho, provocando refluxos em que a contradição era externada aos trabalhadores. Os fenômenos

Judiciário Nacional em setembro de 1972, que durou 25 dias, com adesão espantosa por parte da categoria. Importante frisar que diversos colegas participaram dessa construção por um sindicalismo de lutas, independente do TRT e com coragem e dedicação afiaram esse instrumento. Jornal Pejota, julho de 1993: Arquivo do Sindjustra, rua 17 de junho 457, Porto Alegre.

poderiam ser abortados prematuramente ou prolongados conforme a conveniência de quem se apossara do controle do movimento, como também poderia ser esvaziado por diversas motivações, dificilmente, esse fato ocorreria por auto percepção da maioria dos manifestantes.

O que acontecera nos bastidores da greve dos “25 dias” dos trabalhadores da Justiça do Trabalho intrigaria os participantes, por longo período, que procuraram entender o fenômeno além do que estava em sua aparência. Neste sentido, houve a compreensão, junto a pequenos grupos de participantes “independentes”, que toda greve era movida por um fator exclusivamente político ideológico e que esse ponto era o que determinara a duração do movimento paredista. E àquela greve não era uma exceção, em sua face se prolongara por estar sempre presente no imaginário dos trabalhadores a perspectiva de ser obtido algum resultado econômico. No cerne da greve, essa se prolongara porque era um palco privilegiado para os Sindicalistas Combativos no cenário regional controlado por Sindicalistas Autênticos, e ela oferecia aos Sindicalistas Combativos a oportunidade de mostrar os políticos e os líderes sindicais que compunham os seus quadros.

O movimento paredista tinha uma reivindicação, que após ser anunciada repercutiria de forma intermitente, era um tambor a rufar e o som se espalhando e repercutindo em todo o Brasil, os sindicalistas se valeriam do fato para ocupar espaços na mídia estadual, denunciando o valor risível do Vale Refeição dos trabalhadores da JT: C\$250,00, os servidores gastavam em média onze (11) *ticktes* para comprar um almoço simples quando resolveram desencadear a greve. Esse fato era colocado como reivindicação primeira da pauta colocando em desvantagem política nas negociações o empregador, perante a opinião pública infringiam um estrago enorme nas argumentações da direção do TRT da 4a Região.

De início, apareceria uma pauta extensa em que desapontava a questão anterior, pela singularidade, e outras duas reivindicações: o pagamento da “gratificação por exercício de atividade judiciária” que fora suprimida de forma ilegal, e as “terceirizações” que ocorriam em funções subalternas nas áreas de apoio auxiliar que era compreendida como o princípio da privatização em

⁵¹ “Construir um Sindicato Coletivo da Trabalho”

atividades apoio do judiciário trabalhista pelos sindicalistas e por uma pequena parte das pessoas diretamente atingidas pelas medidas administrativas que diminuam os postos de trabalho sob responsabilidade direta do empregador público. Sobre essas questões existiam posturas corporativas favoráveis e posições contrárias as políticas administrativas da Burguesia Togada.

Essas políticas restritivas nas relações trabalhistas discontentavam um contingente significativo em locais de trabalhos espalhados pelas JCS do Rio Grande do Sul. O descontentamento provocaria uma adesão imediata a greve, fato que emprestaria ao movimento grevista uma proporção regional que iria para além das expectativas dos líderes do movimento que não se prepararam para dimensão que a greve alcançara.

Parte da grande imprensa e a mídia sindical, expondo diariamente os fatos decorridos relativos ao movimento, fazia com que a greve ganhasse dimensões nacionais, e assim surgiria o primeiro problema para os líderes deste movimento. Que fazer com a greve? A indecisão dos líderes fazia que o PCdoB via CSC, assumisse o controle do movimento. De início implantaram uma estratégia de comunicação política para a greve, compondo uma pauta com dez (10) pontos. A pauta seria restritiva e infringiria perdas políticas ao movimento em relação a supressão de itens anteriormente reivindicados. E a forma utilizada para os cortes na pauta dividiria as lideranças do movimento provocando a fragmentação no conjunto das lideranças que constituíam o Comando de Greve.

O desenrolar da administração da greve fluía sob controle dos dirigentes do Sindjusta junto com as lideranças de base corporificada através de um Comando de Greve dominado no começo da greve por dirigentes sindicais e pela CSC, após o PCdoB controlariam toda a greve. Com o movimento ganhando dimensão nacional, a pressão da sociedade sobre o movimento seria exercida de forma hierárquica, isto é, quanto maior a representatividade do interessado na retorno as atividades normais da Justiça do Trabalho maior era a pressão dirigida aos trabalhadores. Os manifestos traziam opiniões favoráveis em uma ou outra direção, no balanço das manifestações, a vantagem era do reconhecimento das perdas salariais dos trabalhadores.

Os manifestos eram trabalhados pelas comissões de negociações e referendados em assembléias como instrumento a ser usado em favor dos trabalhadores. A cada rodada de negociação existia a possibilidade de comissões de negociações diferenciadas, pois as assembléias gerais elegiam membros do Comando de Greve alternando-os para as rodadas de negociações, mantendo sempre o presidente do Sindjustra como líder e negociador fixo. No desenvolvimento dessas negociações surgiram dois viés: o que realmente acontecia em relação as reivindicações nas negociações, e o que era colocado como fato acontecido nas reuniões aos trabalhadores. O que era enunciado de forma verbal pelo Burguesia Togada como propostas efetivas para a cessação do movimento, passaria por outra negociação entre a direção do Sindjustra e o Comando de Greve, a portas fechadas na sede do sindicato. Nesta reunião de cúpula selecionava-se os fatos para serem colocados no Boletins Sindicais, Panfletos e Entrevistas à imprensa tradicional que cobria o movimento paredista, filtrando o que seria repassado a sociedade e aos grevistas. E com a mesma prática monitoravam a linha dos discursos a ser proferido nas assembléias realizadas para prestarem contas sobre as negociações com a Burguesia Togada, pelos membros do Comando de Greve.

Os procedimentos eram justificados com duas argumentações, e em uma delas estava ligada a estratégia de omitir parte dos fatos às bases para não esvaziar o movimento. Com essa premissa o movimento poderia ser melhor explorado no sentido de ser utilizado contra o Governo da União, contestando a “política de implantação da redução do Estado” além de oportunizar a ocupação por um bom tempo de espaços na mídia pelos líderes sindicais tornando-os personagens notadas. O que lhes asseguravam no futuro próximo a possibilidade de ascenderem no movimento sindical e na política institucional. O outro ponto, refere-se a recusa das “migalhas oferecidas pela Burguesia Togada. Com as atividades dos fóruns (JCJ) paralisadas a magistratura dirigente poderia ceder mais do que já cedera nas primeira reuniões, por experiência anterior, sabiam que as primeiras propostas oferecidas por patrões eram tradicionalmente usadas para desmobilizar os trabalhadores testando a coesão do movimento, porém a Burguesia Togada demonstrava boa vontade querendo atender as questões menores localizadas em determinados setores de trabalho do TRT da 4a Região – diárias e horas-extras, nas primeiras negociações, e vale-refeição no auge da greve.

Como a cada rodada de negociações existia a rotatividade na comissão dos trabalhadores,

esta troca de membros, seria a precursora de outro movimento em meio a greve. O motor do novo fenômeno era a repulsa pelas práticas políticas sindicais que proliferavam durante a greve denominada de “política rasteira”. Os servidores que foram voluntários oferecendo os seus nomes para comporem as comissões de negociação, eram pressionados pelos dirigentes sindicais a acatar o posicionamento da direção do sindicato sobre o que se referiam aos destinos da greve sem serem informados do conteúdo da essência dos rumos desta.

O que a Burguesia Togada oferecia de forma verbal a cada negociação, à medida que avançavam as vantagens nas propostas, os fatos eram discutidos entre os líderes e dirigentes sindicais no trajeto percorrido da Av. Praia de Belas, entre o prédio do TRT e o prédio da JCI. Entretanto, nas reuniões do Comando de Greve, os resultados obtidos eram anunciados em assembléia para a base de forma distorcida, omitindo parte das ofertas dos patrões. Devido a alternância dos negociadores à mesa de negociação, os que ficavam a margem das negociações para as reuniões seguintes, por não terem sido eleitos para comporem a próxima comissão. Sofriam pressão dos demais grevistas no sentido especulativo, e os acordos entre dirigentes sindicais e militantes membros do Comando de Greve acabariam vazando. Os fatos eram discutidos nos bastidores da greve, e fora descoberto que algumas benesses corporativas oferecidas pela magistratura, no ápice da greve contemplavam em muito o horizonte economicista de uma quantidade considerável de grevistas.

As discussões sobre as notícias da greve na imprensa tradicional colocadas pelos patrões e que se equivaliam as omitidas pela imprensa sindical, formava um contraditório que se deteriorava agravado pelas restrições contidas em comunicados à imprensa sobre o Comando de Greve e as comissões de negociações. Os negociadores que não eram da direção do Sindjustra, Partidos de Esquerda, Cut/RS, FENASTRA e OAB, eram referenciados como Servidores de Repartições, nomeando as regiões e cidades em que estavam lotados, omitindo os nomes destes grevistas. Esse detalhe chamara a atenção dos paredistas mais atentos que questionavam os informes sobre as notícias da greve e trocavam idéias acerca dos fatos com os demais trabalhadores em greve.

A maioria dos trabalhadores entrara no movimento ignorando as rotinas do sindicato, que colocara todo o aparelho político disponível a “serviço da greve” arrancando a inocência de muitos

trabalhadores em meio ao movimento. Estes trabalhadores compuseram as comissões de negociação e foram voluntários para diversos fazeres da greve e, assim, com esse sentimento surgiram pessoas descompromissadas e logo envolvidas e arregimentadas para trabalhar a greve. E, desta forma, com outras categorias do sentimento humano, desprezadas no movimento sindical, entraram em uma luta social por uma causa que julgavam ser sua. Munidos desta investidura romântica participariam das rotinas sindicais desenvolvidas durante a greve. Entre piquetes, atos públicos e assembléias, era comum, então, eles transitarem por entre a massa e discutirem com os grevistas o destino da greve, exercendo as Atividades Burocráticas inerentes à greve: como passar informes sobre o movimento para o público, atenderem telefones, lerem as mensagens que chegavam ao sindicato e redigirem textos. Alguns ousaram mais e questionaram em cima das resoluções dos dirigentes sindicais e proporiaram reivindicações além das que estavam na “Pauta Dez” do Sindjustra.

No entendimento dos dirigentes sindicais ligados a CSC, estes militantes voluntários queriam se promover com a greve, de fato, esses ganhavam notoriedade pela execução a contento das tarefas que a eles eram confiadas. Subsidiavam as argumentações dos dirigentes sindicais, tanto durante as negociações, como após nas assembléias afinando o discurso com os dirigentes sindicais para manipular as bases. Outros questionaram e foram em direção oposta e mais além nas negociações com a Burguesia Togada, apresentando propostas inerentes aos setores de trabalho em que estavam lotados. Ouviram como promessa que teriam as reivindicações atendidas desde que cessassem o movimento grevista e retornassem ao trabalho. Sobre essas questões argumentava o Presidente do TRT 4ª Região que: questões atinentes as Áreas Administrativas e as de Apoio Auxiliar chegavam filtradas a sua mesa e que essas estavam a cargo de seus diretores e que agora que tomara conhecimento, emitiria ordens expressas para solucionar as questões menores relativas aos funcionários subalternos, atendendo-as.⁵²

Após serem anunciadas as conquistas aos negociadores eram também de domínio da base,

⁵² Pagamentos em dia, de diárias, e horas extras, esses vencimentos eram pagos com até 45 dias de atraso. Bem como pagamentos dos valores estabelecidos para a insalubridade, avaliados em perícias realizadas pela DRT e negados pelo TRT, sob a justificativa de incapacidade financeira na atual gestão, mas sem comprovarem esta alegação ao Sindjustra. Boletins da Greve de 1991. Arquivo

pois eram repassadas via boatos pelos funcionários de confiança da Burguesia Togada que não aderiram ao movimento paredista, porém negadas pelos dirigentes sindicais, como solução ao problema, no décimo sétimo dia de greve, os sindicalistas acordaram em só negociar os itens constante na “Pauta Dez” de Reivindicações”. Os grevistas que discordaram desta decisão foram hostilizados, o fato provocaria a saída da greve das lideranças setoriais levando consigo um grande número grevistas resultando em uma queda no movimento. O ato de demonstração de força preservaria a hegemonia dos dirigentes sindicais e da cúpula regional do PCdoB que trabalhavam como conselheiros do movimento paredista limitando o poder de interferência da Cut/RS na greve.

Surgira no movimento uma quantidade de lideranças setoriais que se agrupavam diariamente em frente ao prédio das JCY à Av. Praia de Belas, em Porto Alegre, esperando a assembléia das 13h. A atuação laboriosa em piquetes, vigílias, negociações e panfleteações destes atores sociais atribuíram-lhes créditos no conjunto do movimento e cresceram em importância perante os demais trabalhadores.

Por isso tornaram-se líderes da greve em curso e logo foram arregimentados pela tendência majoritária no Sindjustra, poucos continuariam independentes, outros seriam atraídos pelas correntes sindicais rivais à Articulação Sindical e à CSC.

A greve propiciaria o inter-relacionamento que assembléias, congressos de trabalhadores e seminários não ofereceram até àquele momento. Em outras condições essa aproximação não aconteceria, nem haveria a troca de idéias sobre o fenômeno em curso, e o conseqüente questionamento dos fatos. E emergiria nesses relacionamentos a vontade de mudar as formas de fazer política sindical repetindo momentos anteriores em que houve contestações a prática social contraditória e conflituosa, entre a busca de democracia na sociedade, e a ausência desta, nas relações do Sindjustra desenvolvida pelos seus diretores com os seus representados.

Esses atores encontraram, no movimento paredista, um campo fértil para proliferar a

discussão sobre o Cupulismo Sindical que lhes impunham ações monolíticas via dirigentes sindicais. Em momento anteriores atores sociais que notaram o fenômeno tinham esboçado a construção de um movimento de contestação e foram esmagados por não terem suporte político e apoio material para aglutinar militantes em torno da proposta de construir uma oposição localizada à direção do Sindjustra no mesmo campo ideológico com apoio de setores da Cut/RS.

A greve ocasionaria, caprichosamente, a soma de idéias contrárias a política da direção sindical imposta pela CSC sob orientação do PCdoB. Era o fruto do entendimento da realidade abstraída a partir do questionamento ocasionado nas discussões ocorridas em meio ao movimento paredista, sobre quem detinha de fato o poder no Sindjustra.⁵³ Essas interrogações convergiram e foram ao encontro de pensamentos de cunho contestatório existentes na base em setores de grupos sociais dispersos que ressurgiram no movimento paredista, somados exigiriam maior participação das bases em questões que interessavam aos trabalhadores. Os grupos sociais insatisfeitos com as políticas sindicais queriam uma abertura sindical permitindo a entrada de novas idéias e de concepções ideológicas existentes no campo cutista e, assim, discutirem de forma profunda a política sindical emanada da FENASTRA exigindo a despartidarização do Sindjustra.

De forma pública, após a greve, exporiam os motivos às bases fomentando um debate mais abrangente, atraindo simpatizantes ao pleito, no meio do debate apareceriam os adversários políticos, que aproveitaram o momento para edificar um “bloco de oposição cutista à direção do Sindjustra” pedindo uma revisão na política sindical que estava ali em prática.

Enquanto a greve esteve no auge, seguiria uma trajetória e em seu ponto mais alto apresentando mais de 70% de adesões ao movimento e com grande poder de pressão sobre os empregadores, o PCdoB controlara indiretamente o movimento, através dos seus interlocutores sindicais, mas se depara com o surgimento espontâneo de novas lideranças se organizando em torno

⁵³ O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graça ao seu contrário. KOSIK,

de adversários históricos do campo da esquerda.

A conjuntura os pressionava para aceitar as propostas patronais, porém optaram por resistir desarticulando as comissões de negociação mudando a forma de eleger os negociadores. Seriam convidados para participar das negociações figuras notáveis do sindicalismo como o presidente da Cut/RS e o da FENASTRA, com esse fato, as lideranças espontâneas eram indiretamente afastadas do foco central do movimento grevista.

Pelas circunstâncias e posições contrárias manifestadas no movimento sindical e pela experiência, os militantes de outra tendência tinham percebido a indecisão dos sindicalistas da CSC perante o impasse em aceitar as pressões das lideranças de base ou seguir a orientação do PCdoB de manter o movimento e preservar o cenário para os seus atores. Por outro lado a contradição ganharia corpo se assemelhando a um grupo de pressão, crescia em meio a greve sem assumir uma postura típica oposicionista no interior do movimento paredista.

Essas contradições foram notadas após a segunda semana por boa parte da base que trabalhava a greve e logo em seguida pelos “olheiros” dos empregadores. Também, por isso, a Burguesia Togada passaria a atacar os pontos vulneráveis do movimento, reforçando o discurso nos repasses de informes à mídia regional, noticiando os pontos da pauta dos trabalhadores que estavam dispostos a negociarem, provocando um contraditório público, entre os enunciados dos dirigentes sindicais emitidos na base, e o discurso dos empregadores colocados na imprensa.

As informações desconstruídas dariam início a um processo de esvaziamento da greve e aceleraria o declínio do movimento paredista. Quando os dirigentes sindicais notaram, o desgaste era grande se somado aos outros ocorridos durante o movimento. E propuseram a Burguesia Togada a negociação dos dias de paralisação, ofertando a compensação de jornada de trabalho e as demais questões da “PautaDez” seriam negociadas após a volta ao trabalho em Reunião Plena do TRT 4ª Região.

Na greve, a partir do décimo dia, eram evidentes três grupos distintos que se sobrepuseram aos demais grevistas, membros e simpatizantes da CSC, os militantes do segundo grupo social, os que trabalhavam à greve de forma voluntária e um terceiro grupo social, composto por militantes filiados ao PT e ligados a DS e a uma Corrente Política Sindical formada no local de trabalho.

O terceiro grupo social lançaria as amarras em torno das idéias que defendiam no seu local de trabalho antes da greve. Pouco se envolveram com os fazeres do movimento paredista, e trabalharam durante o movimento no sentido de arregimentar participantes para a suas causas, convidando os grevistas independentes e os dissidentes para ingressarem na tendência.

As tarefas da greve consideradas penosas, como piquete, panfleteações e arrastões de convencimento nos locais de trabalho eram deixada de lado por esses grevistas. Formavam pequenos grupos de grevistas e questionavam a eficácia do movimento, os atos e as deliberações dos dirigentes sindicais. De modo em geral, só estavam em greve, não trabalhavam a greve no sentido desta ser um instrumento coeso de pressão e conspiravam na greve. Esta prática funcionava como resposta à direção sindical, que espanava do cenário qualquer tentativa de ribalta mais prolongada nos palcos permanentes da greve por parte destes grevistas independentes e de outras tendências não alinhados a política do Sindjustra.

O mesmo procedimento restritivo fora exercido em relação ao segundo grupo, nos quais se agrupavam as lideranças setoriais, que de forma voluntária trabalhavam à greve se envolvendo com as questões sindicais. O crescimento em importância destes militantes faria com que os dirigentes sindicais da CSC os espanassem do cenário principal com políticas retaliativas impedindo que essas lideranças apresentassem reivindicações referentes aos seus setores de trabalho.

O grupo social representado por trabalhadores sem vínculos regulares com as tendências e as correntes políticas sindicais considerados militantes independentes, tinham como objetivo democratizar e transformar em uma instituição que lutasse por interesses mais prementes não possuindo a pretensão tomar o poder no Sindjustra. O Segundo grupo social, no qual estavam trabalhadores ligados a grupos sociais que militavam no movimento sindical organizados em correntes

políticas sindicais e sob orientação de uma tendência com assento no PT. Esses pleiteavam o poder, tal como ocorrera em 1989 durante as primeiras reuniões de base da “oposição sindical”, que devido à ineficiência política não ganharam espaço nem interlocutores para colocar as propostas oposicionistas em prática na base do Sindjustra.

A organização da oposição à direção do Sindjustra iniciara em meio a greve, indo contra os interesses das bases e nessa conjuntura de greve vários trabalhadores queriam só resultados imediatos. Esses eram convidados para se alinharem contra as políticas diretivas do Sindjustra, pressionando os seus diretores a mudarem a política de relações sindicais na greve para conseguirem resultados, como o compromisso de ingressarem nesta. Proporiam aos arregimentados apoio irrestrito no sentido de aumentarem a representatividade dos trabalhadores que tivessem suas reivindicações excluídas da “Pauta Dez” do movimento paredista no momento das negociações futuras com a Burguesia Togada.

Por outro lado, essas propostas lançadas em assembléias de greve eram rechaçadas pelos dirigentes sindicais. Estes respondiam, apontavam os fatos como início de uma abertura forçada, via práticas populistas, para o ingresso de outras forças políticas na greve e consolidar na base do Sindjustra sem discussão aprofundada e num momento inoportuno. Segundo o pensamento da direção, que reconhecia a existência de um Grupo de Pressão⁵⁴ fora de controle atuando em meio ao movimento paredista questionando a política de condução do movimento e fomentando a discórdia.

Entretanto o temor da eminência da perda de poder durante a greve, faria que, de forma deliberada, se enfraquecessem os motores da greve, deflagrando uma situação de esvaziamento do movimento representada pela retirada forçada das lideranças independentes que se sentiam atingidas com retaliações movidas pela CSC. O movimento perdia fôlego em Porto Alegre e, ainda, ganhava

⁵⁴ Os “grupos de pressão” são distinguíveis por seus objetivos, gênero e estrutura. Quanto aos objetivos, pode-se perceber dois grupos: os de interesse e os de idéias. É claro que esta distinção não é simples, uma vez que é muito difícil delimitar-se as fronteiras existentes entre defesa de interesses e defesa de idéias. Alia-se a esta dificuldade uma outra ainda, qual que seja a própria subjetividade de quem, como observador e estudioso do assunto, acaba por “perceber” atitudes “desinteressadas” de uns grupos e atitudes interessadas de outros. ULRICH, Maria Alayde Albite Grupos de Pressão. *IN Ciência Política Textos Introdutórios*. PETERSEM, Aurea. (Org.) 2. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1988.

adesões no interior do estado. Duas questões minavam o eixo principal da greve, a postura política monolítica da direção sindical e as amarras políticas que os grupos que se antagonizavam a direção do movimento preparavam nos bastidores da greve. Esses pressionavam a direção sindical durante as reuniões de avaliação do movimento e lançavam propostas durante as assembléias de greve para participarem das decisões a serem discutidas com os grevistas, com os demais trabalhadores que não aderiram a greve e com os retirantes da mesma no sentido de se unificarem o movimento na capital. Eram contestados e impedidos de lançar propostas com esse alcance, visto que os dirigentes sindicais teriam que negociar com os “pelegos”, e a CSC teria que mudar as negociações e recolocar na “Pauta Dez” questões consideradas corporativas.

A “Pauta Dez” não era submetida a discussões e permaneceria inquestionável, impossibilitando que outras reivindicações fossem acrescidas, muitas das quais a Burguesia Togada admitia negociar de imediato e outras atenderia a médio prazo no exercício da administração, que estava no poder no TRT da 4ª Região. Os dirigentes sindicais tinham duas posições mediante os fatos que surgiram nas rodadas de negociações e nos bastidores da greve, se colocassem outros pontos na pauta de greve e esses fossem atendidos esvaziaria parcialmente o movimento. E se esses pontos fossem atendidos coincidindo com as reivindicações que foram apresentadas por líderes setoriais e os líderes de outras tendências, esses militantes ganhariam notoriedade e prestígio junto aos trabalhadores, segundo o entendimento dos diretores do Sindjusta.

Mesmo abortando essas perspectivas de pequenas vitórias, o PCdoB lucraria, pois ficaria com a greve como palanque, e por outro lado diminuiria em importância as novas lideranças, que com as contradições, se retiravam do movimento rotulados de “pelegos” e “traidores do movimento” e seria questionada a legitimidade destas novas lideranças nas próximas reuniões de avaliação do movimento paredista, ao mesmo tempo que impediam a entrada de outra tendência em sua base, mandavam um recado indireto para Cut/RS.

Com esse entrave, aconteceria uma significativa volta ao trabalho ao final da terceira semana de greve, possibilitando aos dirigentes sindicais ficarem com o controle total da greve. Entretanto, o refluxo do movimento fora notado pela direção do TRT da 4ª Região e nas negociações a Burguesia

Togada mudaria o discurso condicionando a volta o trabalho, para atender as questões menores tornando-as públicas, porém se eximindo do poder de barganhar as questões substanciais remetendo-as ao Poder Executivo Nacional. A greve perdera força como instrumento de pressão por resultado, restando, no entanto, o palanque político, no qual se criticava a política neoliberal do Poder Executivo da União como causadora principal dos malefícios sociais existentes nas relações entre os servidores públicos e os administradores públicos que, assim como a Burguesia Togada, a cúpula do Sindjustra apontava o Poder Executivo da União como o culpado pela impossibilidade de contemplarem os pleitos dos trabalhadores.

A pressão da sociedade exercida através dos operadores e usuários da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul para terminar a greve aumentava gradativamente. Ao passo que a Burguesia Togada, por intermédio dos seus diretores, iniciaria uma política de retaliações, punindo os trabalhadores grevistas, suprimindo vantagens salariais recebidas além das obrigações contratuais dos trabalhadores que as tinham e, ainda, permaneciam em greve. O que levaria a cúpula do Sindjustra a buscar alternativas para negociarem os dias não trabalhados em troca do recebimento dos salários referente ao mês de setembro de 1992 ainda em curso. Propuseram compensação de dias de greve forçando as negociações nesta direção, e a greve terminaria com resultados negativos temporários. Haja vista que com exceção da gratificação por exercício de atividade judiciária os demais pontos seriam conseguidos até maio de 1994 pela CSC e Sindjustra. E o presidente do TRT da 4ª Região, o Juiz José Carlos Prunes, processaria civilmente o militante da CSC, Alan Carlos Dias, Presidente em exercício do Sindjustra na época da greve, por declarações e notas do Sindjustra, assinadas e publicadas no jornal Zero Hora. O dirigente e a direção sindical, além de responderem o processo civil após a greve, enfrentariam uma oposição em 1993, aparelhada pela DS, que ofereceria espaço físico em outro sindicato, verba e consultor político para organizar a “oposição”.

O movimento sindical como sujeito histórico apresenta-se com várias contradições, entre muitas, nos referimos ao instrumento mais significativo para desencadear lutas sociais, a greve, essa fora utilizada como cenário de disputa política e de imposição de uma face ideológica ao conjunto de um movimento. Em tentativa de substituição as políticas stalinistas desenvolvidas pela CSC sob orientação do PCdoB, em meio a greve, trotskistas vinham se aliando a Sindicalistas Corporativistas

para controlarem os trabalhadores atraindo parte da massa grevista se aliando sem a preocupação de arrancá-la da ignorância política sindical.

O grande grupo social formado pelas circunstâncias da greve trabalhava o movimento paredista no sentido de obterem resultados de modo direto e objetivo pressionando o adversário imediato e visível representado pela Burguesia Togada. O mesmo fenômeno não ocorreria com as lideranças representadas pelos militantes de outras tendências, cujo objetivo era a busca do poder de representação para enfrentarem quem estava de posse de uma instância do poder instituído pelo Estado. Pressionavam a direção do Sindjustra desenvolvendo uma prática contestatória subjacente ao confronto principal que existira em decorrência da greve para conseguir seus objetivos políticos.

Atos, como greves, passeatas, ocupações de fábricas e prédios públicos, panfleteações em centros metropolitanos, caravanas à Brasília foram largamente utilizados por trabalhadores metalúrgicos, bancários e servidores públicos federais na busca de resultados econômicos sociais. No entanto, eram fenômenos⁵⁵ subutilizados como fóruns de discussões e teatro de operações em que se conspira e se disputa o poder de representação no movimento sindical. Na contradição relacionada às origens do Novo Sindicalismo no Brasil e o seu desenvolvimento até democracia plena a noção de Sindicalista Autêntico e Sindicalista Combativo fundira-se. O termo Sindicalista Combativo transcenderia como nomenclatura, mas à prática política para a retomada das lutas sociais dos trabalhadores, as propostas dos Sindicalistas Autênticos vingariam sedimentando-se no movimento sindical. Depois de 1992, o termo se funde e todos se reivindicariam Sindicalistas Combativos e marxistas leninistas, independente de tendência e Corrente Política a que estivessem filiados.

5 SINDICATOS: CONTRADIÇÕES E CONFRONTOS

⁵⁵ Cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, sua atenção, sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária, obscuramente intuída. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p 25.

Nos conflitos sociais deflagrados sob orientação dos sindicatos, que discorreremos no capítulo anterior, os quais se constituiriam pela sua inversão em ações oposicionistas, de forma direta, contra o Governo da União e; de forma indireta, em contestações, através das manifestações dos trabalhadores em busca de melhorias sociais e pela preservação dos postos de trabalhos. Fatos que caracterizariam uma posição antagônica configurando-se em oposição a uma classe social detentora de poder econômico, protegida pelo Governo da União e com o Estado, em linhas gerais, atuando no sentido de defender os interesses desta classe social.

Os grupos sociais da oposição sindical de todas as vertentes de esquerda tinham a concepção de que o Estado estava cada vez mais a serviço de uma classe social na qual estavam localizados os seus adversários principais, assim os conflitos resultantes entre os que detinham os postos de trabalho e os trabalhadores, se manifestariam de várias formas, sendo os confrontos contidos, reprimidos e depois administrados por órgãos do governo, que qualificavam os confrontos como tensões sociais, omitindo de forma deliberada a luta de classes.

Com tal procedimento, controlavam os conflitos demandados da relação capital/trabalho transportando-os para o Poder Judiciário, ali o Poder Executivo da União mantinha o controle do processo social de forma política, utilizando os poderes constituídos do Estado⁵⁶ para conseguir sentenças favoráveis em questões trabalhistas coletivas, com base em Enunciados, Normas, Portarias e Resoluções criadas pelo TST e STF. Estas instituições se sobrepueram ao Poder Legislativo ao darem a esses instrumentos jurídicos o caráter de lei para serem aplicadas em questões trabalhistas coletivas o que configurava, nestas questões, o Estado a serviço do capital e por extensão a classe patronal, formando uma conjuntura política e social na qual os líderes sindicais compreendiam como impossível de ser resolvida no campo institucional. Por existirem diversas instituições da sociedade civil que por serem contra as estratégias de lutas sociais usadas no movimento sindical pelas tendências combativas de esquerda, atuavam no sentido de criarem situações que possibilitariam a

emissão de opiniões na mídia nacional, fazendo pré-julgamentos sobre a radicalização do instrumento principal de luta dos trabalhadores.

Esta estratégia, fariam com que as resoluções emitidas pelos Tribunais Superiores, sem fundamento constitucional, fossem aceitas pela opinião pública com a mesma naturalidade com que as de base legal eram aceitas pela sociedade. Algumas sentenças de fundo político, com o peso da pecúnia liquidaria além do movimento paredista, a mobilidade econômica dos sindicatos de se organizarem para enfrentar a demanda regular estatutária dos seus representados.

A greve, o instrumento de confronto mais significativo, por sua eficácia e simbologia, que representava para os sindicalistas ao longo da história dos movimentos operários uma referência mítica para as lutas sociais, substanciadas por ideologias mutáveis das forças políticas do movimento sindical brasileiro sonhavam ainda com uma greve geral e construir, no transcurso desta, a ruptura social e o socialismo pela via revolucionária.

Embora essa vontade política de transformar tivesse derrotado o colaboracionismo, confrontava e era derrotada pelo reformismo social democrata. Os conflitos internos que se sucederam aumentaram a contradição, paralelo a esses fatos os “Sindicalistas Autênticos” adicionavam às greves passeatas, atos públicos e manifestações sociais com atividades culturais para torná-la um instrumento de luta mais abrangente no sentido de mostra-lo à sociedade sem a preocupação de romper com a ordem instituída e sim negociar questões sociais dentro do campo institucional.

O confronto interno resultante da contradição⁵⁶ emergiria nos fenômenos sociais que concentravam trabalhadores como: “A Marcha dos Metalúrgicos de Canoas”, “O Acampamento dos Bancários do Banco Sul Brasileiro” e a “Greve dos 25 Dias dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho”. Fenômenos cuja origem era a base que sofria com as políticas sociais excludentes do

⁵⁶ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

⁵⁷ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. Na contradição só existe a relação, isto é, não podemos tomar os termos antagônicos fora dessa relação. São criados por essa relação e transformados nela e por ela. Além disso, a contradição opera com uma forma muito determinada de negação, a negação interna. p.37.

Governo da União. O objetivo principal dos trabalhadores era a manutenção e a recuperação do emprego, no desenrolar dos acontecimentos, considerando os primeiros ensaios até a organização efetiva desses eventos, o desencadeamento e os resultados das ações, uma série de relações foram estabelecidas de forma conflituosa, predominando sempre uma variante, que condicionaria a face dos movimentos. A luta pelo aparelhamento do fato social, e a conseqüente disputa pelo poder de representação durante o movimento, independente da contradição causar a diluição do fato, e com isso os trabalhadores perdessem espaço e consistência política, perdendo a “unidade na luta” e a própria luta temporária pelo resultado imediato.

A “Marcha dos Metalúrgicos de Canoas”, em sua organização, fora cercada de precauções em decorrência da repressão do governo, embora estivesse vigendo a “Abertura Democrática”. Com a mesma intensidade, houve de forma simultânea em Porto Alegre greves e paralisações em que a reivindicação dos metalúrgicos locais eram a manutenção do posto de trabalho, conseguida por três meses no primeiro semestre de 1983. A efervescência dos conflitos encobriria grande parte das contradições, pois eram consensual entre as tendências - trotskistas, stalinistas, sociais democratas e colaboracionistas - a luta pela preservação do emprego na categoria de trabalhadores metalúrgicos da Grande Porto Alegre, e nada mais estava em pauta na capital. PCdoB, PCB e colaboracionistas eram contra as greves naquele momento, o que dificultava o desencadeamento de ações de solidariedade entre sindicatos do mesmo ramo de atividade, prejudicando a luta dos metalúrgicos de Canoas que levariam em frente e pondo na rua a primeira manifestação contra as políticas sociais do Governo da União, apresentando neste Ato Público uma nova liderança regional do Novo Sindicalismo, o metalúrgico Paulo Renato Paim.

No entanto, em Canoas, os metalúrgicos grevistas, liderados por João Jorge Freitas, Sérgio Matte e mais tarde por Paim, os organizadores da oposição sindical, que retirariam os Sindicalistas Colaboracionistas. A marcha era uma ação maior dentro da ótica de conduzir o movimento sindical, para efetiva-la receberam apoio moral da maioria da comunidade operária canoense, e logístico de parte dos moradores das vilas e bairros pobres da cidade para organização de reuniões, e atos sociais mais significativos como essa “Marcha Contra a Fome e Desemprego” que aqui focalizamos. A solidariedade e o inter-relacionamento com os movimentos populares permaneceriam após a saída de

todos os colaboracionistas, sobretudo, devido aos vínculos mantidos com uma igreja do centro da cidade de Canoas que fazia a mediação entre a comunidade dos bairros pobres e o STIMMEC. O apoio era fundamental e viabilizaria a magnitude do evento considerando a conjuntura local da época e a inexperiência dos sindicalistas canoenses em manifestações no espaço da rua. Os sindicalistas canoenses com políticas semelhantes as dos Sindicalistas Autênticos, através da construção da oposição sindical na cidade de Canoas, no entanto negam que tenham recebido apoio da grupo nacional Pró-Cut. Colocariam que tinham chegado ao poder em um sindicato expressivo e precisavam firmar-se para sedimentar o espaço político conquistado com a remoção dos Sindicalistas Corporativos e das suas práticas, e um evento inaudito como o protagonizado marcaria posição e afirmaria o Novo Sindicalismo na Região da Grande Porto Alegre.

Entretanto, em Porto Alegre, o Sindicato dos Metalúrgicos permanecia sob o domínio da CGT, que mantivera o poder através de um processo eleitoral tumultuado, onde a “Oposição Sindical” esta, com evidências, pelos enfrentamentos políticos e físicos no pleito em que acusavam a situação de fraudarem as eleições com apoio do PCdoB. Este contratempo faria com que, em Porto Alegre, os militantes comunistas stalinistas aliados aos Sindicalistas Corporativos impedissem além da ascensão ao poder, o avanço na base metalúrgica da capital dos Sindicalistas Autênticos. O que impossibilitava qualquer possibilidade de apoio material aos seus colegas de Canoas e de outras cidades do estado: como colocar o aparelho sindical para apoiar a “Marcha Contra a Fome e o Desemprego” e Atos Públicos contra a categoria patronal e os Poderes Executivos Federais, Estaduais e Municipais.

A contradição era ainda maior e denotada nas críticas proferidas pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre em panfletos distribuídos às portas das fábricas contra os líderes da “Marcha”, apesar desta prática retaliadora fornecerem adversários comuns dos trabalhadores metalúrgicos. Assim, os Sindicalistas Corporativos e stalinistas abrigados na CGT favoreciam o aperfeiçoamento da exploração de mais valia do capitalismo brasileiro, que se reordenava visto que experimentava uma crise nacional com o fim do milagre econômico brasileiro⁵⁸ e tratavam de fazer

⁵⁸ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. In.: *Populismo após a tradição democrática*. Crise econômica e reforma do estado no Brasil. São Paulo: editora 34, 1996.

que as perdas fossem arcadas pela sociedade.

De forma paralela, era travada outra luta interna no sentido de impedir a implantação da Nova Estrutura Sindical na região da grande Porto Alegre, neste momento, primeira metade da década de 80, os Sindicalistas Autênticos dispunham do poder em sindicatos importantes no Rio Grande do Sul como os STIMMEC e SEEB/POA, mas tinham perdido as eleições, de forma irregular, no STIMMEPA. Assim acontecia a contradição na própria contradição expressa na forma de conflitos internos no transcurso de movimentos de confrontação aos capitalistas, aos Poderes Executivos e ao Estado, que aconteceriam em locais onde houvesse disputa por poder de representação, independente do prejuízo que os enfrentamentos contraditórios causassem perdas sociais pertinentes a classe trabalhadora.

No “Acampamento dos Bancários do Banco Sul Brasileiro”, a contradição era mais complexa, pois envolvia diretamente políticos com assento nas duas casas legislativas. O fenômeno tinha origem nos movimentos deflagrados pelos trabalhadores e, no seu desenrolar, o controle fora assumido pelo SEEB/POA e, após tomado de roldão por políticos de quase todos os partidos, a exceção era uma pequena parte dos políticos governistas. Quando o movimento atingira a perspectiva eminente de vitória, este serviria de palco para encenações e discursos de líderes sindicais e políticos populistas, retirando, com esse procedimento, dos trabalhadores a condição de sujeito histórico do processo social que deflagraram, sendo despidos de transitoriedade histórica que os bancários de um banco insolvente apreenderam no transcurso da luta social pela preservação dos seus postos de trabalho.

Na época, com a decisão de estatizar o banco, a maioria dos postos de trabalho foram mantidos como resultado principal de uma luta que fora significativa pela massiva e expressiva participação dos trabalhadores do Banco Sul Brasileiro⁵⁹. No entanto desconstituídos mais uma vez, no futuro logo a seguir de seus papéis de agentes de um processo social, sendo lhes também retirado

⁵⁹ Jornal o Bancário. Edições de Abril/maio de 1985. Arquivo dos Bancários. Praça Parobé ed. Dabdab, 10 andar. Porto Alegre.

por suas representações de classe a condição de sujeito histórico, pela divisão da concepção política ideológica provocada pelo sistema proporcional diretivo das entidades sindicais aplicados nos sindicatos no início da década de 90 como forma burocrática de administrar a contradição no movimento sindical.

A estratégia sindical das gestões proporcionais que a grosso modo diminuam os focos de oposição e oficializavam a contradição do movimento operário no mesmo espaço físico como iria ocorrer no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no fim da década de 80. Os trabalhadores bancários por serem alvo indiretos desta contradição, embora tivessem estabilidade no emprego que lhes dariam sustentação econômica para mobilizarem-se por uma causa corporativa e de sobrevivência social. Isto era sempre algo extremamente difícil de ser viabilizado pelas dificuldades criadas pela burocratização da contradição no sindicato dos Bancários da Capital. O fenômeno era conduzido para dentro dos bancos públicos e privados, reproduzido nas reuniões das OLTs, por haverem concepções ideológicas diferentes, não existiria unidade e consenso para as lutas demandadas pelo recrudescimento do capitalismo, que em suas reformulações mundiais aplicadas ao sistema bancário através dos avanços tecnológicos aperfeiçoando a expropriação de mais valia, a exemplo do que acontecera nas indústrias metalúrgicas na década anterior, reduzindo drasticamente os postos de trabalho, iniciando no setor de prestação de serviços o desemprego estrutural e a terceirização de serviços das áreas de apoio.

A contradição que referimos nos movimentos operários recentes, começara junto com o processo de industrialização do Brasil na segunda década deste século, após eclodiria, em qualquer época e se acentuaria na medida em que a disputa pelo poder de representação fosse institucionalizado, como as eleições sindicais, processo que veremos, a seguir, ao abordarmos a contradição nos atos sociais desenvolvidos pelo Sindjustra⁶⁰.

Em janeiro de 1991, surgiria na base do Sindjustra um grupo social com propostas no sentido

⁶⁰ Pastas de Documentos 1991. Documentos Sobre a Greve dos 25 dias (1991). Jornal Pejota: edições especiais de greve. Porto Alegre.

de se oporem as práticas políticas desencadeadas pelo PCdoB através do seu braço sindical, a CSC. Tinham uma visão mais aberta em termos de Sindicalismo Combativo, não implicando a abertura em compreensão para promover e sedimentar a democracia e sim democratizar aos moldes dos procedimentos políticos desenvolvidos pela Cut/RS. A democracia seria exercida segundo os procedimentos desenvolvidos a partir dos “Congressos Nacionais e Estaduais de Trabalhadores” que, segundo Giannotti⁶¹, não eram nada democráticos.

Um grupo com oito pessoas, de início, desenvolveria uma campanha propondo retirarem o PCdoB e a CSC do poder no Sindjustra, compreendiam que era impossível mudar as práticas políticas sindicais sem mudar a face do poder sindical. A medida que no meio sindical as informações transitavam de uma base a outra com mais velocidade, a política de panos quentes encobrendo as doutrinas da “ditadura do proletariado” e as suas manobras diversionistas desencadeadas através do jogos de palavras utilizados nos panfletos e documentos oficiais do Sindjustra, era então cada vez mais trabalhoso para a CSC sepultar fatos e criar outros, oferecendo às bases fatos artificiais para explicar os procedimentos desenvolvidos no trato das questões políticas sindicais. Visto que ao início da década de 90 a solidariedade entre sindicatos filiados à Cut/RS apresentaria de forma subjacente a reciprocidade entre tendências e entre Correntes Políticas Sindicais se sobrepondo a solidariedade entre sindicatos e entre categorias de trabalhadores.

As disputas das correntes políticas sindicais por espaço político nos sindicatos aconteceria de forma diferente da disputa pelo poder sindical entre as tendências, que era impessoal. Agora à busca do espaço político se deflagraria diariamente entre os ocupantes de cargos nas direções dos sindicatos e os militantes das correntes políticas sindicais, todos se expondo para as bases ao lutarem pelo poder de representação. Por isso eram alvos diretos das críticas e do rancor dos trabalhadores que rejeitavam a ditadura do proletariado como forma de pensamento e inspiração ideológica para a FENASTRA e o Sindjustra.

⁶¹ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. CUT ontem e hoje. São Paulo: Vozes, 1991. capítulo II. Da fundação ao VI CONCUR: avanços e retrocessos.

No movimento sindical a concepção ideológica contida na ditadura do proletariado praticava a eliminação da participação dos militantes, dos adversários internos, e dos aliados da CSC na Base do Sindjustra. Assim impediam a participação política em congressos nacionais, encontro estaduais, plenárias e outros fóruns de discussões deliberativas dos representados que pensavam diferente e contrário. A respeito dos quais os antagonistas queriam que os delegados sindicais fossem eleitos nas bases possibilitando aos trabalhadores participarem e decidir sobre questões acerca do seu destino no movimento sindical⁶².

A política de alianças desenvolvida pela CSC com qualquer proposta política do movimento sindical brasileiro para chegar a qualquer instância de poder e após mante-lo, independente do custo social e preço político. Era uma das práticas vista com reservas pelos grupo opositoristas representado por simpatizantes e militantes da Nova Esquerda, Articulação Sindical, Democracia Socialista, Corporativos, Independentes e Colaboracionistas.

Esses grupos sociais criticavam os processos eletivos denunciando aos demais trabalhadores, dizendo que eram viciados pela existência do “Delegado Nato” instituído pelo estatuto sindical⁶³. O que possibilitava o controle dos congressos estaduais da categoria e a “eleição” de representantes para os congressos nacionais da categoria e para os congressos da CUT. Houve outra forma de eleição de delegados para os congressos da Cut/RS, ocasionada por pressões da Central Sindical, mais de 50% dos delegados deveriam ser eleitos na base, no entanto, após definirem os delegados da diretoria, os demais diretores concorrerem pela base, e geralmente se elegiam por disporem do aparelho sindical para conduzirem as eleições para esse fim nas assembleias. Fato que configurava a posse do poder de forma monolítica, no entendimento dos aliados e das demais tendências de esquerda. Não só esses fatos, mas sobretudo esses, eram os principais, apontados pelos grupos sociais existentes na base do

⁶² Relatórios da Comissão de Ética da Cut/RS, sobre os Processos Eleitorais no Sindjustra, 1993. Arquivo do Sindjustra, 1996. Rua 17 de junho, 457. Porto Alegre.

Arquivo da Cut/RS. Porto Alegre. Documentos da Comissão de Ética da CUT/RS, sobre as Eleições Sindicais do Sindjustra 1993. Relatórios N° 1, 2, 3. Atas da Comissão de Ética da Cut/RS. Rua Vicente de Paula Dutra, 215, 1996. Porto Alegre.

⁶³ Estatuto do Sindicato dos Funcionários da Justiça do Trabalho Porto Alegre, 1989. Arquivo Sindjustra. Idem.

Sindjustra no decorrer da conjuntura anterior ao desencadeamento da “Greve dos 25 Dias”.

O combate desenvolvido pelo PCdoB contra os colaboracionistas, era elogiado e reconhecido no movimento sindical nacional, após a remoção desta forma de fazer política sindical, a disposição de luta se voltaria contra a estrutura de poder do TRT da 4ª Região, sendo iniciado, em 1990, um processo luta pela unificação das políticas de relações de trabalho, entre os trabalhadores do Judiciário Trabalhista e os seus empregadores. A reivindicação principal era a de relações igualitárias para todos visando, sobretudo, estender as benesses e direitos usufruídos pelos os funcionários de nível médio e superior aos funcionários subalternos. Direitos básicos previstos pela Constituição Federal e pelo Regime Jurídico Único como Vale Refeição, Vale Transporte, Planos de Saúde, Insalubridade, Diárias e Horas-Extras eram sonogados e postergados a sua implementação pela Burguesia Togada prejudicando a todos os seus funcionários, no entanto algumas camadas de funcionários eram privilegiadas pela Burguesia Togada com políticas compensatórias.

A política desenvolvida em busca de resultados iguais para todos os representados tinha receptividade por todos os trabalhadores da base do Sindjustra o que legitimava a direção de forma quase unanime, à gestão do PCdoB(CSC).⁶⁴ As lutas por melhorias nas condições de trabalho e por resultados, a CSC usava os seus meios de divulgação para denunciar à sociedade a incoerência administrativa da Magistratura Trabalhista que, não pagava em dia horas-extras, diárias e, no período da ciranda financeira, atrasava as vantagens salariais dos seus funcionários para auferir vantagens. Fatos que também eram denunciados pela “Oposição à direção do Sindjustra” e pela direção que a CSC mantinha no poder no Sindjustra de forma ilegítima, em 1994, segundo a Comissão de ética da Cut/RS e a Oposição Sindical orientada pela DS(Anexo G⁶⁵), fatos que eram resultados de um processo ascendente de controle do poder sindical que aos poucos se deteriorava.

⁶⁴ COSTA, Sílvio. Tendências e centrais sindicais, São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. capítulo 6, p.198 “*Surge a corrente sindical classista*”.

⁶⁵ “Resolução sobre as Eleições no Sindjustra”

Este quadro começaria a se fragmentar e perder em credibilidade, quando a base descobrira, num momento anterior, em 1990, que o primeiro Presidente eleito do Sindjustra preparava-se para prestar concurso para o cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do TRT da 4ª Região, à época em que o Sindjustra negociava uma gratificação com a burguesia togada. Este sindicalista passaria no concurso e seria empossado no cargo, o fato geraria desconforto na base, os militantes dos grupos de esquerda que questionavam o fato de um dirigente sindical estar se preparando para fazer parte da Magistratura Trabalhista de Carreira e exercer ao mesmo tempo o cargo de Presidente do Sindjustra, em um momento que funcionários e administração do TRT da 4ª Região se digladiavam pelo pagamento de Gratificação por Exercício de Atividade Judiciária, que segundo os sindicalistas, alguns TRTs de outras regiões do país já recebiam.

Os questionamentos aos demais membros da direção sindical pelos grupos sociais começariam a ser mais constantes e incisivos só que dispersos. No entanto, para questioná-los teriam que participar das reuniões, com isso as idas à sede do sindicato começaram a ser mais constantes, aumentando a frequência à sede do Sindjustra. A pressão para assistir às reuniões de diretoria, o que não era permitido pelo Sr. Alan Carlos Dias, Vice-presidente no exercício da Presidência. Que criticavam os seus contestadores se referindo da forma a seguir “vocês tem que trazer quantidade para o sindicato e não qualidade”.⁶⁶ Contudo os conflitos começaram a ficar irreversíveis quando o PCdoB melhor instrumentalizara a sua Corrente Política Sindical e a filiaram à CUT, e só então, depois desta estratégia política, filiaram o Sindjustra à Cut/RS.

As primeiras reuniões para organizar a “oposição” à CSC no Sindjustra, ocorreriam em janeiro de 1991 por militantes simpatizantes da Articulação Sindical e da Nova Esquerda, mas sem apoio oficial destas Correntes Políticas. O projeto não decolaria como proposta conjunta dos grupos oposicionistas para a participação nas eleições sindicais de maio de 1991. No ano seguinte, agora com o sindicato aparelhado de forma escancarada pela CSC, as reuniões da “oposição” começariam a ter representatividade configurada pela participação dos antigos militantes e dos primeiros dissidentes da direção do Sindjustra acrescidos de trabalhadores que tinham alguma representatividade nos seus

setores de trabalho o que além de aumentar o contingente dos opositores surgiam mais líderes setoriais, com o que formavam-se oficiosamente um minúsculo corpo diretivo da “Oposição à Direção do Sindjustra” (CSC).

Os encontros dos opositoristas seriam retomados ao longo do ano de 1992, com essa movimentação política, o grupo torna-se conhecido na base do Sindjustra e pela CSC, que em seguida centraria os seus ataques contra os líderes do grupo retaliando-os sem reconhecer a existência da oposição de forma oficial como grupo organizado. Cerceavam às manifestações políticas das lideranças opositoristas desgastando-as e impedindo a reflexão das bases sobre as propostas opositoristas, com discursos pontuais proferidos logo após a intervenção das lideranças opositoristas em qualquer fórum de discussão, mesmo assim, os confrontos começaram a ser notados pelos representados e ganharam a simpatia destes.

No segundo semestre de 1992, aconteceria “A Greve dos 25 Dias”, já discorrida neste trabalho, o movimento tinha cinco grupos distintos. A Direção Sindical, as Lideranças Setoriais, os Colaboracionistas, os Militantes, os Independentes e os Militantes de Correntes Sindicais ligadas à Cut/RS e ao PT, mais a Categoria Profissional, que era a massa a ser trabalhada. Os acontecimentos da greve explicitariam as práticas políticas da CSC, esta durante o movimento paredista recrudesceria em sua filosofia de trabalho político. “Os Grupos Opositoristas” questionavam essas práticas no seu interior e a discussão uniria os grupos opositoristas, enfim, a repulsa pelas práticas políticas da CSC os fundiriam formando “um bloco opositorista”.

O primeiro ponto discutido na reunião do bloco de oposição fora: como terminar com o Aparelhismo Sindical e aumentar a participação das bases nas decisões dos movimentos desencadeados pelo Sindjustra. Como fazer? Era a grande questão entre muitas outras, a primeira se tornaria em ponto de discórdia entre as correntes de pensamento da oposição, embora estivessem unidas em bloco recentemente, resultariam em “rachas” antes que pusessem alguma das propostas em prática.

⁶⁶ Extraído das Entrevistas dos Líderes do Grupo de Oposição Viva Voz, Porto Alegre.

O grande grupo se fragmenta, divide-se e resultaria em uma tríplice oposição às práticas políticas da CSC: Oposição Independente, Oposição Circunstancial e a Oposição Aparelhada⁶⁷. As duas últimas remanescentes da “Greve dos 25 Dias”, a primeira era a menos ativa, existiam desde o tempo da ASJT. “A Oposição Aparelhada” se consolidaria durante o movimento paredista, e arregimentaria mais voluntários na base para a sua causa, no entanto a supremacia destes três grupos permaneceria com a Oposição Circunstancial, pelo fato do seu líder, Paulo Roberto Dias da Silva Azambuja, ser o mentor intelectual e pioneiro do movimento oposicionista no sentido de esboçar resistência as práticas sindicais fundamentadas na ditadura do proletariado desenvolvida pela CSC se tornando um ponto de referência para os trabalhadores da base que se envolviam com política sindical e queriam mudá-la (Anexo H⁶⁸).

A liderança carismática da “Oposição Circunstancial” e o respaldo político e material da “Oposição Aparelhada” diluiria a Oposição Independente a cada reunião das oposições este grupo perdia força, e acabaria sendo absorvido pelos outros grupos, que permaneciam unidos por um objetivo comum, tomar o poder.⁶⁹ Os encontros das oposições se sucederam, dessa forma, amadurecendo o objetivo de concorrer às próximas eleições sindicais. Nas reuniões realizadas na sede do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, foram planejadas as formas de levar o projeto em frente.

A arrecadação para as despesas administrativas de organização da “oposição” seriam feitas através de rifas, festas e listas de apoio, e ainda teriam outras fontes de receita, proveniente da tendência que apoiava a “Oposição Aparelhada”, Sindicato dos Servidores Públicos da Justiça Eleitoral e do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça federal, ambos do Rio Grande do Sul

⁶⁷ Jornal Pejota Especial de Greve, Pejota de julho de 1993: Arquivo Sindjustra, Rua 17 de junho 457, Porto Alegre. Se encontram nos arquivos do Sindjustra registros que descrevem a “Greve dos 25 Dias” de forma fátua que pouco acrescentam para se entender as contradições existentes neste sindicato e o seu recrudescimento no desenrolar. Na edição do Pejota de 07/93, a greve seria revisitada na interpretação do dirigente sindical Valter Oliveira, historiografado de forma conflitante com os depoimentos do Líder da “Oposição Circunstancial.”

⁶⁸ “Carta Aberta a Direção do Sindjustra”

⁶⁹ Extraído da entrevista com o Líder da CSC no Sindjustra. Porto Alegre 1997. Os Líderes da CSC tinham o entendimento da contradição no Sindjustra só que colocavam a questão de forma generalizada omitindo a razão da existência dos grupos de oposição, os quais eram rotulados pela direção do Sindjustra como grupos de sindicalistas divisionistas. Ver anexos.

Quando a “oposição” se consolidara e conseguira ser reconhecida na base como possibilidade real de derrotar a CSC, aconteceria o segundo “racha”, pelas concepções ideológicas de cada grupo oposicionista que eternamente debatiam no sentido de escolher as políticas a serem desencadeadas se o poder fosse obtido. A divergência seria superada pela ação dos Sindicalistas Independentes que promoveriam uma política de panos quentes aproximando as lideranças dos grupos oposicionistas, mas em relação a liderança do Bloco de Oposição, esta seria invertida após a aproximação da “A Oposição Aparelhada” pela DS essa corrente política ficaria com a liderança do Bloco das Oposições à Direção do Sindjustra.

Assim a Oposição Circunstancial que queria mudar as práticas políticas com a proposta de conduzir as lutas sociais no Sindjustra de forma que as bases participassem desconsiderando a pluralidade partidária, propondo que se privilegiasse primeiro os interesses originários da base, aplicando os preceitos da Nova Estrutura Sindical de fato e não apenas no discurso, sem no entanto apontá-los para a construção do socialismo democrático, embutido na proposta da CUT, como algo a ser construído no espaço político social que procuravam ocupar. Entretanto, esse grupo de oposição perderia a liderança na reorganização do Bloco de Oposição por falta de apoio político e material, e o seu líder seria espanado da cena pela DS sendo excluído da composição política que se proporia a tomar o poder sindical pela via estatutária.

Então a Oposição Aparelhada, com a proposta de tomar o poder pelo poder e trocar a inspiração stalinista pela trotskista, consegue a supremacia no Bloco de Oposição e lança as suas propostas respaldadas pela Cut/RS e pela Cut/Regional. A DS lideraria as “oposições” subsidiando com a sua ideologia a organização do apoio material para o grupo, bem como administraria a intermediação e a canalização das propostas para a condução das lutas sindicais, defendendo, sobremaneira as políticas da sua tendência nacional (CUT Pela Base) e as da Cut/RS. Preferiria como discurso para as bases que: *“iriam retirar as práticas políticas da CSC e iniciar uma trabalho conjunto e participativo unificando os trabalhadores do Poder Judiciário da União sob uma única federação”*. Então, Base, sindicato e Federação (FENAJUFE) trabalhariam juntas promovendo a democracia interna, trabalhando no sentido de arrancar os trabalhadores da ignorância política sindical através de cursos de formação sindical e cultural sugeridos pela Cut/RS e pela DS.

5.1 PROCESSOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES SINDICAIS

Privilegiamos os processos eleitorais pelas mesmas razões que os outros fenômenos também o foram, ou seja, nestes existiram o confronto de idéias e podemos visualizar as forças políticas em movimento, em que as transformações ocorridas foram provocadas pela propostas do Novo Sindicalismo. Nos sindicatos em que não houve essas mudanças, as relações continuaram iguais às da era Vargas, ou então avançaram só no campo teórico⁷⁰ sem produzir novas relações na prática e sim foram recicladas as relações antigas e permaneceria a idéia de aproximação e colaboração com a classe patronal por parte destas categorias de trabalhadores mantendo o sentido corporativista, fenômenos expressado na prática social pelos sindicatos ligados CGT, FS e pelos Sindicalistas de Resultado dos sindicatos independentes que não se atrelaram a Centrais Sindicais, se constituindo em sindicatos precursores do sindicalismo de direita⁷¹.

As divergências internas, provocadas por concepções ideológicas, pertenceriam, em sua maior parte, aos sindicatos cutistas e, por extensão, às contradições existentes na reorganização da oposição à direção do Sindjustra eram anteriores a própria oposição. O que tornaria difícil compor e distribuir as pessoas nos cargos da chapa de oposição que concorreriam as eleições no Sindjustra no primeiro semestre de 1993. Os cargos mais importantes ficariam com as pessoas ligadas e submissas a tendência que apoiavam a “Oposição Aparelhada” já que controlavam a chapa oposicionista e assumiram todo o controle do processo desencadeado para construir uma candidatura sindical de oposição no campo cutista.

A DS colocaria na chapa o nome de “Viva Voz”, e por este ficaria conhecida em nível nacional, em alguns estados surgiriam outros grupos sociais com idéias e práticas iguais as adotadas

⁷⁰ FORÇA SINDICAL. Um projeto para o Brasil, A proposta da Força Sindical. Geração C.I.C. Ltda. São Paulo, 1993. “A organização sindical” p.106-109.

⁷¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. CASTRO, Nadya Araujo. Revista Lua Nova. No 22 - dezembro de 90. Trabalho, Sindicalismo e Reconversão Industrial No Brasil No Anos 90. *Esse sindicalismo de direita é totalmente novo e não deve ser confundido com uma nova forma de peleguismo. É um sindicalismo independente e autônomo embora politicamente conservador. O antigo era um “funcionário” do Estado enquanto o sindicalista de direita abomina o Estado e a sua tutela, do mesmo modo que abomina as ideologias anticapitalistas.* p.223.

pela DS em Porto Alegre. Com mesmas restrições às práticas políticas da CSC e com esses laços de identificação, os vínculos entre tendência e partido formariam uma Corrente Política Sindical que atuava na base estadual do Sindjustra e da FENASTRA.

O estatuto sindical do Sindjustra, de 1988, previa em um de seus artigos que o presidente do sindicato, no exercício de suas atribuições estatutárias, poderia nomear e destituir a comissão eleitoral. E, entre os titulares e os suplentes, a metade dos membros da comissão eleitoral era antigos dirigentes da ASJT, diretores do Sindjustra, militantes da CSC e apoiadores da Direção do Sindicato, o que caracterizava um controle indireto da Presidência do Sindjustra sobre a comissão eleitoral.⁷²

Embora, ao ser deflagrado o processo eleitoral, existisse um acordo para manter um nível mínimo ético exigido pela Cut/RS, a campanha se desenvolveria longe deste parâmetro, com acusações de ambos os lados, às quais, a maioria das denúncias não foram comprovadas com indícios materiais e provas testemunhais. No processo eleitoral, três questões se destacavam: a posição ambígua da Cut/RS, a posição da CSC, dissimulada pela situação e a posição do Bloco de Oposição expressa em conjunto através do Grupo Viva Voz.

A Cut/RS procuraria manter-se neutra apesar de possuir uma diretriz apontando: quando existissem divergências nas composições políticas, essa instruiria os litigantes a organizarem chapas únicas, preservando a autonomia sindical de cada sindicato. Como as duas chapas eram cutistas não houve intervenção, o que faziam quando haviam candidaturas independentes ou apoiadas por outras forças políticas sem assento na CUT e Cut/RS. Em situações com essas condições, era então mobilizada a máquina da central para impedir a entrada de “sindicalistas com outras concepções ideológicas”⁷³ em sindicatos filiados às centrais regionais estaduais e a nacional.

⁷² GIANNOTTI, Vito. O que é estrutura sindical. São Paulo: Brasiliense, 1987. A eleição sindical vigente, uma verdadeira farsa, fica a cargo da diretoria que se quiser reparte o bolo ou fica com tudo. p.35.

⁷³ PASTA da CUT. Tese de Organização Sindical. Arquivo do Sindicato dos Bancários. Idem.

O “Bloco Opositorista Viva Voz”, assim como a situação “CSC”, receberiam apoio externo, O Bloco recebia recursos: políticos, materiais e financeiros de origem local e regional dos sindicatos que já estavam apoiando e incentivando o Bloco de Oposição. A DS colocaria a disposição da “oposição” militantes com experiências em eleições sindicais, que ajudariam a organizar as listas para colherem o apoio financeiro vindo dos trabalhadores de diversas áreas, nas quais constavam em separado também colaborações financeiras de Magistrados Trabalhistas do TRT da 4ª Região de 1ª e 2ª Instância.

Por sua vez, a situação utilizava o Aparelho Sindical de forma plena: funcionários do sindicato, material administrativo e a sede administrativa para organizar a campanha eleitoral. A sede social do sindicato servia como local de hospedagem dos militantes da CSC e do PCdoB de outras localidades que vieram para auxiliar na campanha eleitoral, nesse sentido, também foram mobilizados parlamentares do PCdoB com assento no Poder Legislativo, que participavam nos bastidores da campanha eleitoral, dando sustentação política à organização da situação e nesta direção listas de apoio político e material também surgiram, além da realização de festas, para arrecadar fundos, organizadas pela CSC.

No dia da eleição, as prévias apontavam a oposição como provável vencedora, essa expectativa faria com que o Presidente em Exercício do Sindjustra enunciasse *“Eu não entrego o sindicato nunca para eles”*,⁷⁴ o que era interpretado pelo Bloco de Oposição como parte da *“guerra de nervos”* desenvolvida durante a campanha eleitoral.

Uma serie de urnas remetidas de cidades do interior foram impugnadas com fundamentos amparados nos preceitos estatutários, nestas, a oposição invalidaria mais urnas que a situação. Por outro lado, o reduto eleitoral com mais votantes tivera um pedido de impugnação pela situação, o fato provocaria o pedido de renúncia do presidente da comissão eleitoral, o que fora aceito, e este seria

⁷⁴ ENTREVISTAS: Essa frase é atribuída ao presidente do Sindjustra Alan Carlos Dias e candidato a reeleição em outro cargo na chapa da situação encabeçada pela CSC em 1993, e confirmada em entrevistas realizadas com participantes do Bloco Opositorista “Viva Voz” em 1997.

imediatamente substituído por outra pessoa indicada pelo presidente do sindicato (Anexo I⁷⁵).

Houve um acordo anterior a votação, que trabalhadores sindicalizados poderiam votar mediante comprovação em listagem, se estivessem legalmente associados e registrados no quadro social e os casos omissos seriam resolvidos pela comissão eleitoral. No entanto um eleitor sindicalizado votara sem ter sido efetuado o desconto de sua mensalidade em folha de pagamento, repassara o valor respectivo ao Sindjustra que aceitara o valor sem objeções. O voto fora recolhido em separado e aceito pelos fiscais de ambas as chapas e depositado junto com outros quatro votos em situação não previstas nos estatutos sindicais.

Encerado o pleito, o Bloco de Oposição vencera as eleições como apontavam as prévias e na manhã seguinte ao encerramento da apuração começariam as festividades, tudo se encaminhava para uma transição tranqüila apesar do baixo nível moral e ético da campanha eleitoral. No último dia previsto pelos estatutos para impetrar recursos junto a comissão eleitoral o Presidente em Exercício do Sindicato pede a impugnação da urna da capital com base em um voto irregular. O mesmo voto aceito pelos fiscais das duas chapas, com o maior número de votos em todo colégio eleitoral onde a oposição consolidara a vitória (Anexo J⁷⁶). O voto iria se tornar em motivo para impugnar a urna e reverter o resultado da eleição em favor da situação, o que contabilizaria uma eleição com menos de 30% de votos válidos, fato que causaria mais outra renúncia na comissão eleitoral⁷⁷. Antes que fosse decretado resultado oficial do processo eleitoral transcorreram dias de intensos debates para decidir o que fazer frente aos novos resultados da eleição sindical.

O grupo lesado recorre à Cut/RS para que essa interfira no processo eleitoral terminando com

⁷⁵ “Cartas de Renúncia”

⁷⁶ “Eleições das Impugnações”

⁷⁷ PASTA DE OFÍCIOS 1993/PROCESSO ELEITORAL. Arquivo do Sindjustra. Rua 17 de junho 457, Porto Alegre. Embora os ofícios enviados ao Sr. Alan Carlos Dias, Presidente do Sindjustra, por Mário Garrastazu Médici Neto Membro da Comissão Eleitoral do pleito de 1993 e o de Telmo Nei Soares ao Sr Presidente do Conselho deliberativo do Sindjustra serem datados de 0705/1993 e enviados a pessoas diferentes, ambas as questões como apontam a documentação sobre o processo eleitoral, foram resolvidas pelo presidente do sindicato.

a fraude que estava em curso. O presidente da Cut/RS, Jairo Carneiro, se recusa a intervir, mantendo-se neutro e reticente, quanto ao desfecho do processo eleitoral. Após ser pressionado pelo grupo Viva Voz, propõe que os grupos busquem o entendimento, os fraudadores propõem outra eleição, a idéia era vista com simpatia só pela Cut/RS. As negociações acerca do processo eleitoral se arrastariam e a CSC continuaria no poder no Sindjustra, esta postergava as buscas por soluções de consenso que lhes fossem desfavoráveis entre os concorrentes.⁷⁸

A Cut/RS então instaura uma comissão de ética e abre um processo interno para averiguar e deliberar sobre o processo eleitoral do Sindjustra. Para “eleger” os componentes da comissão fora também um processo que não prevaleceria a autoridade representativa do presidente da Central Sindical, o que culminaria entre seus membros da comissão de ética da Cut/RS uma representação paritária referente aos envolvidos no objeto a ser examinado e dispostos assim: um membro da DS, um da CSC e um da Articulação Sindical, tendência do presidente da Cut/RS à época.

A comissão de ética não encontraria uma solução consensual, o representante da CSC, nesta, alegara a legitimidade do processo, devido ter se cumprido a hierarquia sindical durante o processo eleitoral. Porém a sua tese seria vencida dentro da comissão de ética. Os dois outros participantes da comissão de ética entendiam que houvera ma fé, sobretudo, pelo pedido de impugnação de urna feito pela CSC ter sido realizado após a apuração dos votos e ter-se o conhecimento antecipado do resultado das eleições, o que não ocorrera nas impugnações realizadas pela DS que foram antes de se divulgar os resultados do pleito. Como agravante, a urna impugnada pela CSC, os cinco votos(5) que dariam base para reverter o resultado da eleição, foram aceitos pelos fiscais das duas chapas concorrentes e foram depositados em separado.

Da comissão de ética sairia dois relatórios sobre as eleições no Sindjustra, um favorável e outro contrário emitido e assinado pelo representante da CSC, por maioria venceria o primeiro relatório passaria de forma oficiosa pelo presidente da Cut/RS e receberia um só complemento político

⁷⁸ PASTA DE ATAS. Relatórios da Comissão de Ética da CUT/RS. Arquivo da CUT/RS. Rua Vicente de Paula Dutra, 215 Porto Alegre. “*As eleições foram em 03/051993 e o relatório final*”

e ambíguo para buscar o entendimento entre as partes ou realizar novas eleições sindicais o que reforçaria a sua posição reticente quanto as irregularidades ocorrido ocorridas no pleito.⁷⁹

O presidente em exercício do Sindjustra pressionava o presidente da Cut/RS para manter a fraude eleitoral e não havia vontade política da CSC em encontrar uma solução negociável, visto que esta se recusara aceitar o resultado da comissão de ética da Cut/RS. Assim, novas discussões seriam entabuladas entre a Cut/RS e os grupos envolvidos no processo eleitoral para uma solução de consenso, entretanto a DS não concordaria com a proposta de novas eleições sindicais.

O Bloco Viva Voz temia pela legitimidade da fraude visto que a CSC tinha um histórico nebuloso no movimento sindical que apontava como prática usual da concepção ideológica da CSC fraudar eleições sindicais: “aconteceu nos Sindicatos dos Metalúrgicos de Porto Alegre⁸⁰ e no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul em décadas diferentes, além das fraudes consecutivas que ocorreram na base do Sindjustra em eleições para os congressos da FENASTRA e da Cut/RS.

O Bloco Viva Voz recorreria então a Justiça Estadual quando observara que a comissão de ética da Cut/RS relutava para anunciar o relatório final. A oposição obtém decisão liminar, que lhe era favorável, paralelo a essas medidas judiciais, mensagens de solidariedade chegaram ao sindjustra para o Bloco de Oposição (Anexo K⁸¹). O Bloco Viva Voz transforma as mensagens em manifestações à porta da sede do Sindjustra nas JCJ contra a Direção Sindical que tomara o poder e sedimentava a fraude. A CSC demonstrava que não estava disposta a apelar do poder, visto que conseguiria cassar a decisão liminar da justiça estadual impedindo a oposição de assumir o poder, agora a decisão em

da Comissão de Ética da CUT/RS está assinado por seus responsáveis e datado de 14/10/1993.

⁷⁹ “Parecer Sobre a Questão de Ética no Processo Eleitoral do Sindjustra”. Esta comissão reuniu-se em 01/10/93 para analisar a questão em tela e constatamos que seria impossível assumir uma posição de consenso, por razões que não são relevantes e por isso preferimos não mencionar, e por esta razão decidimos apresentar relatórios em separado. Pasta de Documentos do Processo Eleitoral do Sindjustra. Arquivo da CUT/RS.

⁸⁰ PASTA de JORNAIS E TESES da CUT/RS. CDS/IFCH/UFRGS. O presidente da CUT/RS, Jairo Carneiro, na época das irregularidades no Sindicato dos Metalúrgico de Porto Alegre apoiava a chapa dos “Sindicalistas Autênticos” e na eleição seguinte seria candidato ao cargo de presidente e venceria removendo do poder a composição política da CGT, PCdoB/Colaboracionistas.

⁸¹ “Carta aos Colegas da Justiça do Trabalho”

medida liminar iria para julgamento de mérito o que demoraria dois anos, o tempo de uma gestão sindical no Sindjustra.

O grupo Viva Voz custeara todas as despesas judiciais e administrativas com recursos dos seus membros e apoiadores enquanto a CSC usava a máquina sindical e os serviços do bacharel em direito, que era funcionário estável do Sindjustra. Como a fraude era irreversível a curto prazo, a tendência e os sindicatos que davam apoio financeiro ao Bloco de Oposição, não investiriam mais numa causa que consideravam de difícil reversão. Por isso, no que tange ao resultado do processo eleitoral o Bloco de Oposição capitularia, mas continuaria se opondo a direção do Sindjustra e a força política que lhe dava sustentação atuando na base em paralelo à direção sindical empossada de forma ilegítima (Anexo L⁸²)

Os protestos seriam desencadeados em todos os espaços sindicais em que o grupo Viva Voz obteve espaço sendo o mais expressivo o 7º CECUT⁸³, neste, colocaria uma moção de repúdio assinada por duzentos e sete (207) delegados sindicais indo a plenário por ter obtido mais de 50% de assinaturas dos congressistas, sendo a fraude debatida e aprovada uma moção de repúdio com votos a favor de trezentos e cinquenta (350) delegados sindicais presentes em plenário. Desta forma a “oposição” transcenderia como Corrente Política sindical cujo motor era DS. E na contradição desenvolveria ações paralelas na base do Sindjustra contra a gestão fraudulenta da CSC, que por sua vez acusavam o Grupo Viva Voz de serem divisionistas por lhe fazerem oposição sendo no mesmo campo de esquerda (Anexo M⁸⁴).

Acerca da deflagração de processos eleitorais em instituições sindicais tanto Costa como

⁸² “O Reino de Justra” e “Contradições Nossas de Cada Dia”

⁸³ PASTAS DE ATAS da plenária final 7º CECUT. Arquivo da Cut/RS, Rua Vicente de Paula Dutra 215, Porto Alegre.

Boletim Informativo N. 1 Viva Voz, Oposição Sindjustra. Arquivo do Sindjustra. Rua 17 de junho 457, Porto Alegre.

⁸⁴ “Boletim Sindjustra”

Giannotti⁸⁵ disseram que, a maioria dos procedimentos de acesso ao poder nestas entidades estão distantes em termos democráticos que respeitassem as diferenças entre as diversas correntes políticas que atuam no movimento sindical. Assim o processo que narramos como exemplo, existiram em quantidades, sendo portanto comum na maioria dos sindicatos brasileiros. A contradição substituiria a face monolítica da antiga estrutura sindical getulista, ao passo que o PCdoB tentava implementar o seu modo monolítico para o Novo Sindicalismo através do seu braço sindical.

A Nova Estrutura Sindical não conseguiria remover essa prática da Era Vargas, na qual Giannotti refere as eleições sindicais como “festivais antioperário”⁸⁶. Esses procedimentos prosseguiriam durante a democracia plena em sindicatos cutistas, na maioria, por contradição e preceitos ideológicos como agentes provocadores dos conflitos que giravam em torno das idéias e das propostas políticas para os sindicatos e para o movimento sindical de esquerda. Por outro lado, nos sindicatos filiados às CGTs e à FS, os procedimentos continuariam, também, iguais aos da antiga Estrutura Sindical Getulista, sem divergências nos confrontos eleitorais para acesso ao poder quando houve. Em sindicatos atrelados a essas centrais não existiria o discenso nas questões sindicais expresso em forma de propostas ideológicas, o contraditório emergiria, na maioria das vezes, por interesses corporativos e, sobretudo, por estarem construindo uma estrutura sindical de direita estabelecendo relações diretas com a classe detentora de postos de trabalho e afastando o Estado do conflito capital e trabalho, não obstante, o eixo principal as propostas sociais, principalmente as da FS, serem similar as políticas sociais predominante em um Estado Liberal.

Em ambas situações os trabalhadores não estavam na dianteira do processo social, estes foram através da própria história do movimento operário sindical brasileiro desconstituídos da condição de sujeito histórico. Na medida que a democracia brasileira propugnada pela Constituição Federal de 1988 se consolidara, por iniciativa das ideologias de esquerdas, cada vez mais o objeto a ser focalizado e valorizado era centrado no partido político. O fenômeno fora percebido pelas

⁸⁵ COSTA Sílvio. Tendências e centrais sindicais. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

GIANNOTTI, Vito. A cut ontem e hoje. São Paulo: Vozes, 1991.

⁸⁶ GIANNOTTI, Vito. O que é estrutura sindical. São Paulo: Brasiliense, 1987.

lideranças sindicais que, conforme suas concepções fundaram as correntes políticas subdividindo o braço sindical, lançando-as sobre os sindicatos, no sentido de, nestes construir pontos de referência que pudessem divulgar idéias e se abastecerem de forma logística.

Os trabalhadores em maioria foram meros soldados nestes confrontos, cumpriram uma função auxiliar que a maioria ignorara por muito tempo. A disputa pelo poder em dois patamares, por poder de representação no movimento sindical e como instrumento de pressão contra o Estado liberal. Como não houve unidade ideológica junto aos partidos políticos de esquerda que controlavam as tendências. O reformismo social perdurou como alternativa das correntes sem que os indivíduos que davam consistência aos movimentos percebessem o que acontecia e fossem atropelados e absorvidos por essa conjuntura.

Os trabalhadores em meio ao movimento sindical que se aperceberam destas contradições, apresentaram como resistência dois tipos de comportamento que predominariam sobre os demais. O primeiro já discorrido e que nos referimos em capítulos anteriores que tratam do surgimento de uma categoria social intermediária de interesse corporativo os *meyonnnes*, segundo Sennett⁸⁷.

Outros grupos possuíram, de forma mais nítida, a noção de classe social e pressionavam os seus líderes sindicais a obterem resultados nas negociações com a classe patronal, fenômeno o que aconteceria com os trabalhadores metalúrgicos de Canoas e de Porto Alegre e boa parte dos trabalhadores em postos serviços públicos, inclusive os bancários que trabalhavam nos bancos públicos, porém esse comportamento individual corporativo não suprimiria a noção de classe social como pensamento coletivo dos trabalhadores nestas áreas de atividade.

Esses fatos eram precursores de greves isoladas e paralisações por local de trabalho que desembocariam em negociações diretas, sem ser intermediadas pelos sindicatos, o que não caracterizaria o fato como ação social contra o Estado e sim contra os capitalistas, porém indiretamente a pressão social por resultados era similar e se desenvolveria por opção.

Assim aumentava a contradição no que se refere ao caso dos trabalhadores em serviços públicos e esvaziava os movimentos contestatórios ao Governo da União. Como resultado o individualismo e o corporativismo dos trabalhadores emergiam e se consolidariam por local de trabalho à medida que um pleito era atendido pela classe patronal, o fato quebrava uma falsa unidade de classe, pois esta aparecia no discurso dos sindicalistas à base e para a sociedade, na prática o espírito de corpo sobrevivencialista e colaboracionista afluía mesmo sem liderança instituída no local de trabalho como forma de ascensão social, como veremos no capítulo a seguir.

⁸⁷ SENETT, Richard. O declínio do homem público. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

6 AS SUBRELAÇÕES DOS LOCAIS DE TRABALHO

Terminar com o assistencialismo e o paternalismo nas entidades sindicais e no lugar destas práticas desenvolvidas sob orientação do Estado pelos sindicalistas corporativos brasileiros e em substituição colocar em forma de proposta a noção de assistência social contida nas propostas emanadas das Internacionais Socialistas como foi alternativa à inexistência de políticas sociais consistentes de longo prazo do Estado Liberal para a classe trabalhadora durante a década de 50 na Europa.

Nos anos 60, as políticas sociais de inspiração social democrata serviriam como política de contenção ao avanço do comunismo no Ocidente. No Brasil, as propostas de políticas sociais do Novo Sindicalismo tinham também como vertente principal a social democracia e iria de encontro à atividade orgânica do colaboracionismo entre classes sociais iniciada por Vargas, sendo esta preservada parcialmente pelos governos democráticos e pelos governos autoritários que o sucederam, essas foram mantidas e redimensionadas pela ditadura militar, atravessariam a Abertura Democrática e se diluiriam durante a Nova República.

Algumas propostas assistencialistas resistiriam a contradição e o dogmatismo das correntes de pensamento marxistas leninistas de inspiração trotskistas e stalinistas, que para solucionarem as demandas sociais dos trabalhadores que chegavam às instâncias deliberativas da nova estrutura sindical, as retinham e após as desmontavam nos sindicatos e as transformavam, adequando-as a ideologia predominante da tendência. Estas tendências tinham propostas para extinguir as práticas

assistencialistas como políticas preferenciais de base, e transferi-las para as esferas do Estado, mas seria após chegarem e participarem do poder.

As tendências ortodoxas tiveram essas teses vencidas nos congressos da CUT, em teoria aceitavam a decisão das plenárias deliberativas dos congressos, mas as contestavam em suas bases promovendo retaliações às decisões de uma instância superior da estrutura sindical, desenvolvendo ações diversionistas para defender a concepção ideológica da tendência e assim questionarem de forma prática o modelo social democrata de política social da CUT.

Como forma de enfrentamento as políticas sociais democratas aderiram às práticas políticas populistas remanescentes da estrutura corporativa defendendo-as em suas bases contrariando as decisões dos congressos nacionais, o que era justificado como estratégia política para não perderem o apoio direto dos trabalhadores nas bases.

De forma prática a autonomia sindical ofereceria abrigo a muitas questões vencidas em congressos regionais, estaduais, e principalmente os congressos nacionais da CUT por serem realizados após os estaduais. Fossem essas questões debatidas e defendidas com sucesso em assembléias dos sindicatos de base e a seguir aplicadas aos trabalhadores por sindicalistas ligados às tendências ortodoxas, fatos que receberiam adesões, apoio político e material dos sindicalistas corporativos se constituindo em aliança para uma conjuntura restrita à base de um sindicato em um momento específico, assim uma aliança em um sindicato poderia repetir-se ou não, em outro local.

Contra todas essas questões os Sindicalistas Autênticos desencadearam uma luta social contraditória, com êxito em alguns sindicatos e com fracassos em outros tantos. Em decorrência, houve retrocessos deliberados, fruto de resultados de uma estratégia política desenvolvida pelos Sindicalistas Autênticos para enfrentarem o assistencialismo promovido por empresas públicas e privadas, que incentivavam a fundação de associações de trabalhadores desde que voltada para questões assistenciais inerentes aos locais de trabalho.

Alguns sindicatos iriam além, como o Sindjustra, e empreenderiam verdadeiras competições

assistencialistas com a Burguesia Togada.⁵⁰ Esta política social, no entendimento dos Sindicalistas Combativos, no que se referia a assistência social, e a educação profissionalizante que os sindicatos desenvolviam, deveriam ser

contida. Resolveram que ficariam com a educação para a formação sindical, os demais serviços sociais ligados à área educacional deveriam ser repassados ao Estado. Aos sindicatos filiados à CUT competiria pressionarem todas as instâncias dos poderes constituídos do Estado para executar esta função social. Neste sentido a pressão política começaria, após o primeiro Congresso da CUT e fechariam ali como questão pontual do processo político de repasse ao Estado destas tarefas sociais.

Para romper com a herança paternalista a Nova Estrutura Sindical, no campo prático, teriam que encerrar as atividades sociais que os sindicatos gerenciavam e ofereciam aos trabalhadores como: cultura, esporte, educação, assistência médica e a cessão de espaço físico para terceiros desenvolverem atividades comerciais e cobrar dos governos estaduais e federais a realização destes encargos sociais pressionando de forma constante os poderes constituídos do Estado.

Na área física do STIMMEC funcionavam um posto da DRT, Estúdio Fotográfico, Quadra de Esportes, Bar, Consultórios Médicos e Odontológicos. Junto, uma série de convênios firmados para oferecer assistência social aos trabalhadores metalúrgicos canoenses, associados ao sindicato.

Acerca de fatos desta ordem Giannotti escrevera em sua obra que “*muitos trabalhadores se associam aos sindicatos por sua estrutura assistencialista*”⁸⁸. João Jorge Freitas, presidente do STIMMEC, no mandato 1996/98, e militante sindical ativo da campanha de implantação do Novo

⁸⁸ CONVÊNIOS DO SINDJUSTRA. Hospitalares: Unimed, Gebemed, Policlínica. Laboratórios: Failace, Knijinik, Marques de Almeida. Convênios Médicos: Dermatologista, Endocrinologista, Oftalmologista, Ginecologista. Psicólogos: Quatro Profissionais. Dentista, Psicopedagogia. Clínicas: Clínica Complemento, Fisiomed. Terapeuta Ocupacional. Óticas Stylus, Lince, Visótica e Ponto de Vista. Creches, Farmácias, Confeitarias, Laboratórios Fotográficos, Perfumaria, Lojas e Academias de Ginástica, Relojoaria, Oficina Auto-elétrica e Floricultura. Jornal Pejota- Porto Alegre Ano-1994, Janeiro p.4. Arquivo Sindjustra Rua 17 de junho 457.

Sindicalismo na Região da Grande Porto Alegre afirmara. *“Foi extremamente difícil romper com esses componentes assistencialistas repentinamente, alguns serviços tiveram que ser retomados”*⁹⁰.

Então foram suprimidos aos poucos permanecendo a prestação de serviços odontológicos e advocatícios, a exemplo de Porto Alegre, no SEEB/POA e no STIMMEPA. Neste último ainda permaneceria com o estabelecimento de ensino regular, mas como os demais sindicatos reduziria o assistencialismo assim que uma direção com propostas sociais do Novo Sindicalismo assumira o poder. Então, reduziram ao mínimo parte da estrutura assistencialista e após reativariam alguns serviços e convênios com setores de saúde e da prestação de serviços por receberem pressão dos associados influenciados por militantes da CGT e do PCdoB, que em 1986 atuavam na base.

Entretanto às atividades ligadas às áreas de lazer e da educação em maioria foram substituídas por atividades culturais para informar e educar os trabalhadores para exercerem a cidadania, segundo a noção definida pela CUT, em cursos de formação sindical e cultural no SEEB/POA e STIMMEC, o que via de regra era para adquirirem consciência de classe. No entanto, houve desvios das finalidades, não raro, os cursos de formação sindical funcionavam como cursos doutrinários, neste sentido o conhecimento era oferecido aos trabalhadores que já tinham liderança carismática nos locais de trabalho ou a militantes e simpatizantes das tendências que estavam no poder nos sindicatos nas regiões em que esses cursos eram oferecidos e não a todos os trabalhadores interessados em adquirir este tipo de conhecimento⁹¹.

A classe patronal não ficara inerte a esta nova forma de organização social dos trabalhadores algumas atividades encerradas nos sindicatos foram retomadas e intensificadas por instituições ligadas

⁸⁹ GIANNOTTI, Vito o que é estrutura sindical. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁹⁰ ENTREVISTAS: Extraído das entrevistas realizadas com o Presidente do STIMMEC. Canoas março de 1998.

⁹¹ CAIXA DE DOCUMENTOS-1991. Secretaria de Formação Sindical - SEEB/POA -31 de julho de 1991. curso de Formação Sindical 1. Nos dias 9, 10, 11 de agosto estaremos realizando o Curso de Formação Sindical 1. Este curso é destinado a delegados sindicais e demais ativistas do movimento. O curso de formação sindical 1 tem como objetivo introduzir os delegados sindicais e ativistas na base do movimento sindical. Introduz a discussão sobre o sindicato (estrutura oficial, reformulação, ruptura com a estrutura e a construção da Central Única dos trabalhadores (princípios, objetivos, estruturação. Arquivos do SEEB/POA. Praça Parobé, Ed. Dabdab 10 Andar, Porto Alegre.

a classe patronal, como o SESI, que atuava nesta direção desde do período democrático anterior a ditadura militar. Logo, em empresas da área metalúrgica, algumas por iniciativas próprias, empreenderiam esforços para suprirem as lacunas do assistencialismo abandonadas pelos sindicatos.

Nos locais de trabalho, em instituições públicas, o fenômeno se reproduziria, só que desenvolvido de forma indireta, através das associações de funcionários destas instituições da prestação de serviços públicos e do setor industrial estatal.

Quando as associações de funcionários e de trabalhadores não supriam as demandas assistencialistas por terem mudado o perfil de atuação desenvolvendo políticas sociais segundo os preceitos do Novo Sindicalismo ou então foram transformadas em sindicatos, como a ASJT/Sindjustra, introduzindo outros tipos de práticas sociais para os seus representados. A instituição pública detentora dos postos de trabalho investida do “poder público” procuraria resolver as demandas sociais do seu local de trabalho criando uma estrutura assistencialista vertical própria e paralela a do Estado, como era o caso do TRT da 4a Região.

Nas lutas sociais desenvolvidas pelos Sindicalistas Autênticos, representantes dos trabalhadores no início da década de 80, as reivindicações em defesa das instituições públicas apareciam com destaque para: a busca da “qualidade na prestação dos serviços públicos à sociedade”. Essas eram acrescidas de reivindicações corporativas consideradas essenciais como: “planos de carreiras, abertura de novos postos de trabalho no serviço público através de concursos públicos, eleição para chefias, aumento salarial e o efetivo cumprimento da Constituição Federal” em benefício da Sociedade. Na visão dos Sindicalistas Autênticos o atendimento destas reivindicações, consideradas básicas, melhorariam a qualidade na prestação dos serviços públicos à sociedade, em troca teriam dos trabalhadores destes setores reconhecimento social, e ao mesmo tempo em que enfrentavam as políticas de redução de incentivos aos serviços públicos desencadeadas através da concepção de Estado liberal dos governos da Nova República.

Embora não existisse a eminência da extinção de instituições públicas ou a possibilidade dos serviços públicos essenciais típicos de Estado como saúde, educação e justiça começarem a ser

totalmente explorados pela iniciativa privada. A terceirização de atividades meio e de apoio nos serviços públicos preocupavam os sindicalistas pois a associavam como o primeiro passo rumo as privatizações, afirmavam que “terceirização” era uma forma ilegítima de repassar o dinheiro público aos capitalistas.

Nos “confrontos sociais de caráter moderado” os trabalhadores liderados pelos Sindicalistas Autênticos pressionavam o Poder Legislativo a regulamentarem as conquistas sociais obtidas com a Constituição Federal de 1988 através da promulgação de leis complementares e ao Governo da União para executar as tarefas sociais constitucionais cujas quais os sindicatos filiados à CUT procuravam se desvencilharem.

O SESI no transcurso dos governos militares desenvolvia atividades culturais e assistenciais direcionadas aos trabalhadores das indústrias entre outras que eram anteriormente orientadas pela igreja católica e executadas pelos Círculos Operários de 1932 à 1964. Junto às políticas sociais, de modo subjetivo empregavam no conjunto das práticas sociais, formas culturais alternativas de contenção ao comunismo impedindo que as idéias socializantes chegassem até a classe operária urbana para melhor envolve-los com as filosofias cristãs de tranquilização social.

Assim “*O Estado Liberal deixara sem políticas sociais o operariado*”⁹². A Igreja Católica procuraria suprir as pequenas demandas sociais, entretanto no recrudescimento da ditadura militar o “baixo clero” se dividira, parte se omitira perante as anomalias da ditadura militar e outra parcela do clero simpatizava com os grupos que resistiam à ditadura. Por este fato e outros que não fazem parte do objeto de estudo deste trabalho, os governo militares centralizaram as tarefas sociais e neste sentido abririam espaço para o Estado autoritário propor políticas sociais e culturais nesta direção. Restauraram algumas políticas sociais e desenvolveram políticas sociais macros para atenderem as demandas sociais como: alfabetização através do Mobral, habitação popular criando cooperativas habitacionais supervisionadas pelo INOCOOP e financiadas pelo BNH. Complementado esse quadro

⁹² DIHEL, Astor Antônio. Os círculos Operários: Um projeto socio-político da igreja católica no Rio Grande do Sul (1932-1964) Dissertação de Mestrado. Curso de PGH/PUCRS, Porto Alegre

com o PIS, que ofereceria participação mínima aos trabalhadores nos resultados do crescimento econômico nacional obtido com “o milagre econômico brasileiro”.

Por outro lado o governo deixaria a cargo de instituições ligadas aos empresários parte dos encargos de desenvolverem as políticas sociais menores. As demandas sociais aumentavam e o assistencialismo era impedido pelas políticas liberais de crescer na mesma proporção. Instituições como, o SESI, as Associações de Funcionários Públicos e as Associações de Trabalhadores do setor privado restauravam o assistencialismo e colaboracionismo. O Estado repassara indiretamente aos empregadores créditos para promoverem o assistencialismo, que estabeleceriam as políticas sociais de colaboração com os trabalhadores se livrando de um peso negativo segundo a ótica precursora de Estado Liberal da Nova República.

Com a passagem da Abertura Democrática para o regime de Democracia Plena, os setores colaboracionistas dos sindicatos a serviço do governo, denominados de forma pejorativa de “Pelegos”, iriam construir entidades sindicais consideradas de direita sem estar diretamente ligados por compromissos políticos institucionais ao Estado/Governo e sim colocavam propostas sociais diferenciadas da ótica do Novo Sindicalismo, apoiavam políticas do governo por concepção ideológica e interesses de um momento da conjuntura social⁹³ se comprometendo com o governo quando existiam interesses convergentes. Essas posições ideológicas antagônicas ao Novo Sindicalismo impediam que surgissem políticas sociais das bases dos trabalhadores e que norteassem os interesses da classe operária. O fato permitia que diversos segmentos sociais próximos aos trabalhadores criassem algum tipo de política social para resolverem as questões sociais de ordem assistencialista sem se submeterem aos interesses de governo e das tendências que controlavam uma base sindical.

Quando o Novo Sindicalismo se consolidara nos sindicatos de peso político significativo da

1987.

⁹³ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. CASTRO, Nadya Araujo. “Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil dos anos 90”. Revista Lua Nova. n. 22 – dez. 1990. p.207-228.

Grande Porto Alegre, as atividades políticas e culturais foram intensificadas no sentido de promoverem políticas conscientizadoras e doutrinárias desenvolvidas nos locais de trabalho através dos líderes e militantes que assim construiriam na prática as OLTs já exercendo a sua função principal de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho procurando remover a cultura assistencialista e ao mesmo tempo repassavam a noção de classe social.

O desenrolar destas atividades políticas culturais promovida pelos sindicatos através das OLTs seriam obstruídas e enfrentadas de forma indireta através da construção de diversas políticas sociais incentivadas pelo Estado e financiada pelo Governo da União em conjunto com a classe patronal. Parte destas políticas sociais seriam executadas através do SESI, esta entidade desenvolveria na área de lazer a prática de esportes populares em diversas modalidades, organizando competições aos finais de semana, nos intervalos e no fim da jornada de trabalho. A oferta destes esportes substituiriam parcialmente a política cultural anterior da exibição de filmes educativos e da oferta de literatura selecionada pelas bibliotecas volantes do SESI aos trabalhadores metalúrgicos da Grande Porto Alegre.

Em 1980, após passada a onda de greves em Porto Alegre provocadas por repercussão e influência das grandes greves que ocorreram em 1978/79/80 no ABC Paulista, o Serviço Social da Indústria intensificaria as atividades culturais e assistenciais periodizando as competições esportivas e aumentando o atendimento médico e odontológico na sede em Porto Alegre. Os fatos valorizavam o estereótipo do trabalhador ideal complementados através de incentivos aos operários a se habilitarem para participarem de concursos para a escolha periódica do operário padrão, o que condicionava o indivíduo a ter um comportamento social pré determinado em seu local de trabalho no qual era vedado aos candidatos a obter esse laurel, a participação em eventos políticos sindicais promovidos pelo Novo Sindicalismo.

Houve uma prática simples e eficaz para repassarem a noção de política social classista aos trabalhadores da área metalúrgica da cidade de Canoas, embora o fenômeno em seu eixo principal fosse igual aos ocorridos nas demais regiões onde existiam parques industriais deste ramo de atividade. Os sindicalistas utilizavam os intervalos das jornadas de trabalho para fazer os seus contatos

com os líderes das OLTs, que no interior das seções das fábricas distribuíam os “mosquitinhos” convocando os trabalhadores para as assembléias em frente às indústrias, geralmente, no intervalo para o almoço e no início da jornada de trabalho ou então no início do turno de trabalho quando as fábricas funcionavam em regime de revezamento de turnos.

A título de enfrentamento, os empresários do ramo de atividade metalúrgica, em maioria, incentivavam os trabalhadores a formarem equipes de futebol de campo e de futebol de salão para competirem após cumprirem as jornadas semanais de trabalho e assim se engajavam de pleno na política social deflagrada pelo SESI. O “cerco esportivo” se completava com jogos de dama, fla-flu, bocha, bilhar e ping-pong e oferta de jornais periódicos para a leitura nos intervalos diários da jornada de trabalho aos operários que não praticavam esportes.

Os empregadores distribuíam aos metalúrgicos das grandes indústrias o jornal “O Gaúcho” editado pelo SESI. O que caracterizava uma forma indireta de impedir o contato dos trabalhadores, em horários livres, com os sindicalistas que pretendiam difundir as idéias do Novo Sindicalismo pondo em prática as transformações que ocorriam no mundo do trabalho e também arregimentarem militantes para as causas das Correntes Políticas Sindicais.

Todos os esportes não estavam disponíveis em uma mesma empresa, porém no conjunto, esportes e atividades culturais eram desenvolvidas em várias indústrias metalúrgicas de Canoas, com sucesso, no sentido de envolverem os operários satisfazendo-os e ao mesmo tempo afastando-os do contato com as ideologias do Novo Sindicalismo.

Em empresas, cujas as quais os sindicalistas promoviam o “Café na Cerca” “Assembléia no Banheiro”, “Assembléias nas Portas da Fábricas” para repassarem as mensagens, as idéias do Novo Sindicalismo politizando os trabalhadores dotando-os de mais conteúdos além da simples noção de classe social contida pelo sentimento representado de serem assalariados e terem inserção social apenas em eleições institucionais eram difundidos na mesma proporção para outras regiões, visto que as manifestações repercutiam noutras cidades do estado onde existiam categorias de trabalhadores com representantes presentes aos congressos estaduais da Cut/RS. Eram nestes congressos, assim

como nos congressos das Federações de Trabalhadores, que eram relatados os avanços e as conquistas em uma base sindical, após os eventos, os fatos eram divulgados na mídia sindical.

Contra este quadro social gerado pelo Novo Sindicalismo, de forma subjetiva se insurgiria a classe patronal, os métodos de enfrentamento mudariam pois o clima de repressão política diminuiria e a repressão política implicaria em censura à liberdade de expressão. Os empresários do ramo de atividade metalúrgica, os banqueiros e os diretores de instituições públicas da grande Porto Alegre, não reivindicavam mais de forma aberta a presença de um Estado autoritário para coibir o avanço das novas políticas sindicais nos parques industriais, centros financeiros e centros administrativos nas grandes regiões metropolitanas do estado. Empresas, bancos e instituições públicas se adaptavam a democracia constitucional, por isso criaram mecanismos próprios de proteção ideológica nos seus locais de trabalho, visto que o estado de direito e a proteção do patrimônio privado era realizado automaticamente pelo Estado.

O Estado interviria em favor dos capitalistas na distribuição de justiça nas relações capital/trabalho através da emissão de sentenças políticas obtidas na Justiça do Trabalho para as questões coletivas obstruindo o instrumento principal de luta dos trabalhadores, a greve, utilizado pelos sindicalistas para deflagrarem “o conflito social de caráter moderado”.

Os “capitalistas chapa branca” por mais paradoxal que pudesse parecer eram os mais conservadores, daí a democracia demorar mais a chegar às instituições públicas. Estes criaram mecanismos de defesa e enfrentamento as novas políticas sindicais no final dos anos 80, criados sem aperfeiçoarem as formas de relacionamento entre os trabalhadores e os administradores do serviço público. Preservariam a estrutura de poder sem construir uma hierarquia formal institucional adaptada às funções sociais de uma instituição pública, fora mantida na estrutura de poder o processo de renovação e oxigenação política adaptado às necessidades de quem mantinha o poder voltado para os interesses corporativos, desprezando os interesses da sociedade e as novas funções constitucionais das instituições públicas. Este conjunto de medidas corporativas desenvolvidas em paralelo aos conflitos inerentes da relação capital/trabalho transcenderiam, diminuía de intensidade à medida em que a ameaça de ruptura social, representada pelo Novo Sindicalismo diminuiria.

Uma das três maiores tendências do movimento sindical, Cut Pela Base se fragmentara em grupos menores, formando uma quantidade de pequenas correntes políticas sindicais. Essa tendência trotskista ao se fragmentar absorveria pequenos grupos sociais democratas, comunistas e militantes independentes, o fato fortaleceria os comunistas ortodoxos. Por outro lado, a seguir, o sindicalismo de direita abriria espaço, se consolidando em São Paulo com a criação da Força Sindical. Na Grande Porto Alegre a aproximação do sindicalismo de direita fora reprimida por todas as tendências consideradas de esquerda do movimento sindical.

Gilmar Pedrucci, sindicalista de Canoas, assumiria a DRT/RS, com esse gesto dividiria os Sindicalistas Autênticos do RS e perderia esta condição autenticidade, adquirida ao romper com a estrutura corporativa. Desgastados pelas constantes cisões ocorridas por razões ideológicas no movimento sindical, embora a relutância dos sindicalistas discorrem, nas entrevistas, acerca das posições políticas de Gilmar Pedrucci, as evidências dos relatos apontam em duas direções: projeto pessoal e introdução do Sindicalismo de Resultados. O que, no entender dos sindicalistas da CUT seria o primeiro passo para introduzir nos sindicatos da Grande Porto Alegre o sindicalismo de direita. Esta modalidade sindical oferecia aos trabalhadores como alternativa as propostas de lutas políticas desenvolvidas pelo Novo Sindicalismo, a luta por resultados sob uma nova ótica abrindo espaço às atividades sindicais possibilidades de pleitearem com amparo legal questões sociais, o que seria realizado no calor da disputa pelo poder sindical por ambas as facções sindicais de direita/esquerda ou de resultados/combativos.

As questões relativas ao assistencialismo passariam a ser um instrumento de barganha política para colocar os trabalhadores a favor de uma ou outra tendência, o que daria ao assistencialismo novos componentes para impulsioná-lo na competição assistencialista com empregadores, mas essa prática sindical de direita foi varrida dos sindicatos filados a Cut/RS controlados pela Articulação Sindical culminando com a expulsão de Gilmar Pedrucci do quadro de associados do STIMMEC (Figura 9).

Figura 9 - Assembléia dos Metalúrgicos Canoenses - registro do momento em que votavam para expulsão do Sindicalista Gilmar Pedruzzi. Anos 90

Fonte: Acervo STIMMEC- RS

Com as reivindicações do movimento sindical centralizada em questões sociais, apontando para o Poder Executivo da União como alvo principal e se constituindo em confronto interminável de militantes e simpatizantes de partidos de esquerda contra um conjunto de grupos sociais que por interesses diversificados e sem fundamentação ideológica somam-se aos partidos sociais democratas inspirados no novo liberalismo econômico e por isso considerados de direita e que queriam resultados imediatos de ordem economicistas.

As Instituições sindicais de direita como FS apesar das similaridades ideológicas com o projeto da social democracia brasileira apresentado a sociedade em “*Um projeto para o Brasil, 1993*”. A tomada de posição não implicaria em compromissos políticos imutáveis com o Governo da União e os governos das unidades federativas com linhas políticas sociais democratas sob inspiração liberal. Como novidade, a FS dera início aos processos de negociações diretas com o empregadores na cidade de São Paulo desprezando o ajuizamento de dissídios na Justiça do Trabalho e afastando o Estado das negociações trabalhistas. Esta estratégia seria adotada também pela Cut/RS e lograria êxito na região abrangida pelo STIMMEC.⁹⁴ As negociações diretas eram comparativas, visavam os resultados alcançados por trabalhadores de outras fábricas de uma mesma base sindical restrita a cidade de Canoas.

⁹⁴ ENTREVISTAS. Extraído da entrevista realizada com o Vice-presidente do STIMMEC. Canoas - março 1998.

No setor público os “capitalistas chapa branca”⁹⁵ criariam planos de reajustes salariais conforme interesses corporativos com os quais compartilhavam, um pouco diferente das razões apresentadas para concessões de vantagens aos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas. Ali o favorecimento através de reajustes diferenciados estavam ligados, primeiro para impedir greves, quando havia a necessidade imediata da mão de obra, então se reajustavam os salários dos funcionários ligados ao controle da estrutura administrativa e da área produtiva produtiva.

Conquistas gerais, sejam salariais extensivas a todos trabalhadores de uma indústria, banco ou “empresa pública, ocorreriam após muita pressão dos trabalhadores, neste sentido houve casos na área metalúrgica, da empresa atingida pela greve preferir arcar com o prejuízo da paralisação em termos da não recuperação das jornadas de trabalho a conceder reajustes salariais e outras ofereceram vantagens antecipando a data base e impedindo a greve. As concessões que existiram foram dadas como antecipação salarial e descontadas nas negociações em acordos coletivos na Justiça do Trabalho em maioria.

Estas práticas capitalistas de oferecerem vantagens diferenciadas e preferir assumir o prejuízo ocasionado pela não prestação dos serviços e pela interrupção da atividade produtiva ocorrida pela cessação da jornada de trabalho seriam absorvidas e incorporadas como estratégia nas negociações das paralisações nas instituições públicas pelos “capitalistas chapa branca” e a Burguesia Togada.

Os grupos corporativos que não participavam ou não aderiam aos movimentos paredistas por descrédito ao sindicalismo de esquerda. Criariam nos serviços públicos uma modalidade de espírito de corpo e de hierarquia social no sentido de protegerem as benesses adquiridas pela subserviência, isolando-se dos demais trabalhadores, estes despem a consciência de classe e descartariam a condição social de trabalhadores, formando um grupo social intermediário sobre o qual já desenvolvemos, aqui, nesta dissertação, algumas peculiaridades.

⁹⁵ENTREVISTAS. Capitalista Chapa Branca era o termo utilizado no movimento sindical por sindicalistas ortodoxos para rotularem pejorativamente os empregadores do setor público, que dispõem de um orçamento, um veículo de comunicação, autonomia administrativa e influência sobre o destino de verbas em instituições públicas dentro dos preceitos constitucionais no que concerne ao

Quando esses grupos corporativos participaram dos movimentos organizados pelos sindicalistas de esquerda em suas categorias profissionais, o fizeram com propósitos pré-determinados por interesses de corpo referente a proteção da hierarquia social existente nos seus locais de trabalho. As expectativas de resultados negativos acerca das vantagens diferenciadas existentes e a obtenção de novas benesses economicistas eram o que impulsionariam esses trabalhadores para as assembléias de base para ali colocarem propostas nesta direção.

Criar expectativas em torno de questões econômicas e prolongá-las, era a estratégia que os sindicalistas do Sindjustra que se debruçavam com mais afincamento sobre essas questões procurando conciliar interesses corporativos destes grupos de trabalhadores com os interesses ideológicos das tendências, a CSC e depois a DS quando ascenderia ao poder neste Sindicato.

Pela ineficácia da estratégia criada pelos movimentos reivindicatórios promovidos pelas tendências ao misturarem interesses dos grupos corporativos com o interesse ideológico dos sindicalistas do Sindjustra. Os grupos e os indivíduos desenvolveram novas estratégias para serem aplicadas ao corporativismo. Essas medidas recebiam, também, como adendo a colaboração da Burguesia Togada mediante a submissão a pré-requisitos estabelecidos oficiosamente, acrescidos aos já existentes: como a imposição da condição social hierarquizada e subliminar dos postos de trabalho do TRT da 4ª Região, fatos que eram perceptíveis após uma breve análise da estrutura social deste local de trabalho.

No topo: a Magistratura composta por Juizes Togados de Carreira, neste extrato social estava a Burguesia Togada. Em um patamar abaixo Juizes de 1ª Instância, Juizes Classistas e Juizes Vogais representantes dos empregadores, e a maioria dos Juizes Classistas representantes dos empregados, advindos dos sindicatos de direita, de sindicatos de resultados e de sindicatos “pelegos” pós-modernos, deste todo surgiria, nas sombras, os “capitalistas chapa branca” nesta referida instituição, em segundo lugar: Diretores das Unidades Judiciárias (JCJ), Chefes de Seções e Assessores dos Magistrados Togados.

manuseio destes ativos.

Estes atores sociais fazem a estrutura de poder do Judiciário Trabalhista da 4ª Região funcionar, distribuindo os ditames administrativos conforme a vontade política da Burguesia Togada. Neste rol se incluem os funcionários de formação superior e aos de formação média que trabalham próximo as pessoas que tem poder administrativo e por isso tem influência e estavam situados como um pequeno exército de reserva, pronto para ocuparem algum cargo, caso alguém fosse afastado da estrutura de poder do TRT da 4ª Região.

Em terceiro lugar: apareceriam os funcionários de formação média que constituíam a grande maioria da força de trabalho do Judiciário Trabalhista da 4ª Região. Logo abaixo em quarto lugar estão os funcionários subalternos, que são minoria, a esses se agregaram os funcionários de formação média que não trabalhavam na área judiciária. Como às camadas funcionais anteriores, a noção de “classe social” em maioria se confundem com a função profissional exercida no local de trabalho.

A hierarquia funcional, legal, existente pelos preceitos regimentais e constitucionais recebera a soma da hierarquia social criada pela Burguesia Togada em função da posição social que os cargos de magistrados lhes outorgaram e pelos bens e capitais que acumularam em função das vantagens e salários obtidos no posto de trabalho. Por isso se colocaram pelo nível socioeconômico elevado, que precedido da origem tradicional acrescida da estigma da hierarquia social que se manifesta de forma individual e externada como posição política ideológica de uma classe social expressada através das ações de um grupo corporativo em questões que se referem aos “trabalhadores que a ela estão subordinados no local de trabalho e que, quando chamada a intervir nas relações capital/trabalho de ordem coletiva fazia de forma política. E, assim atuavam se caracterizando como parte de uma classe social em movimento, deflagrando ações corporativas no sentido de preservar e manter posições adquiridas se valendo de grupos corporativistas de interesses economicistas para criar uma barreira entre eles e os trabalhadores.

Quando as ações corporativas eram externadas de forma horizontal não confrontava com os interesses e a ordem estabelecida pela Burguesia Togada. De forma vertical interferiria objetivamente atribuindo vantagens salariais e benesses sociais, que representavam pelo tipo de atividade, a partir de então, considerada privilegiada por deterem a condição de ingresso aos grupos corporativos surgidos

em várias seções deste local de trabalho que representavam perante aos demais trabalhadores, pelas vantagens auferidas, um poder representativo de ascensão social tipo “pequeno burguês”, à qual os sindicalistas eram impotentes para enfrentarem e repassar essa possibilidade de resultado para pleitos de outros grupos corporativos, com apoio indireto, sem passar por assembleia, do Sindjustra, o que criava despesas imprevistas para o orçamento de um exercício administrativo e nem sempre a Burguesia Togada assumia esse ônus político-administrativo.

Os fenômenos corporativos criados pela busca de resultado sem a presença da representação sindical conviveria paralelamente com a hierarquia social criada pela função que o indivíduo exercia, e passava a cultivá-la como símbolo de *status* inerente a estrutura social do local de trabalho. Incentivados pelos “capitalistas chapa branca” e colocado em prática pela Burguesia Togada para que, quando acontecessem paralisações a estrutura de poder e as atividades que fossem consideradas essenciais funcionariam mesmo com a existência de greves e paralisações.

A Burguesia Togada criaria, via preceito constitucional, um Órgão Especial⁹⁶ para resolverem as questões administrativas, em que a autonomia do Poder Judiciário Trabalhista serviria como escudo para distribuir justiça nas relações trabalhistas administrativas do seu local de trabalho sem equidade, na medida em que os grupos corporativos internos aceitassem essas práticas políticas administrativas⁹⁷ e não as questionassem em outro fórum.

A incorporação e a renúncia no espaço social do local trabalho e da base sindical da noção clássica de classe social de quem vende força de trabalho, permitiria competições paralelas individuais e de grupos de interesses aos quais perpassavam questões relacionadas a valores éticos e de concepções ideológicas que foram desprezadas em razão do sobrevivencialismo que se impusera como condição prioritária ao indivíduo. Este desprezara a condição de militante e de membro da classe assalariada e levariam os militantes das tendências que estavam poder no Sindjustra a

⁹⁶ CONJUNTO DE JUIZES TOGADOS DO TRT 4ª REGIÃO. que julgam demandas administrativas dos próprios e dos demais servidores. Fórum em que as decisões tomadas eram políticas.

⁹⁷ PROCESSO ADMINISTRATIVOS SOBRES FUNÇÕES GRATIFICADAS. “TRT 4ª

participarem deste processo reproduzindo o corporativismo.

Sob a ótica de grupo social, a CSC e a DS não colocavam impedimentos para que os seus militantes, organizados em pequenos grupos, nos locais de trabalho pleiteassem vantagens corporativas e oferecessem nomes para listas tríplices para escolha de Juizes Vogais⁹⁸, para ocuparem cargos de chefia, atuarem como assessores da Burguesia Togada e realizarem concursos públicos para a Magistratura de Primeira Instância e ao mesmo tempo ocuparem cargos na Direção do Sindjustra.

Está prática se disseminaria e por equivalência, os demais trabalhadores, após tomarem conhecimento da obtenção de alguma vantagem, também a pleiteavam junto ao Órgão Especial. Que, embora sobre algum processo houvesse decisão semelhante (jurisprudência), deliberavam sempre de forma política, desconsiderando o preceito jurídico. Em outras palavras, era igual as decisões que os empresários do setor metalúrgico e do setor bancário utilizavam para conceder vantagem salariais ou de outro tipo, sendo a decisão movida pela vontade política e um interesse definido *a priori* por quem tem “poder econômico” (Quadro 6 e Anexo N^{*}).

Região Adm. n^{os} 19.826/95 - 19.825/95 e 19.912/95 - Av. Praia de Belas 1100 - 5o Andar - SRH.

⁹⁸ PASTAS DE OFÍCIOS 070/91. OFÍCIO 067-91 Arquivo do Sindjustra. Rua 17 de junho, 457. Porto Alegre. Neste ofício constam nomes de militantes sindicais oferecidos para ocupar o cargo de juiz vogal em JCJ no fórum de Porto Alegre.

* “Distribuições de Gratificações no TRT de 4. Região” e “Criação de Funções Gratificadas”

DISTRIBUIÇÃO DE GRATIFICAÇÕES NO TRT DA 4ª REGIÃO – DAS - GRG

Secretaria	n. servidores	n. DAS	n. GRG	% servidores	
				DAS	GRG
Administrativa	216	05	109	2,31	50,46
De Informática	49	01	17	2,04	34,69
De recursos Humanos	78	02	44	2,56	56,41
De Auditoria	09	01	10	11,11	111,11
Serviço	n. servidores	n. DAS	n. GRG	% servidores	
				DAS	GRG
Serviços Gerais/SA	156	01	62	0,64	39,74
De Material e Patrimônio/SA	30	01	14	3,33	46,67
De Licitações e Contratos/SA	10	01	05	10,00	50,00
De Orçamento e Finanças/SA	17	01	24	5,88	141,18
Médico e Odontológico/SRH	23	01	16	4,35	69,56

Quadro 6 - TRT da 4ª Região – Porto Alegre

Fonte: TRT 4ª Região – Gratificações concedidas por esta Instituição em Troca de Compromisso Político Administrativo - Arquivo do SRH/TRT/POA-RS. Processo Administrativo N. 19.825/95, 19.826/95 e 19.912/95 fl.950.

Os interesses e os objetivos eram o que fazia a diferença entre capitalistas (industriais e banqueiros) e “capitalistas chapa branca”: os primeiros tinham por objetivo colocar em prática idéias e preceitos clássicos do capitalismo aperfeiçoando os mecanismos inerente a ideologia se adaptando as novas formalizações do ideológicas do binômio neoliberalismo-capitalismo.

O Capitalista Chapa Branca, aliado a Burguesia Togada, se protegia criando abaixo do corporativismo da magistratura, um sistema de defesa, o corporativismo na sua estrutura de poder, se utilizando das ambições pessoais dos indivíduos e do personalismo dos sindicalistas. Já que os sindicalistas, de modo geral, usavam as repercussões dos conflitos sociais de caráter moderado para conseguirem notoriedade se colocando no centro dos eventos criando no fato político, condições de oferecerem os seus nomes às listas de candidatos dos partidos de esquerda para ingressar no Poder

Legislativo.

Esses fatos, os militantes sindicais trostkistas e stalinistas⁹⁹ compreendiam como a “reprodução da luta de classe em uma instituição pública” assim como parte dos demais militantes independentes e os ligados a outras tendências tinham também a mesma compreensão, entretanto participariam desta “luta social” agregando valores éticos desprezados por esses dois grupos sociais representados pelas Tendências DS e CSC.

Com as distorções criadas de forma artificial, a despeito de que a instituição pública não cumprir satisfatoriamente as funções que lhe eram designadas pela constituição de 1988, a ineficiência na distribuição de justiça na relação capital/trabalho criara fatos sociais novos para as classes trabalhadoras aumentando o custo social, visto que as negociações diretas com os empregadores não alcançavam os trabalhadores demitidos e estes recorriam ao Poder Judiciário trabalhista. Esta demanda crescente à Justiça do Trabalho era utilizada como justificativa para aumentar o número de magistrados, ao passo que as propostas de instauração do contrato coletivo de trabalho originária do movimento sindical era postergada a decisão, nas discussões nos fóruns adequados entre sindicalistas da CUT e do Governo da União pós Abertura Democrática.

Somados a esses fatos, as greves deflagradas na Justiça do Trabalho pela CSC e monitoradas pelo PCdoB, e as greves seguintes deflagradas pela DS/CSC monitoradas pela CUT, Cut/RS, PT e PCdoB como as que pesquisamos, embora pesassem negativamente à sociedade, atingindo de forma desproporcional muito mais os interesses das categorias trabalhadoras do que as categorias empregadoras. Os grupos corporativos internos, quanto aos objetivos sempre saiam vencedores dos conflitos sociais internos e dos externos, com os interesses economicistas preservados assim como os capitalistas saiam com os interesses de classe mantidos e contemplados com a ampliação dos prazos judiciários para saldar as suas dívidas trabalhistas (precatórios).

⁹⁹ DS E CSC - Há vários grupos trostkistas no caso específico desta narrativa ocorrida no TRT 4ª Região refiro-me a Democracia Socialista (DS). Quanto a CSC está tem postura monolítica e o contexto histórico em que a CSC se situa ocorre de forma semelhante em qualquer espaço social por concepção ideológica.

A expectativa de ingressar e galgar alguns degraus nesta estrutura social, condicionavam o comportamento social dos grupos de interesses corporativos e dos interesses individuais, pois recolocar as pessoas em setores de trabalho e substituir as pessoas em de cargos funcionais removendo-as para outras funções, a execução dependia de vontade política da Burguesia Togada, via portaria interna, sem precisar um processo que carregasse quaisquer atributos democráticos aceitáveis pela sociedade.

A Burguesia Togada controlava a estrutura de poder mantendo a expectativa de ascensão social, assim incentivavam a subserviência funcional e a competição individual corporativa e ao mesmo tempo enfrentavam o Novo Sindicalismo. Por outro lado utilizavam a contradição do movimento sindical e a ausência de convicção ideológica dos militantes sindicais para atraí-los aos quadros hipotéticos do exército de reserva para ascensão aos grupos corporativos, pois o corporativismo desta ordem recebia um enfrentamento menor, tanto pela CSC como pela DS/CSC¹⁰⁰. Nesta caracterização do corporativismo economicista, dois conjuntos de possibilidades surgiriam para o indivíduo ascender desde que trilhasse um caminho subjacente ao definido pelos planos de carreira institucionais dos trabalhadores do serviço público.

Assim a militância sindical se diluía no corporativismo sem se opor ao individualismo, o que era explicado de forma simplista pelos sindicalistas do Sindjustra: *“as pessoas no seu fazer coletivo tem idéias interiores compatíveis com a ideologias das tendências, no entanto precisam sobreviver e para tanto renunciam temporariamente na prática social diária as suas posições políticas.”*¹⁰¹ Esta quebra de concepção ideológica ocorreria também em conjunto, no sentido que vários de trabalhadores aderiam a prática corporativa e formavam grupo de interesses na medida que as benesses eram estendidas a um setor de trabalho e a grupos de trabalhadores que ocupavam cargos iguais em seções diferentes.

¹⁰⁰ ENTREVISTAS. Extraído das entrevistas realizadas com Líderes da Oposição Circunstancial. Estas tendências se alternaram no poder no Sindjustra, tinham o controle tanto o poder estatutário como o de representação de base que era expressado em conjunto nos congressos estaduais desta categoria. Porto Alegre, 1996.

Esta conjuntura corporativa levaria o Sindjustra a direcionar após 1992 o seu poder de força política para mobilizar os seus representados somente contra o Poder Executivo. Indiretamente, para isso, tinham apoio da Burguesia Togada visto que, eventuais ausências ao serviço tinha a complacência do Capitalista Chapa Branca nas negociações pela recuperação dos dias de greve em troca do recebimento dos salários, pois este não se sentia atingido pela interrupção da prestação de serviço à sociedade, a instituição e a classe a que pertenciam lucravam com a interrupção da atividade judiciária.

O fato caracterizava um tipo novo de sindicalista, rotulado pelos seus adversários internos de “pelego o pós-moderno”. Esses líderes sindicais atacavam o Poder Executivo da União e usufruíam às benesses corporativas distribuídas pela Burguesia Togada, conviviam sem estabelecer o confronto de classe com os “capitalistas chapa branca”. Desenvolviam confrontos corporativos economicistas entre os quais preservavam os seus interesses individuais pois se sentiam comprometidos por a exercerem cargos de confiança da Burguesia Togada e receberiam gratificações, sendo no mesmo espaço de tempo líderes sindicais e ocupantes de cargos de confiança do TRT da 4ª Região, fenômeno que não ocorrera entre os Metalúrgicos Canoenses e os Bancários de Porto Alegre, como fenômeno regular neste espaço de tempo, 1978 a 1984.

A Articulação Sindical, tendência majoritária da Cut/RS, através dos líderes e dirigentes sindicais (metalúrgicos e bancários) expressavam contrariedades a forma como a justiça era distribuída nas relações capital/trabalho, iam além das questões do julgamento político dos dissídios coletivos, se referindo aos julgamentos das greves ocorridas em suas categorias profissionais, nas quais as paralisações para serem julgadas levavam não mais que uma semana e os dissídios coletivos para serem julgados, ultrapassavam, na maioria das vezes, o tempo da vigência do dissídio o que os obrigava os sindicalistas a fazerem acordos desfavoráveis, sugeridos pela Magistratura Trabalhista.

No entanto o descontentamento dos sindicalistas desses ramos de atividade era contornada pela ação corporativa dos trabalhadores da Justiça do Trabalho através dos seus representantes que

¹⁰¹ ENTREVISTAS . Idem.

protegiam a instituição das críticas dos trabalhadores e dos sindicalistas cutistas como um todo, no que se referia a morosidade dos julgamentos das causas coletivas, geralmente favoráveis aos capitalistas, remetendo a ineficiência e o caráter de classe nas questões coletivas para o Poder Executivo da União.

A solidariedade sindical classista se transformara em colaboração entre tendências, por interesses políticos ideológicos, e, em oito anos de democracia plena e mais de dez de Novo Sindicalismo, as centenas de atos públicos realizados defronte das instituições públicas, os que foram realizados contra o TRT da 4ª Região, nenhum destes foram contra a forma política como esta instituição desenvolviam as suas funções constitucionais, privilegiando sempre uma classe social segundo a compreensão dos sindicalistas da Articulação Sindical e de boa parte do movimento sindical estadual e assim o Sindjustra promovia Atos Públicos contra a política administrativa do TRT da 4ª Região no trato de suas questões trabalhistas envolvendo os seus trabalhadores em atos contra o Poder Executivo da União, os quais tinham apoio velado da Burguesia Togada.

CONCLUSÃO

Quando os trabalhadores retomaram as lutas sociais, houve várias vertentes significativas que impulsionaram o movimento sindical, através das quais a classe operária pretendia mudar a realidade social. Os autênticos trabalhadores, operários despidos da idéia de tomar o poder do Estado compreendiam que poderiam modifica-la sem mudar a face do Estado. Acreditavam que interrompendo o processo produtivo com greves nos parques industriais dos grandes centros metropolitanos levariam os capitalistas industriais a diminuir a expropriação da mais valia e iriam receber salários mais justos pela força de trabalho que vendiam aos capitalistas industriais.

Essa interpretação se espalhou pelos grandes centros urbanos brasileiros, repercutindo de forma favorável nas categorias de trabalhadores metalúrgicos e bancários, que formariam focos de enfrentamento à exploração capitalista, bem como a recusa ao pagamento do preço social de mais um fracasso das tentativas republicanas de construir o país do futuro através de um projeto de “desenvolvimento social” denominado “Milagre Econômico”.

À organização das forças populares representada por metalúrgicos, bancários e funcionários públicos, entre outros tantos trabalhadores, no desenvolvimento da trajetória dessas lutas sociais em que, o movimento ganharia reforço externo ao fenômeno em que aliaram-se aos líderes sindicais emergentes dos operários grevistas, e, em seguida, elegeriam como alvo o poder de Estado.

Esse movimento seria apropriado, no seu eixo principal, por duas vertentes ideológicas do fenômeno do que iria ser chamado de Novo Sindicalismo: uma pretendia chegar ao poder de Estado

pela via revolucionária e para tanto precisava construir as pré-condições para ruptura social, tentaram, mas não conseguiram, perderiam no confronto de idéias para as forças políticas “sociais democratas”. Nesta direção trabalhariam junto com a ANAMPOS, que descartava a luta armada como instrumento viável de ação para chegar ao poder através de procedimentos revolucionários nos grandes centros urbanos brasileiros.

A idéia de luta armada fora desmontada pelos sociais democratas e pelos reformistas do PCB, que com o passamento de uma década -68/78- consideravam que a tese da revolução proletária estava arquivada. Entretanto à medida em que os teóricos do novo movimento sindical construíam a Nova Estrutura Sindical. Paralelo “os sindicalistas “revolucionários” construiriam outra estrutura sindical, com métodos adequados as teses marxistas leninistas, inspirados em procedimentos políticos stalinistas.

O PCdoB seguira, primeiro, esse caminho como alternativa à concentração de poder da concepção social democrata dentro da Nova Estrutura Sindical, tiveram êxito nesta estratégia política, visto que, no 5o CONCURTO, a CSC, o braço sindical do PCdoB, se firmaria como a terceira força política dentro da CUT. Os Vencedores, entre os vencidos na lutas sociais contra o capitalismo, os Sindicalistas Autênticos concretizaram parte de um projeto de construir uma Central Sindical e preparar os sindicalistas para serem candidatos aos Poderes Constituídos do Estado. Pela via constitucional chegaram ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, em suas três casas. À primeira leva de sindicalistas que chega ao Poder de Estado, como no exemplo do município de Porto Alegre em que, ainda, tinham no bojo o conteúdo original e a pureza do projeto político inicial do conjunto das forças populares.

Os sindicatos, as tendências e os partidos políticos defendiam a idéia do projeto da construção do socialismo democrático contido nas propostas da social democracia como opção as novas propostas de Estado liberal que estavam sendo impostas ao Brasil após o fracasso do “Milagre Econômico”.

Em 1994, quando chegaram ao limite das conquistas de poder, representado pela chegada ao

Poder Executivo Estadual, em outras unidades da federação, todos os sindicalistas cutistas tinham perdido a identidade política de Sindicalistas Autênticos. Do mesmo modo, os Sindicalistas Combativos não detinham mais a identidade revolucionária, os sindicalistas revolucionários stalinistas e trostikistas trataram de, nos sindicatos de servidores públicos, construir estruturas sindicais paralelas.

Os sindicalistas de esquerda, sob o ponto de vista teórico, se tornaram “militantes reformistas”, visto que os sindicatos de trabalhadores assalariados, indistintamente, funcionaria como um trampolim que possibilitaria a muitos dirigentes sindicais terem recursos necessários para concorrer com regularidade, às eleições institucionais e postularem cargos de representantes classistas no Poder Judiciário Trabalhista e Cargos de Confiança com funções gratificadas no Poder Executivo, contrariando as teses revolucionárias de não compor politicamente com a burguesia e com os partidos populistas. Os sindicatos ao longo destas três décadas, por pressão dos partidos políticos aos quais estavam filiados os sindicalistas cutistas, assumiram a função de diretório político e centro ideológico, que divulgavam idéias e formavam opiniões no meio da classe operária, embora a consciência de classe fosse ao longo destas décadas esfacelada pelas contradições que emergiram no desenrolar das lutas sociais.

A luta constante pela direção dos movimentos populares legou à Articulação Sindical a condição de tendência hegemônica no movimento sindical. Porém a constante inserção e participação em quase todos movimentos populares fez com que, essa tendência perdesse espaço nas centrais - CUT e Cut/RS. Quando a CUT preparava os sindicalistas para chegarem ao Poder de Estado privilegiando os militantes da ANAMPOS. Os sindicalistas das outras forças políticas tentaram, a princípio os trotskistas, oferecerem nomes para concorrerem às eleições institucionais pelo Partido dos Trabalhadores e enfrentaram enormes dificuldades.

Travaram lutas internas nos sindicatos e na centrais para controlarem as tendências menores e arregimentar os seus militantes. Esse fato, de forma incisiva, aconteceria quando da realização de congressos regionais, estaduais e nacionais de trabalhadores se fortalecendo e assim poderiam questionar as decisões internas da CUT e do PT. Algumas tendências saíam do Partido dos

Trabalhadores e fundaram outros partidos, sem que os militantes abandonassem a central. Se estruturaram de forma paralela à CUT para chegar ao poder de Estado via eleições institucionais como foi o caso do CS que fundara o PSTU, processo inverso que fizera o PCdoB, que fundara a tendência e promoveria alianças em todos os campos políticos institucionais.

A reordenação econômica mundial atropelou a organização do mundo do trabalho, face essas questões econômicas, o que decorreria a seguir, provocara no Novo Sindicalismo um enorme refluxo em suas lideranças de base: primeiro pelo projeto ambicioso de chegar ao poder pela via institucional sem formar um bloco político unitário que no desenvolvimento do projeto de ascender ao poder de Estado, a CUT adotara um estratégia equivocada em suas escolas de formação sindical, ao desenvolver políticas educacionais para formar líderes sem formar quadros que dessem um identidade de classe aos trabalhadores de modo a arrancá-los da ignorância política para se antagonizar e enfrentar a exploração capitalista em níveis propostos pela nova ordem internacional.

A troca de identidade de trabalhadores para militantes não correspondera, em proporção, ao número de votos necessários que representassem de forma quantitativa o número de trabalhadores existentes nas bases dos sindicatos filiados à CUT. E que era necessário, em forma de votos para que se formasse no Poder Legislativo uma maioria que possibilitasse o exercício do poder e assim o projeto da conquista do Poder de Estado chegaria ao fim em 1994, quando a CF de 1988 começaria a ser revisada por sugestão das políticas neoliberais.

Termina uma etapa, que intitulamos de Segunda Metade da Era Vargas, porque, alguns instrumentos construídos por Getúlio Vargas foram destruídos e removidos pelos Sindicalistas Autênticos. Depois, esses revisaram posições e voltaram a formas sociais antigas, por não existir o consenso entre as tendências em questões como: o assistencialismo, que serviria de atrativo à política sindical desferida pela CSC para conquistar simpatizantes nas bases dos sindicatos de servidores públicos sob o controle de outras tendências, prática política adotada em seguida pela DS.

Por outro lado alguns instrumentos populistas da Era Vargas foram removidos pelas reformas de Estado e, que ainda apontava para JT, o instrumento principal da conciliação entre classes sociais

nas relações capital e trabalho. Que prejudicava os trabalhadores e pesava negativamente à sociedade pelo elevado custo social desta instituição. As classes dominantes tinham essa instituição sob controle político no que se refere às questões que envolveram julgamentos de dissídios coletivos e de greves apoiadas e promovidas pela CUT e Cut/RS.

Apesar da Reforma de Estado não ter chegado ao Poder Judiciário, o poder normativo da Justiça do trabalho, através do TST, criara ao longo deste tempo, “Súmulas e Enunciados” com o valor de lei, que no cômputo geral beneficiavam os empregadores públicos e privados e penalizaram com pesadas multas os sindicatos combativos inviabilizando-os economicamente para promoverem lutas sociais consecutivas e continuadas.

Em contrapartida os capitalistas infratores das leis trabalhistas em questões individuais, ao longo do tempo, foram condenados a pagar o que deviam, mais as custas processuais e cláusulas penais em prazos de até cinco anos em média, em questões ajuizadas nos fóruns trabalhistas. Embora existisse a vontade política do Estado Liberal de extinguir a JT, essa medida não era uma prioridade. A flexibilização das relações trabalhistas já estava sendo praticada no sentido de proteger o capital, a despeito de nos discursos dos capitalistas estar enunciado que os trabalhadores sempre venciam na JT, em se tratando de questões individuais. O que era um discurso ambíguo, pois a maioria dos advogados trabalhistas faziam uma seleção nas causas trabalhistas, refutando as que julgavam passíveis de serem perdidas ao expor os pleitos para o contraditório na segunda instância judiciária.

A CUT pretendia modificar a JT de que no mínimo essa instituição cumprisse a sua função constitucional, porém, também nesta questão, como em outras tantas da área, existiram divergências entre as tendências principais da central, sem que no entanto expressassem essas contrariedades através de teses documentadas aos sindicatos filiados, como posições de cada corrente de pensamento. A CSC, defendia a JT e o seu Poder Normativo, a CUT Pela Base teve posicionamento em favor da extinção da JT, justificado pela forma política como essa instituição distribuía justiça na relação capital e trabalho e a Articulação Sindical insistira por muito tempo, através de discursos dos seus líderes mais representativos proferidos à sociedade, que certos cargos existentes na JT deveriam serem extintos: como os cargos de Juizes Classistas e de Juizes Vogais.

Os posicionamentos das tendências para consumo interno da CUT atestava a integração sob o ponto de vista constitucional à democracia moderna. Na qual, embora a vontade do Chefe de Estado não fosse a condição primordial para o seu funcionamento para que o Estado democrático sobrevivesse por um tempo superior a outros períodos republicanos brasileiros em que o Estado de Direito precisara ser mantido, no mínimo, de forma aparente para emitir à sociedade a noção da consolidação da democracia, com o dissenso político e uma oposição que serviria para democracia só enquanto oposição.

No espaço de tempo da pesquisa (1978-1994) em cada troca de Governo da União, as vantagens conquistadas pelo capital com auxílio do Estado aumentaram e as perdas foram socializadas. Tanto a troca como as “transformações sociais” favoreceram esses grupos e aumentaram o seu poderio econômico através da dissolução de pequenos grupos empresariais e pela absorção de grupos de médio porte que competiam no mesmo ramo de atividade. Esses grandes grupos no seu tempo histórico foram os vencedores dos vencedores pois estavam estruturados desde o primeiro Governo Vargas e detinham o controle da economia brasileira e puseram o Estado a seu serviço.

Deste ponto de vista, quando um “projeto social” se esgota esses grupos econômicos tratam de engendrar outro plano socioeconômico elegendo o seu condutor. A burguesia diluída de forma impessoal em poder econômico globalizado ficou com os saldos das aventuras econômicas no Brasil, aos demais, o povo, sobraram as contas a pagar.

Por outro lado no binômio, trabalhadores e esquerda, os fenômenos se repetiram, no que se referia ao objeto de desejo das elites burguesas, o poder de Estado. Socialistas, Comunistas e Sociais Democratas e outros atores que estavam situados no campo da esquerda acenaram às bases sindicais prometendo um “novo tempo com justiça social transformando os trabalhadores em sujeitos do seu tempo histórico.”

Algumas categorias de trabalhadores atingiram em 1990 um patamar social estável a exemplo do que acontecera durante o “Milagre Econômico”. Nessas categorias a noção de consciência de classe fora redimensionada, se distanciando do seu conceito clássico. Em contrapartida os

trabalhadores com dificuldades de fazerem a leitura da realidade tiveram o seu horizonte social contemplado por pequenas medidas sociais, populistas, contidas em planos econômicos: como o Plano Cruzado na década de 80.

O rumo traçado pelas esquerdas para chegar a uma instância de poder de Estado e ao poder de representação de classe que lhes delegasse mandatos proporcionais e majoritários, no trajeto ainda existia o entulho do autoritarismo, semelhante aos métodos da ditadura do proletariado. No processo desenvolvido para obter o poder, os procedimentos foram conflituosos e transitaram em um terreno alagadiço, cuja travessia se transformara em um mar de contradições, neste afogaram a ética por ser um valor burguês, portanto instrumento de luta dos adversários de classe.

Enquanto caminhavam em direção ao “poder”, os companheiros de jornada que questionaram o serviço de bordo foram convidados a desembarcarem. Essa tripulação de insensatos sonhava que poderiam construir a democracia socialista e a social democracia. Entretanto cada tendência construiria seu caminho para a transformação social e questionava a rota traçada pelas outras tendências e terminaram divididas, a despeito do impacto negativo da divisão transferisse o desejo de poder dos líderes sindicais e o desejo de bem estar social das classes trabalhadoras e que as cisões que emergiram da contradição resultasse em causa de fundo para explicar a derrota parcial do trabalho frente ao capital e tudo que ele representara da Abertura Democrática à Nova República.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. Campinas: Cortez, 1997.
- BARELLI, Walter. CASTRO, Maria Silva Portella. **Questões para o sindicalismo dos anos 90**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- CATTANI, Antônio David. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SMC, 1991.
- CHAGAS, Carlos. **Guerra das estrelas: o preço da abertura: continuação de Médici**. 4. ed. Porto Alegre: LPM, 1985. p.206-214.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. **Teoria e prática do sindicalismo Brasileiro**. São Paulo: LTR, 1974.
- COSTA, Sílvio. **Tendências e centrais sindicais**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- DE DECA, Edegar Salvatori. **1930 o silêncio dos vencidos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1994.
- FILHO, Evaristo de Moraes. **O problema do sindicato único no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- FORNAZIERE, Aldo (Org.) **A III internacional comunista: cadernos de formação marxista**. São Paulo: VI Brasil Debates, 1988.
- GARCIA, Fernando Coutinho. **Partidos políticos e a teoria da organização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- ____. **O que é jornalismo operário**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopez. **CUT ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GUARESCHI, Pedrinho. RAMOS, Roberto. **A máquina capitalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HELLMAN, Michaela (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- KAREPOVS, Dainis (Org.). **A história dos bancários: lutas e conquistas 1923-1993**. São Paulo: Bangraf, 1994.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LENIN. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 3. ed. São Paulo: Símbolo, 1978.
- LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARÇAL, João Batista. **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.
- ____. **Os anarquistas no RS**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- MEDEIROS, Luiz Antônio de. (Org.) **Um projeto para o Brasil: a organização sindical**. São Paulo: Geração, 1993. p.106-109.
- MORAES, João Quartim (Org.) **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos**. Campinas: UNICAMP, 1995. v. II.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A modernização conservadora do Sindicalismo Brasileiro**. São Paulo: Educ, 1997.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. **Sindicalismo bancário, origens**. São Paulo: Oboré, 1990.
- OLIVEIRA, Juarez de. **Regime jurídico único dos servidores públicos e civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- PEDROSO, Elizabeth M. K. **Movimento sindical urbano no Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 1998.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **As revoluções utópicas: os ex-revolucionários e os novos revolucionários**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**. São Paulo: Editora

34, 1996.

POULAIN, Jean-Claude (Org.) **A social democracia na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

RODRIGUES, Aluísio. **O estado e sistema sindical brasileiro**. São Paulo: LTR, 1991.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**. A trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

SANTIAGO, Cláudia. GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical: falando para milhões**. São Paulo: Vozes, 1997.

SCHAEFER, Jean-Marie. **A imagem precária**. Campinas: Papyrus, 1996.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOUZA, Francisco Araujo Salles. **Relações de trabalho no Brasil, um enfoque didático**. São Paulo: IBRA-OIT, 1995.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira De. **O estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: A força dos trabalhadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. II.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Lisboa: Antídoto, 1977.

ULRICH, Maria Alayde Albite. Grupos de pressão. In.: **Ciência política, textos introdutórios**. 2. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1988.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VILCHES, Lorenzo. **Teoria de la imagen periodística**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

DISSERTAÇÕES, FOLHETOS E REVISTAS

AZEVEDO, Clovis Bueno. Leninismo e social democracia: uma investigação sobre o projeto político dos partidos dos trabalhadores. São Paulo: D/M-USP, 1991. IFCH/CDS-UFRGS. Porto Alegre.

DIHEL, Astor Antônio. Os círculos operários: um projeto sócio-político da igreja católica no Rio Grande do Sul (1932-1964). Porto Alegre: D/M-PUCRS, 1987.

LOPEZ, Luiz Roberto. Sobre um tema chamado ideologia. Porto Alegre: Fto-IFCH/UFRGS, 1991.

MARIA, José. A proposta de sindicato orgânico e as mudanças inadiáveis em nossos sindicatos. São Paulo: Fto-Cut/SP, 1995. IFCH/UFRGS-CDS.

PEREIRA, Marli Rejane D' Avila. Não tá morto quem peleia: uma questão de identidade. O

movimento dos bancários durante a intervenção do Banco Central no Banco Sul Brasileiro. Porto Alegre: D/M- IFCH/UFRGS, 1998.

PORTELA, Laélia Gurgel. A formação sindical no Brasil concepção e prática. Rio de Janeiro: D/M-FGV, 1995.(Porto Alegre, 1997, IFCH/CDS)

SCHABBACH, Letícia Maria. Práticas e representações de funcionários públicos de POA/RS-1989 à 1992. Porto Alegre: IFCH/UFRGS-CDS, 1995.

REVISTA, AMANHÃ: Sindicatos e crise de identidade. Porto Alegre, fevereiro de 1995. Pp. 46 à 55.

REVISTA, Lua Nova: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. CASTRO, Nadya Araujo. Trabalho sindicalismo e reconversão industrial. São Paulo-abril/junho. Pp. 206 à 227.

REVISTA, Escrita Ensaio: ano II- N. 4. VIANNA, Luiz Werneck (Org.). Para onde vai o Sindicalismo Brasileiro? São Paulo: Vertente, 1978.

REVISTA, Cadernos do Presente 2. Greves Operárias (1968-1978). Belo Horizonte: Editora Aparte, 1978.

DOCUMENTOS E JORNAIS PESQUISADOS

Arquivo Sindjustra. Rua 17 de junho 457, Porto Alegre/RS - F 226-1026. 226-55540

Atas das Reuniões de Diretoria do Sindjustra, de 1989 até 1994

Pastas de Ofícios emitidos pela direção do Sindjustra, de 1989 até 1994

Cadernos de Teses dos Congressos Estaduais do Sindjustra, de 1989 até 1994

Pastas de Documentos do Processos Eleitoral de 1993

Ofícios emitidos pela Cut/RS. Relatórios da Comissão de Ética da Cut/RS: Eleições no Sindjustra, Porto Alegre, 1993

Jornal: Pejota, Edições de 1990 até 1994

Fotografias: Acervo Fotográfico do Sindjustra de 1990 à 1994. Arquivo SEEB/POA Praça Parobé: Centro, Edifício Dabdab, 10a POA/RS. F. 227-2901

Caixa de Documentos da CUT e Cut/RS, de 1985 até 1994

Atas das Reuniões de Diretoria do SEEB/POA

Caixa de Ofícios recebidos da Cut/RS, de 1985 até 1994

Jornais, Edições de: "O Bancário" 1985 à 1994 e "Vigília" de 1980 até 1985

Fotografias. Acervo de 1984 a 1996. Arquivo do STIMMEC. Rua Caramuru, 330 - Canoas/RS - Centro. F. 476-2602

Pesquisa em Fotografias: Acervo do STIMMEC de 1982 até 1996

Arquivo da Cut/RS. Rua Vicente de Paula Dutra, 215 - POA/RS- F 224-2484

Caderno Da CUT. Organização Sindical. Cut/RS. Doc. No 388 - 26/01/1998

Neoliberalismo E Organização Sindical. Cut/RS. Doc. No 471 - 05/06/98

Diretrizes De Atuação Internacional, 1997-2000. Cut/RS. Doc. No 555 - 05/06/1998

Da Aliança Social À Ação Continental. Cut/RS. Doc. No 557 - 28/04/1998.

Centro de Documentação Social IFCH/UFRGS- Av. Bento Gonçalves, 9500 - POA/RS

Cadernos de Teses dos Congressos Estaduais da Cut/RS: 2º, 4º, 5º, e 6º

Resoluções das Plenárias Estaduais Cut/RS, 1985 até 1995

Jornal do STIMMEC, “A Vez e a Voz do Peão” Edições de 1991 até 1995

ENTREVISTAS

SINDJUSTRA

Rua 17 de junho, 457 POA/RS. F. 226-1026

Alan Carlos Dias. Depoimento, escrito, para o Seminário de Estudos Brasileiros “Sindicalismo e a Construção da Cidadania” promovido pelo DH/IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 1996 (Militante da CSC).

Paulo Roberto da Silva Azambuja Dias. Depoimento verbalizado e escrito pelo criador da Oposição Sindical ao Sindjustra sobre a trajetória desta entidade -1989 até 1994.

SINDISINDI

Rua Voluntários da Pátria - Galeria Santa Catarina, 8a Andar. Centro, Porto Alegre – RS. Fone: 255-1089

Remo Pires Borba: Depoimento sobre relações políticas, trabalhistas e sindicais dos sindicalistas praticadas nas relações com os funcionários dos sindicatos do Ramo de Atividade Metalúrgica (Vice-presidente do Sindisindi em março, 1998).

Sandra Cardozo: Depoimento sobre relações políticas, trabalhistas e sindicais desenvolvidas pelos sindicalistas com os funcionários dos sindicatos do Ramo de Atividade Bancária e de Funcionários Públicos (Presidente do Sindisindi em março, 1998).

STIMMEC

Rua Caramuru, 330. Centro Canoas/RS- Fone 472-4955, 476-2602.

João Jorge de Freitas Lima - Depoimentos colhidos sobre a introdução do Novo Sindicalismo em Canoas e a trajetória do STIMMEC no movimento sindical regional de 1982/1994 (Presidente do STIMMEC em março, 1998).

Nelson Luiz da Silva - Depoimento coletado sobre políticas sindicais desenvolvidas para os

representados e as relações desenvolvidas com a sociedade pelo STIMMEC. 1985/1994 (Vice-presidente do STIMMEC em março, 1998).

Anexo N

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)